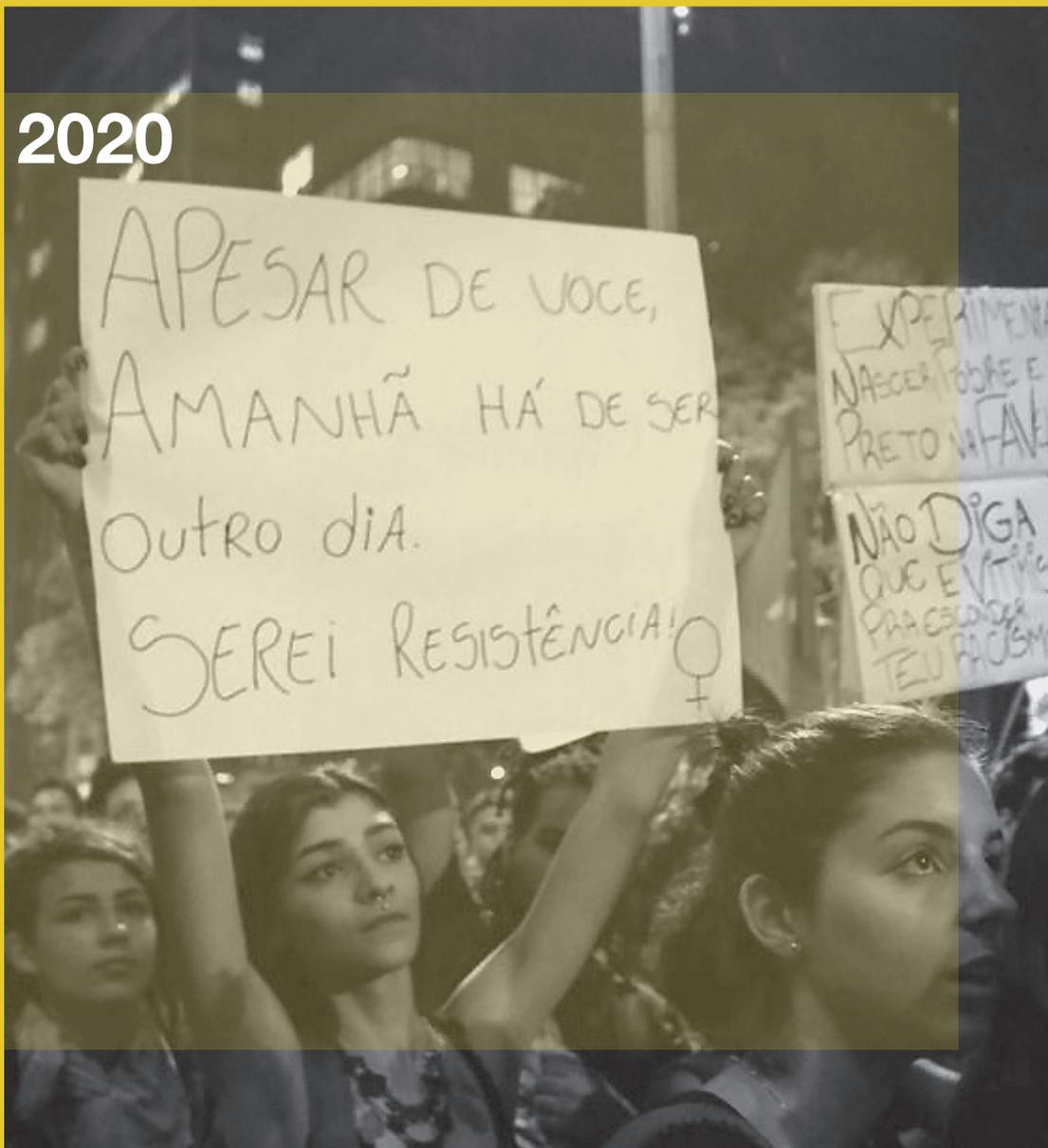




Desigualdades, protestos, revoltas

2020



NUEVA SOCIEDAD

é uma revista latino-americana aberta às correntes de pensamento progressista, que defende o desenvolvimento da democracia política, econômica e social.

É publicada a cada dois meses em Buenos Aires, Argentina, e circula em toda a América Latina.

Diretora: Svenja Blanke

Chefe de redação: Pablo Stefanoni

Coordenadora de produção: Silvina Cucchi

Editor da plataforma digital: Mariano Schuster, Eugenia Corriés

Administração: Vanesa Knoop, Karin Ohmann

NUEVA SOCIEDAD ESPECIAL EM PORTUGUÊS 2020

Desenho original da capa: Horacio Wainhaus

Diagramação: Fabiana Di Matteo

Ilustrações: Eloar Guazzelli

Coordenação editorial e correção: Eduardo Szklarz

Tradução para o inglês dos resumos: Kristie Robinson

Impresso em Talleres Gráficos Nuevo Offset,
Viel 1444, Buenos Aires, Argentina

Os artigos que integram **NUEVA SOCIEDAD** são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da Revista. É permitida, com autorização prévia, a reprodução dos ensaios e das ilustrações, desde que seja mencionada a fonte e uma cópia seja enviada à redação.

NUEVA SOCIEDAD – ISSN 0251-3552

Escritórios: Humberto Primo 531, C1103ACK Buenos Aires, Argentina.

Tel/Fax: (54-11) 3708-1330

Correio eletrônico: <info@nuso.org>

<distribucion@nuso.org> (distribuição e vendas)

<www.nuso.org>

O portal **NUEVA SOCIEDAD** é uma plataforma de reflexão sobre a América Latina.
Articula um debate pluralista e democrático sobre política e políticas latino-americanas.



**NUEVA
SOCIEDAD**

é um projeto da

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

Índice

TEMA CENTRAL

4638	Nora Lustig. Desigualdade e descontentamento social na América Latina.....	4
4639	Kim Kelly. O poder das greves clássicas.....	14
4640	Nuria Varela. O tsunami feminista.....	20
4641	Maristella Svampa. Até onde vão os movimentos pela justiça climática?.....	34
4642	Rémi Lefebvre. Os «coletes amarelos» e as exigências da representação política	49
4643	Joselicio Junior. Aspectos históricos e contemporâneos para pensar a violência estrutural no Brasil	63
4644	Bárbara Pistoia. Por um antirracismo sem desculpas	75
4645	Cecilia Güemes / Ludolfo Paramio. O futuro de uma ilusão: classes médias na América Latina	83
4646	Nikolaos Gavalakis. Um argumento contra a desigualdade. Entrevista a Thomas Piketty	96
4647	Nuria Alabao. O «neoliberalismo progressista» e a esquerda conservadora	102

SUMMARIES

Segunda página

Os últimos meses do mundo pré-pandêmico se caracterizaram pelo auge dos protestos em diferentes países. Alguns assumiram a forma de revoltas, e todos tiveram como foco a desigualdade – que pode se manifestar como desigualdade social, étnica ou de gênero. Tais protestos são o contraponto de movimentos reacionários em ascensão, que justamente têm como base uma matriz desigualitária. Esta edição especial em português de NUESTRA SOCIEDAD aborda esses fenômenos a partir de diferentes ângulos, disciplinas e olhares.

No caso latino-americano, como afirma Nora Lustig, a onda de protestos em países como Chile e Colômbia voltou a colocar em primeiro plano a concentração de renda, deixando também em evidência os limites dos indicadores comumente utilizados para medir a desigualdade. Como vimos, após o declínio durante a pandemia de covid-19, as mobilizações ressurgiram e, no caso chileno, avançaram com um apoio maciço à elaboração de uma nova Constituição que deixe para trás a ditadura de Augusto Pinochet.

Os repertórios de ação são diversos. Embora limitadas, as «greves clássicas» não desapareceram do mapa. Kim Kelly mostra que há setores, sobretudo do transporte, nos quais essas formas de luta ainda conservam seu poder. Os trabalhadores dessas áreas ainda têm a capacidade de incidir sobre o poder em defesa dos seus próprios direitos – afetados pela precarização – e em muitos países, através de greves de solidariedade, podem apoiar outros setores laborais. Mas essas dinâmicas convivem com formas mais «multitudinárias» e inorgânicas da ação coletiva, que levam a ação direta dos locais de trabalho às ruas. Rémi Lefebvre analisa o caso dos «coletes amarelos», esse objeto social não identificado que irrompeu repentinamente na política francesa. Os *gilets jaunes* manifestaram profundos sentimentos de injustiça que já não são representados, expressados nem politizados pelos sindicatos

ou organizações de esquerda tradicionais. Mas a rejeição a toda representação, que constituiu a força do movimento, conduziu mais tarde à sua perda de vitalidade.

Nuria Varela mostra como o feminismo da quarta onda está muito presente no ciclo de protestos iniciado na última década: «As ruas e praças começaram a ser ocupadas a partir de 2010, e as mulheres estavam lá, as feministas estavam lá». Trata-se de um feminismo multicultural, pensado para os «99%», definido pela tecnologia, com pontes com o ecologismo e, não menos importante, intergeracional. O mesmo acontece com a questão do clima e da justiça ambiental. Maristella Svampa destaca o surgimento de um ativismo climático de matriz juvenil, que não apenas revitalizou o campo de ação, mas também abriu novas expectativas em um contexto de renovada urgência climática, mas que, ao mesmo tempo, pode gerar uma certa paralisia colapsista.

Joselicio Junior aborda a questão da violência estrutural no Brasil e as consequências do racismo estrutural. Por que as mortes de jovens negros no país não comovem como as ocorridas nos últimos tempos nos Estados Unidos? Como a ideia de um Brasil pacífico e harmonioso operou no projeto de dominação das elites? Bárbara Pistoia, por sua vez, defende um «antirracismo sem desculpas» que leve em conta os entrecruzamentos entre raça, gênero e classe.

Muitas desigualdades atuais ficam encobertas sob uma difundida imagem de um continente de «classes médias». Quanto há de realidade e quanto há de ilusão nisso? Qual é a diferença entre as novas classes médias e as tradicionais? O que dizem os dados sobre as classes médias latino-americanas? O artigo de Ludolfo Paramio e Cecilia Güemes procura responder a essas perguntas. As novas classes médias são um desafio sociológico e político na região e têm estado no centro de diversas disputas interpretativas sobre seu comportamento político, sobretudo relativas ao ciclo de governos progressistas latino-americanos. A questão da desigualdade aparece também na entrevista feita por Nikolaos Gavalakis ao economista francês Thomas Piketty, que vem elaborando propostas para enfrentá-la desde a publicação do best-seller *O capital no século XXI*.

Nuria Alabao encerra a edição com uma questão provocadora: alguns setores progressistas sentem nostalgia pela velha política de classe e utilizam, muitas vezes de forma pouco precisa, o conceito de «neoliberalismo progressista». Alabao diz que o neoliberalismo pode se articular perfeitamente com a defesa da «família tradicional» e que não se pode culpar o feminismo e os movimentos LGBTI+ pela debilidade dos trabalhadores para reverter as atuais correlações de força entre capital e trabalho.

O certo, de qualquer forma, é que a desigualdade será o grande tema dos tempos que virão. E nas respostas que encontrarmos residirá, em grande medida, o futuro do planeta e dos que o habitam.

Desigualdade e descontentamento social na América Latina

Nora Lustig

A onda de protestos voltou a colocar em primeiro plano a concentração de renda na América Latina. Embora os indicadores mostrem uma redução da desigualdade relativa, quando se considera o retrocesso no bem-estar produzido com o fim do auge das matérias-primas e as limitações dos indicadores de desigualdade comumente utilizados, a onda de protestos como rebelião diante da desigualdade adquire total sentido. Seria preciso se concentrar na construção de indicadores de desigualdade capazes de captar melhor o descontentamento que ela provoca.

Introdução

A América Latina é a região mais desigual do mundo (v. gráfico 1). Nos últimos 30 anos, a distribuição da renda no subcontinente apresentou três tendências. Durante os anos 1990 e início da década de 2000, a desigualdade aumentou na maioria dos países sobre os quais há dados comparáveis. Entre 2002 e 2013, a desigualdade se reduziu em praticamente todos os países. No entanto, a partir de 2013 (e até 2017, último ano para o qual há informações), essa tendência de redução

Nora Lustig: é professora Samuel Z. Stone de Economia Latino-Americana e diretora fundadora do Commitment to Equity Institute (CEI) na Universidade Tulane (Nova Orleans); também é pesquisadora não residente na Brookings Institution, no Center for Global Development e no Inter-American Dialogue.

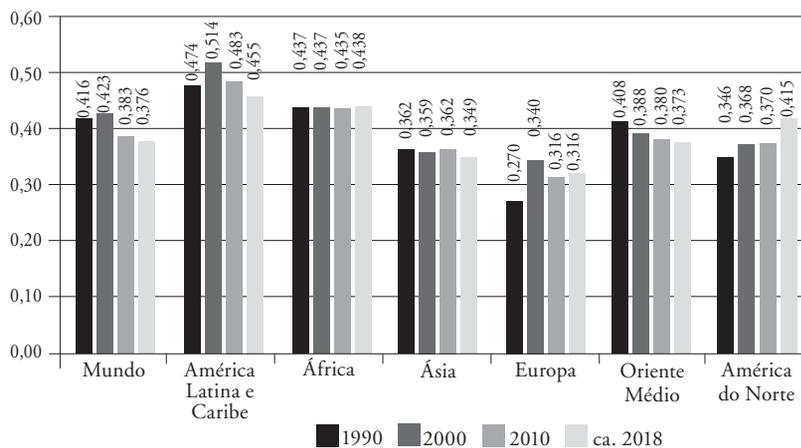
Palavras-chave: coeficiente de Gini, descontentamento, desigualdade, protestos, América Latina.

Nota: este artigo se baseia no capítulo «Desigualdad y política social en América Latina», que a autora elaborou para o projeto «50 años de historia en el desarrollo en América Latina: logros y desafíos pendientes» do CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina. A versão original deste artigo foi publicada em espanhol em *Nueva Sociedad* N° 286, 3-4/2019, disponível em <www.nuso.org>. Tradução de Luiz Barucke.

apresentou sinais de esgotamento em alguns países onde a desigualdade começou a crescer, enquanto em outros o ritmo de queda foi reduzido; em outro subconjunto de países, contudo, a redução da desigualdade prosseguiu. Se considerarmos todo o período, os níveis de desigualdade mais recentes são menores que os predominantes no início da década de 1990 (v. gráfico 2).

Gráfico 1

A desigualdade por região: coeficiente de Gini



Nota: os anos utilizados para a América Latina são 1992, 2000, 2010 e 2017. O conjunto de países utilizados varia em cada ano.

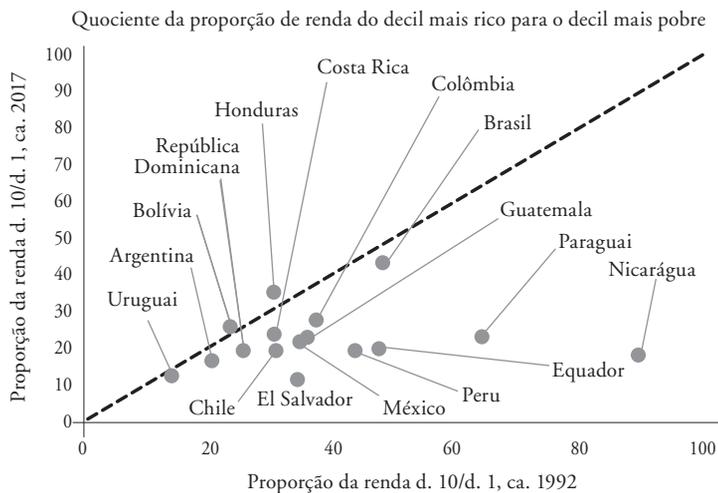
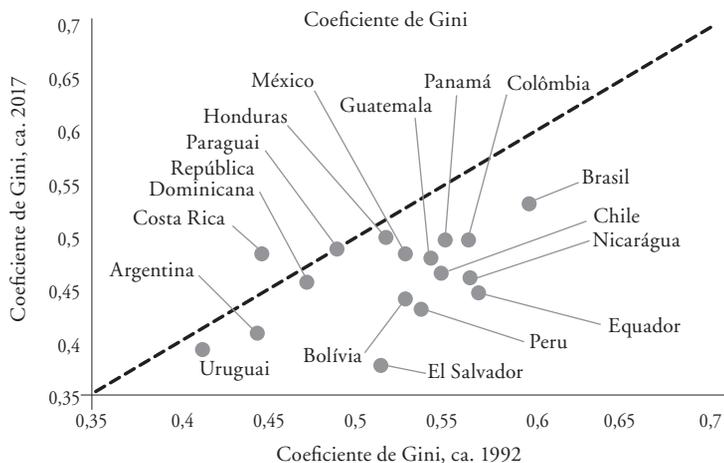
Fonte: N. Lustig: «Desigualdad y política social en América Latina», cit.; baseado em Banco de Dados Socioeconômicos para a América Latina e o Caribe (SEDLAC) e POVCAL.

O tema da alta concentração de renda na América Latina voltou a ocupar as manchetes devido à onda de protestos ocorridos no Chile, na Colômbia e no Equador nos últimos meses de 2019. No entanto, há uma aparente incongruência entre as tendências detectadas no comportamento da desigualdade ao longo dos últimos 30 anos e o manifesto descontentamento. De fato, a desigualdade na América Latina caiu neste século em uma escala poucas vezes observada na história (isso fica claro ao analisar os dados disponíveis). Por volta de 2000, o coeficiente de Gini era 0,514, isto é, 12% mais alto que o dado mais recente, de 0,455¹. Uma queda dessa magnitude

1. Lembremos que o coeficiente de Gini é um dos indicadores de desigualdade mais utilizados e que, quanto mais perto de zero (um), mais igual (desigual) é a distribuição da variável analisada.

Gráfico 2

Mudanças na desigualdade por país e para todo o período ca. 1990–2017



Nota: a linha pontilhada representa a diagonal de 45 graus. A renda utilizada para calcular o coeficiente de renda entre decis extremos é expressa em dólares paridade do poder aquisitivo (PPA) de 2011. Argentina: 1992-2017; Bolívia: 1992-2017; Brasil: 1992-2017; Chile: 1992-2017; Colômbia: 1992-2017; Costa Rica: 1992-2017; República Dominicana: 1992-2016; Equador: 1994-2017; El Salvador: 1995-2017; Guatemala: 2000-2014; Honduras: 1992-2017; México: 1992-2016; Nicarágua: 1993-2014; Panamá: 1995-2017; Paraguai: 1995-2017; Peru: 1997-2017; Uruguai: 1992-2017; Venezuela: 1992-1999.

Fonte: N. Lustig: «Desigualdad y política social en América Latina», cit.

significa que, por exemplo, no Brasil – o país mais desigual da região –, a renda recebida pelos 10% mais ricos da população deixou de ser aproximadamente 60 vezes mais elevada que a dos 10% mais pobres para se tornar menos de 40 vezes mais alta. A desigualdade diminuiu em todos os países da região, inclusive nos três onde os protestos foram intensos. Neste século, o coeficiente de Gini no Chile diminuiu de 0,481 (2006) para 0,465 (2017); na Colômbia, passou de 0,562 (2001) para 0,496 (2017); e no Equador, de 0,532 (2003) para 0,446 (2017)².

Se a desigualdade passou por uma queda inusitada no período recente, como explicar o descontentamento social e sua virulência? Esta seção sugere algumas explicações. São mencionadas particularmente três: o impacto negativo do fim do auge das matérias-primas sobre as condições de vida; a limitação dos indicadores utilizados (por exemplo, o coeficiente de Gini); e as limitações dos dados utilizados para medir a desigualdade de maneira cabal.

Nos países da América do Sul, o fim do auge das matérias-primas se refletiu em uma queda da taxa de crescimento da renda por habitante; alguns entraram inclusive em franca recessão. O descontentamento se manifestou não apenas por movimentos de protesto; o voto popular nas eleições presidenciais recentes se caracterizou pela penalização dos partidos governistas, independentemente de seu matiz ideológico (em países governados pela esquerda, foram eleitos candidatos mais à direita e vice-versa). Esse foi um voto de protesto diante da perda de poder aquisitivo, do desemprego e da erosão de benefícios governamentais. A isso seria preciso acrescentar que, em vários países, os níveis de desigualdade reverteram a tendência da década anterior e começaram a subir. Foi o que ocorreu no Brasil, por exemplo, e no Paraguai em menor medida. Embora tenha havido uma queda da desigualdade quando são comparados os níveis do início do século com os mais recentes, durante os últimos anos ocorreu em diversos países uma estagnação dessa queda ou até mesmo um aumento da desigualdade. O menor dinamismo econômico, combinado com uma crescente desigualdade, provocou um aumento da incidência da pobreza, justamente quando se reduziu capacidade fiscal para oferecer mecanismos de compensação. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), aumentou desde 2015 a incidência da pobreza na região, e as previsões do organismo indicam que o número de pobres teria alcançado em 2019 um total de 191 milhões (seis milhões a mais que no ano anterior), dos quais 72 milhões estariam em condições de extrema pobreza. Em comparação com 2014, haveria mais 27 milhões de pobres,

2. Os dados do Chile anteriores a 2006 foram calculados a partir da metodologia antiga utilizada pelo governo e, portanto, não são comparáveis.

dos quais 26 milhões se encontrariam em condições de extrema pobreza³. Combinações desse tipo alimentam o descontentamento, pois a população experimenta uma intensa frustração. O progresso palpável durante a primeira década do século não se sustentou.

Em segundo lugar, é possível que os indicadores utilizados para medir a desigualdade não sejam os mais apropriados para captar a relação entre ela e o descontentamento social. O coeficiente de Gini (e todos os demais indicadores da concentração de renda utilizados convencionalmente) mede as diferenças relativas nos níveis de renda das pessoas e lares, quando talvez o que provoque um aprofundamento do descontentamento social seja o crescimento de lacunas absolutas. Se a renda de todos aumentasse na mesma proporção em um país, seu coeficiente de Gini seria o mesmo antes e depois de tal crescimento. Com relação ao poder aquisitivo, contudo, aquele que partisse de uma renda mais alta se beneficiaria mais desse crescimento uniforme em termos absolutos do que quem tivesse inicialmente uma renda menor.

O que aconteceu com as diferenças de renda em termos absolutos? Tomemos como exemplo o caso do Chile, país que – diante dos protestos iniciados em outubro de 2019 e sua inesperada virulência – se tornou foco especial de atenção. Ainda que, segundo as informações das pesquisas de lares, a renda recebida pela parcela 10% mais rica tenha deixado de ser aproximadamente 33 vezes mais elevada que a da parcela 10% mais pobre em 2000 para se tornar 20 vezes mais alta em 2017, as diferenças em termos absolutos cresceram notavelmente. Durante o mesmo período, a diferença entre a renda recebida pelos 10% mais ricos em comparação com os 10% mais pobres cresceu simplesmente 50% (e 45% quando se compara a diferença na renda dos 10% mais pobres com a do habitante médio)⁴.

Ou seja, ainda que o setor mais pobre tenha melhorado de situação, o grupo mais rico pôde aumentar cada vez mais seu consumo de luxo, ao passo que a população pobre e as classes médias continuaram enfrentando situações difíceis provocadas por um contrato social no qual o Estado oferece serviços e benefícios cada vez mais escassos, especialmente aos grupos vulneráveis e médios. Em seu lúcido artigo sobre o tema, Andras Uthoff descreve como os sistemas de pensões e de saúde no Chile – estabelecidos durante a ditadura militar – falharam de modo contundente em termos

3. Cepal: *Panorama social de América Latina 2019*, Nações Unidas, Santiago, 2019.

4. Medida em dólares PPA de 2011, a renda média do primeiro decil e do decil mais rico em 2000 foi de 56 dólares e 1.819 dólares, respectivamente. Em 2017, as cifras análogas foram 140 dólares e 2.754 dólares, respectivamente (cálculos da autora sobre a base do *POVICAL* do Banco Mundial).



da provisão de um seguro, da suavização do consumo ao longo do ciclo de vida e do alívio da pobreza na velhice no caso do sistema de pensões, e também quanto a fornecer um seguro e prevenção de doenças no caso do sistema de saúde. Mesmo depois das reformas introduzidas a partir de 2006 para melhorar o sistema de pensões nas dimensões mencionadas, 70% dos cidadãos consideram que os benefícios estão aquém dos níveis necessários. Na verdade, mais de 40% dos beneficiários chilenos recebem renda inferior à linha da pobreza, e 79% deles abaixo do salário mínimo. As taxas de substituição são extremamente deficientes, já que aproximadamente 50% dos beneficiários recebem uma pensão inferior a 38% do valor médio de seus salários nos últimos dez anos (essa realidade é ainda pior para as mulheres, já que a cifra correspondente é de 24,5%)⁵. De fato, em uma sugestiva coluna publicada em *VoxEU*, Sebastián Edwards enfatiza

O Chile está mal posicionado em praticamente todas as dimensões do Índice para uma Vida Melhor proposto pela OCDE

que o Chile está mal posicionado em praticamente todas as dimensões do Índice para uma Vida Melhor proposto pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que esses fatores contribuíram para o mal-estar coletivo, mesmo com a redução da desigualdade média em termos relativos⁶.

Além disso, duas variáveis que incidem consideravelmente no poder aquisitivo não estão incorporadas nas medidas convencionais de desigualdade e pobreza: os impostos indiretos – imposto sobre

valor agregado (IVA), impostos específicos, entre outros – e os subsídios ao consumo. Os indicadores de desigualdade e pobreza utilizam a renda disponível (ou o que se aproxime mais desse conceito) para medir o bem-estar, conceito que não capta o impacto de aumentos tributários sobre o consumo ou reduções nos subsídios. Não existem séries de indicadores de desigualdade ou pobreza que capturem as perdas no consumo real que a população pode ter sofrido no período posterior ao auge das matérias-primas em decorrência da redução de determinados subsídios (ou dos aumentos dos impostos indiretos sobre o consumo). Entretanto, sabemos que os recursos fiscais atribuídos aos subsídios para derivados de combustíveis fósseis diminuíram consideravelmente em El Salvador, Equador, Argentina, Bolívia, Venezuela e, em menor medida, no México, o que causou alta

5. A. Uthoff: «Do Competitive Markets of Individual Savings Accounts and Health Insurance Work as Part of the Welfare State?» em José Antonio Ocampo e Joseph Stiglitz (eds.): *The Welfare State Revisited*, Columbia UP, Nova York, 2018.

6. S. Edwards: «Chile's Insurgency and the End of Neoliberalism» em *VoxEU.org*, 30/11/2019.

de preços sobretudo em tarifas elétricas, combustíveis e outros produtos energéticos para a população.

A terceira razão que pode explicar a intensidade dos protestos e o voto contra os partidos no poder é que os dados utilizados para medir a desigualdade talvez não sejam suficientes para quantificar os níveis de concentração de renda entre os muito ricos e para avaliar mudanças nas tendências dessa concentração.

As fontes de informação convencionais dos indicadores de desigualdade são as pesquisas de lares. Uma conhecida limitação dessas pesquisas é que, por vários motivos, elas não captam bem a ponta superior da distribuição, ou seja, a renda dos mais ricos. Particularmente, os lares tendem a declarar menos renda do que realmente recebem, sobretudo a procedente de rendimentos do capital. Por isso, tanto o grau de desigualdade como a tendência podem estar mal calculados. Quando as pesquisas são corrigidas e esse viés é superado, os resultados podem ser muito diferentes. A título de exemplo, serão examinados três trabalhos relativamente recentes sobre Brasil, Chile e Uruguai⁷.

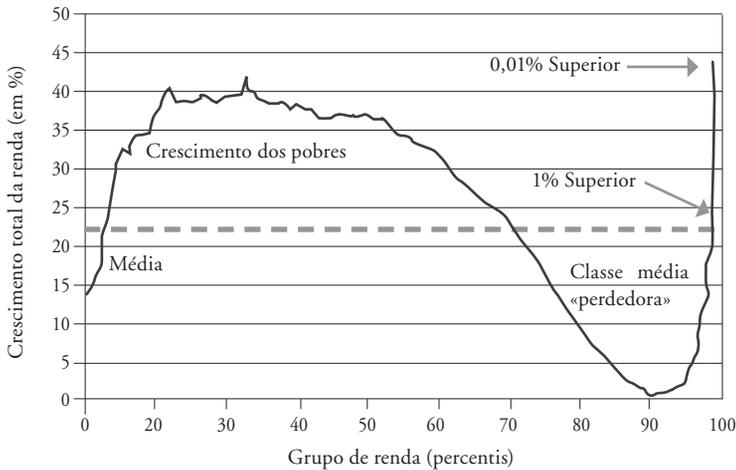
Com os dados corrigidos, o coeficiente de Gini do Brasil não só é muito mais alto que o calculado com os dados da pesquisa, como praticamente já não se observa queda da desigualdade a partir de 2000 (v. gráfico 3). Além disso, o peso da redistribuição em benefício dos setores de baixa renda recaiu sobre a população do oitavo e nono decis (isto é, sobre as classes médias, particularmente a classe média alta), ao passo que o grupo mais rico continuou elevando sua renda⁸. No caso do Chile, a proporção da renda captada pela parcela dos 1% mais ricos da população com os dados corrigidos por subdeclaração da renda do topo é sistematicamente mais alta e não mostra a tendência de baixa observada com a pesquisa de lares (v. gráfico 4). No caso do Uruguai, a proporção que recebe o grupo dos 1% mais ricos é maior com os dados corrigidos e aumenta ao invés de diminuir, como ocorre com os dados de pesquisas (v. gráfico 5).

7. Brasil: Marc Morgan Milá: «Essays on Income Distribution: Methodological, Historical and Institutional Perspectives with Applications to the Case of Brazil (1926-2016)», tese de doutorado, Paris School of Economics (PSE) / École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), 2018; Chile: Ignacio Flores, Claudia Sanhueza, Jorge Atria e Ricardo Mayer: «Top Incomes in Chile: A Historical Perspective on Income Inequality, 1964-2017» em *Review of Income and Wealth*, 2019; Uruguai: Gabriel Burdín, Mauricio De Rosa, Andrea Vigorito e Joan Vilá: «Was Falling Inequality in All Latin American Countries a Data-Driven Illusion? Income Distribution and Mobility Patterns in Uruguay 2009-2016», DT 30/19, Instituto de Economía, Facultad de Ciencias Económicas y de Administración, Universidad de la República, 2019.

8. M. Morgan Milá: op. cit.

Gráfico 3

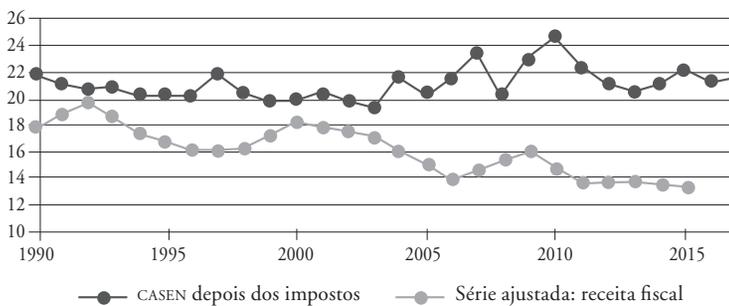
Brasil: curvas de incidência do crescimento da renda por pessoa por percentil, 2002-2013



Fonte: M. Morgan Milá: op. cit.

Gráfico 4

Chile: proporção da renda total recebida pela parcela dos 1% mais ricos da população, 1990-2015 (em percentual)

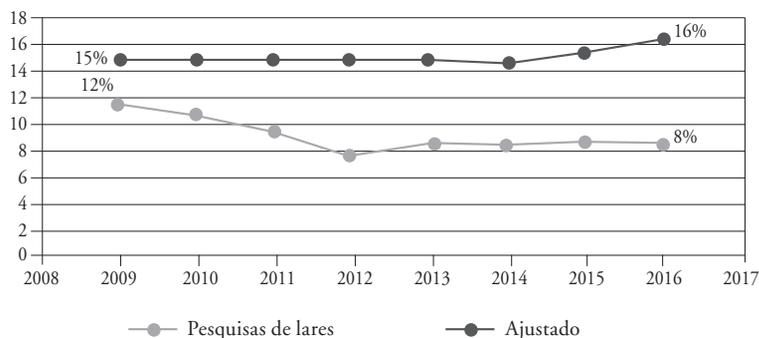


Nota: «CASEN depois dos impostos» corresponde à participação dos 1% mais ricos da população depois dos impostos nas pesquisas de lares; «série ajustada» corresponde à participação na renda dos 1% mais ricos segundo dados fiscais depois de corrigir os dados por subdeclaração de renda e incluir os lucros não distribuídos.

Fonte: I. Flores, C. Sanhueza, J. Atria e R. Mayer: op. cit.

Gráfico 5

Uruguai: proporção da renda total recebida pelos 1% mais ricos da população, 2008-2016 (em percentual)



Nota: «ajustado» se refere à participação calculada com base no conceito de receita fiscal, que, em termos gerais, consiste em ajustar a renda das pesquisas de lares com as informações das declarações de impostos e outras fontes administrativas.

Fonte: G. Burdín, M. De Rosa, A. Vigorito e J. Vilá: op. cit.

A partir desses exercícios, fica claro que, para medir a desigualdade cabalmente, é imprescindível ter acesso a informações fiscais (por exemplo, declarações de impostos anonimizadas) e outras fontes administrativas que permitam calcular melhor a renda, sobretudo da população pertencente aos estratos mais elevados. Enquanto isso não acontecer, teremos uma visão parcial e tendenciosa do grau de desigualdade e de sua evolução ao longo do tempo, o que nos levará a diagnósticos errôneos sobre as causas e consequências da desigualdade, além de recomendações de políticas públicas incompletas e equivocadas.

Como conclusão, quando se considera o retrocesso no bem-estar da população dos países da América do Sul ocorrido com o fim do auge das matérias-primas, as limitações dos sistemas de pensões e de saúde no Chile e a alta dos preços de combustíveis de primeira necessidade em vários países devido à redução dos subsídios governamentais, e quando são considerados indicadores da desigualdade que captam melhor o que ocorreu com as diferenças da renda absoluta entre ricos e pobres, assim como a concentração de renda no topo da distribuição, a onda de protestos como rebelião contra a desigualdade adquire total sentido⁹. [☐](#)

9. Em certa medida, essa conclusão contraria a proposta por Francisco Ferreira e Martha Schoch: «Inequality and Social Unrest in Latin America: The Tocqueville Paradox Revisited» em *World Bank Blog*, 24/2/2020.

O poder das greves clássicas

Kim Kelly

Greves não são algo do passado, e isso vale particularmente para o setor de transporte (trens, ônibus e aviões). Nessas áreas, os trabalhadores ainda têm a capacidade de influenciar o poder constituído em defesa de seus próprios direitos – afetados pela precarização – e, em muitos países, até mesmo apoiar trabalhadores de outros setores por meio de greves de solidariedade.

A Ação de Graças é provavelmente o pior feriado dos Estados Unidos. Mesmo deixando de lado a terrível história genocida que ele encobre, os dias em torno de nosso antigo consumo ritualizado de grandes aves secas e acompanhamentos pesados – geralmente na presença de nossos entes menos queridos – são um dos períodos de viagem mais frenéticos do ano, e 2019 não foi uma exceção. A Associação Automobilística Americana (AAA) estimou que 49 milhões de estadunidenses viajariam pelo menos 80 quilômetros de carro para o feriado de Ação de Graças, e a associação Airlines for America¹ previu que 31 milhões voariam entre 22 de novembro e 3 de dezembro. O impacto ambiental será brutal, e o estresse de lidar com todos esses passageiros enfurecidos é uma pesada carga para os trabalhadores aeroportuários. Espera-se um

Kim Kelly: é escritora independente e ativista sindical, com textos de sua autoria sobre trabalho, políticas radicais e cultura publicados em *The New York Times*, *The Washington Post*, *The Guardian*, *The New Republic*, *Teen Vogue*, *Pacific Standard* e muitos outros meios. Ela integra o Sindicato de Roteiristas dos Estados Unidos (WGA, na sigla em inglês).

Palavras-chave: condições de trabalho, greve, sindicalismo, transporte.

Nota: a versão original em inglês deste artigo, intitulada «Planes, Trains, and Automobiles», foi publicada na revista *The Baffler*, 27/11/2019, <<https://thebaffler.com/working-stiff/planes-trains-and-automobiles-kelly>>. Tradução de Luiz Barucke.

1. Trata-se do *lobby* das companhias aéreas [N. do E].

certo nível de caos, mas, graças ao trabalho dos sempre sobrecarregados e frequentemente mal remunerados trabalhadores de transporte, a maioria dos viajantes chegará a seu destino antes que o peru seja servido.

Neste ano [2019], no entanto, essa viagem deve ser um pouco mais complicada. Ontem, trabalhadores de *catering* de companhias aéreas em 17 importantes aeroportos do país – entre eles, o JFK de Nova York, o O’Hare de Chicago, o LAX de Los Angeles e o DCA de Washington – encenaram o que seu sindicato UNITE HERE chamou de a maior demonstração de trabalhadores aeroportuários dos EUA em muitos anos. Os protestos fizeram parte de uma crescente campanha que busca chamar a atenção para a condição dos trabalhadores de *catering*, muitos dos quais «vivem na pobreza», enquanto a American Airlines, que adquire seus serviços por meio de firmas subcontratadas como LSG Sky Chefs e Gate Gourmet, relatou um lucro líquido de 1,4 bilhão de dólares em 2018. Como observa o UNITE HERE, uma pesquisa recente realizada com centenas de funcionários da LSG Sky Chefs mostrou que «30% dos trabalhadores não possuíam seguro, e 35% dependiam de assistência à saúde subsidiada pelo governo para seu tratamento ou o de seus filhos».

O período de negociação dos contratos dos trabalhadores de *catering* se iniciou em 31 de dezembro de 2018; a Gate Gourmet começou a mediação em 26 de setembro do mesmo ano, e a Sky Chefs, em 21 de maio de 2019. Salário, plano de saúde e condições de trabalho inseguras são os principais temas levados à mesa de negociação por ambos os grupos de trabalhadores. «Eu trabalho no DFW, o principal aeroporto da American Airlines. Ele se localiza na cidade em que a companhia aérea foi fundada e onde construiu uma nova e luxuosa sede», observa Stephanie Kopnang, integrante do UNITE HERE. «Ainda assim, estamos entre os serviços de *catering* com pior remuneração do país. Se eu não fizer horas extras, não posso pagar o aluguel e as contas do mês», acrescenta.

Os membros do UNITE HERE questionam há meses as condições de exploração insustentáveis a que estão submetidos em ações que envolveram desde a simulação de morte na Filadélfia, em outubro de 2019, até protestos realizados em diversos aeroportos durante o verão boreal. Em julho, trabalhadores de *catering* de 33 aeroportos votaram majoritariamente pela greve quando o Conselho Nacional de Mediação os liberou da negociação. O tempo está se esgotando para que as companhias aéreas comecem a levar esses trabalhadores a sério e atendam às suas reivindicações, pois – como já deixaram bastante claro – estão dispostos a fazer todo o possível para obter o contrato que eles e suas famílias merecem. «Estou nesta luta por minha filha Ariana de 12 anos. Eu pago 400 dólares por mês de plano de saúde só para poder levar minha filha ao médico e tratar de sua asma crônica», explica

Shandolyn Lewis, trabalhadora de *catering* de Detroit. «Trabalhamos para uma empresa subcontratada, a LSG Sky Chefs, mas nosso trabalho gera lucro para as companhias aéreas. Sem nós, elas não teriam comida nem água para oferecer aos passageiros. Não podemos esperar mais pelo que merecemos».

Além dos trabalhadores de *catering*, os comissários de bordo, que já estão se preparando para um grande fluxo de passageiros ansiosos e antipáticos durante o feriado de Ação de Graças (haja controle emocional!), têm travado suas próprias batalhas. Os comissários da Hawaiian Airlines votaram a favor da convocação de uma greve – a primeira decisão nesse sentido nos 90 anos da companhia aérea – após o fracasso das negociações contratuais iniciadas em janeiro de 2017. Esses trabalhadores recebem menos que colegas de profissão de outros estados, apesar do alto custo de vida das cidades onde moram. Há seis meses organizam piquetes informativos no aeroporto internacional de Honolulu com o apoio de seu sindicato, a Associação de Comissários de Bordo (AFA-CWA), e de Sara Nelson, presidenta da mesma associação que passou a participar dos protestos em junho. Assim como os trabalhadores do UNITE HERE, os comissários da Hawaiian Airlines não podem entrar legalmente em greve até que o Conselho Nacional de Mediação os libere das negociações e transcorra um «período de esfriamento» de 30 dias. Depois disso, contudo, o céu é o limite.

Os funcionários de companhias aéreas não são os únicos do setor de transporte nessa luta

Os funcionários de companhias aéreas não são os únicos do setor de transporte nessa luta. Os motoristas de ônibus da Autoridade de Trânsito da Área Metropolitana de Washington (WMATA, na sigla em inglês) que trabalham na estação Cinder Bed Road, na Virgínia, já estão em greve há meses. Eles integram o sindicato Amalgamated Transit Union (ATU), filial 689, e a estação Cinder Bed Road é operada pela multinacional francesa Transdev. Trata-se da primeira estação da WMATA administrada por uma empresa privada em quatro décadas. Os trabalhadores iniciaram a greve em 24 de outubro de 2019 por preocupações relacionadas a segurança, práticas de trabalho injustas e problemas de serviço, além da evidente disparidade salarial: de acordo com o sindicato, os condutores da Transdev desempenham exatamente o mesmo trabalho daqueles empregados diretamente pela WMATA, mas ganham 12 dólares a menos por hora. Também precisam pagar 6.000 dólares para o plano de saúde, enquanto seus pares da WMATA não pagam nada. Esse duplo sistema de salários e benefícios, no qual os trabalhadores são classificados e pagos de modo diferente para desempenharem a mesma atividade, assemelha-se às condições que levaram à greve geral na General Motors, no início de 2019, e quase fizeram o mesmo com a UPS em 2018. As patronais adoram

salários diferenciados porque podem economizar em indenizações e, em alguns casos, até mesmo gerar discórdia entre os membros do sindicato. Mas a injustiça inerente ao sistema irrita os trabalhadores, e os esforços da gestão para dividi-los estão começando a se voltar contra ela. Graças ao espírito de grupo da filial 689 do sindicato ATU, eles conseguiram chegar a esse ponto, e não vão desistir agora; como cantaram em um videoclipe recente realizado pelo grevista Otis Price: «Não brinquem com o meu dinheiro, não brinquem com a minha família».

A greve da Cinder Bed Road contou com o apoio de outros membros do sindicato, inclusive dos que trabalham no Fairfax Connector, o maior sistema de ônibus da Virgínia e o terceiro maior da área da capital estadunidense. Os trabalhadores sindicalizados do Fairfax Connector, cujo contrato já expirou, autorizaram uma greve em 9 de novembro de 2019, e sua rede será operada – adivinhe só – pela Transdev². E essa não é a primeira vez que a empresa francesa protagoniza um conflito trabalhista com o Departamento de Veículos Automotores (DMV, na sigla em inglês); em 2018, a Transdev chegou a um acordo para evitar um processo aberto por cinco motoristas do Paratransit³ de Baltimore que afirmavam receber «4 ou 5 dólares por hora», de acordo com um dos demandantes. No início daquele mesmo ano, a cidade de Baltimore processou a Transdev por um suposto superfaturamento de 20 milhões de dólares para operar o serviço de ônibus Charm City Circulator.

É difícil imaginar a Transdev tentando realizar esse tipo de conduta abusiva em sua sede de Paris. Os trabalhadores franceses são conhecidos por sua eterna predisposição à greve. Os profissionais do transporte já realizaram diversas grandes paralisações neste ano e planejam outras para o mês que vem. No Canadá, cerca de 3.000 trabalhadores da Canadian National Railway fizeram sua primeira greve em uma década em 19 de novembro de 2019. No entanto, foi anunciado em 26 de novembro de 2019 que a empresa e o sindicato Teamsters Canada chegaram a um acordo preliminar. A greve representou grandes problemas para o frágil governo do primeiro-ministro, Justin Trudeau, porque paralisava o transporte de petróleo e produtos agrícolas em todo o país.

Enquanto isso, a Lufthansa enfrenta uma possível greve no período de Natal. Em 25 de novembro do ano passado, os controladores de tráfego aéreo italianos interromperam bruscamente suas operações e impediram a decolagem de mais de 100 voos da Alitalia; e trabalhadores da South African

2. Os trabalhadores concordaram em suspender a greve até novo aviso em 10 de dezembro de 2019.

3. Transporte flexível para passageiros cuja deficiência lhes impede de utilizar o serviço convencional de ônibus [N. do T.].

Airlines acabam de encerrar uma greve complicada. Além disso, a Finnair, companhia aérea nacional da Finlândia, precisou cancelar quase 300 voos no 24 e 25 de novembro devido à greve de solidariedade iniciada por seus trabalhadores em resposta a um conflito trabalhista que afeta mais de 9.000 trabalhadores do serviço postal do país. A greve também envolveu os condutores de ônibus de Helsinque, e o Sindicato dos Marinheiros da Finlândia interrompeu a navegação de todas as embarcações de cargas e passageiros com bandeira finlandesa até novo aviso, provocando um duro golpe para o turismo e a economia do país.

Em sua maioria, essas greves de solidariedade são ilegais nos EUA por conta da odiada Lei Taft-Hartley de 1947, que impôs restrições a boicotes secundários, greves jurisdicionais e as chamadas greves «selvagens» (ou seja, que violam cláusulas de proibição ou ocorrem sem a aprovação dos líderes sindicais). Os professores da Virgínia Ocidental, que lançaram a corrente #RedforEd [Vermelhos pela Educação], declararam uma greve selvagem, e o mesmo ocorreu em Kentucky e Oklahoma. Os caminhoneiros do Teamsters, que se recusaram a entregar veículos da General Motors às concessionárias durante a recente greve da empresa, também se envolveram possivelmente no tipo de boicote secundário proibido pela Lei Taft-Hartley. Algumas regras foram feitas para serem quebradas. Ainda assim, a existência da lei torna mais difícil para os trabalhadores estadunidenses organizar o tipo de paralisação em grande escala que os de outros países podem praticar com impressionante regularidade. O Chile e a Colômbia presenciaram greves nacionais em novembro de 2019; as ruas de Roma foram tomadas por grevistas em outubro; Sudão, Índia e Catalunha passaram por convocações de greve geral em 2019; manifestantes em Hong Kong declararam uma em agosto; e, no início do ano passado, centenas de milhares de mulheres na Espanha realizaram uma greve coordenada que durou todo o Dia Internacional da Mulher.

Embora as restrições da Lei Taft-Hartley dificultem nos EUA revoltas em grande escala da classe trabalhadora semelhantes às realizadas em outros países, sua própria existência revela a importância de ações contínuas dos trabalhadores do transporte: nossa infraestrutura de transporte é vulnerável, e os trabalhadores sindicalizados têm a capacidade de provocar um verdadeiro caos.

Isso é algo que sindicatos como o Teamsters e o Sindicato Internacional de Estivadores e Trabalhadores Portuários (ILWU, na sigla em inglês) sempre compreenderam. Motoristas de entrega e trabalhadores do transporte se encontram em uma posição perfeita para mover (com vigor) as alavancas do poder. Alguns meses atrás, mais de 300 membros da filial 455 do Teamsters de Denver, Colorado, entraram em greve na unidade

de distribuição de alimentos da Sysco por problemas de segurança. O destacado histórico de militância do ILWU não pode ser subestimado: o sindicato está atualmente ameaçado com uma decisão judicial que o condena a pagar 93,6 milhões de dólares por lentidão de trabalho e paralisações em Portland que, segundo seus advogados, foram realizadas em resposta a práticas trabalhistas injustas.

Como esses e outros trabalhadores do transporte mencionados deixam bem claro, uma forma infalível de atrair a atenção para um problema é interferir nos planos de viagem das pessoas, no envio de seus produtos, na entrega de suas encomendas ou em seu deslocamento. Durante o Workers Revival Fest, evento artístico e de mobilização realizado em Kansas City em 2018 e planejado pelo grupo Missouri Jobs With Justice [Empregos com Justiça no Missouri], conversei com um senhor grisalho que trabalhou durante décadas no transporte ferroviário. Segundo ele, as pessoas não percebem o grande poder que sua categoria ainda possui e como a infraestrutura de transporte é essencial para manter o país em funcionamento. «Nós podemos parar este país em três dias», afirmou.

Depois que aeroportos foram palco de protestos em 2017 como resposta ao repugnante veto de Donald Trump à entrada de cidadãos de países muçulmanos (que continua vigente e pode se intensificar), a Justiça suspendeu e depois suavizou a restrição. Quando mineiros da Blackjewel bloquearam um trem de carvão no Kentucky até receberem seus salários, eles atraíram a atenção de todo o país e receberam o que lhes deviam. Menos de uma semana após Sara Nelson, presidenta do AFA-CWA, pedir aos líderes de seu sindicato que considerassem a ideia de uma greve geral para derrubar a paralisação governamental (*shutdown*) cruel e mesquinha imposta por Trump, voos dos principais aeroportos deixaram de ser realizados por motivos de segurança, já que vários controladores aéreos da costa leste se declararam doentes para não trabalhar. Como consequência, o governo voltou atrás no dia seguinte. Há um motivo para que a simples ideia de uma greve dos trabalhadores do metrô seja suficiente para provocar pânico em todo nova-iorquino ou para que a mera possibilidade de cancelamentos de voos em cascata faça um tirano retroceder de sua decisão. Os trabalhadores do transporte têm a chave da economia e de nossa sociedade como um todo. Sem eles, nada ou ninguém pode chegar aonde precisa, por mais importante que acredite ser. ☐

O tsunami feminista

Nuria Varela

Em que consiste a quarta onda de feminismo? Como ela pôde se expandir por todo o planeta? Multicultural, pensado para os «99%», definido pela tecnologia, com pontes com o ecologismo e, não menos importante, intergeracional, o feminismo 4.0 está erodindo as bases do patriarcado e politizando as novas gerações sem perder os vínculos com as antigas. Acima de tudo, ele está no coração de diversos tipos de revoltas políticas, sociais e culturais vividas pelo mundo atual.

*Às meninas, às adolescentes, às mulheres jovens,
às que verão sem dúvida a queda do patriarcado.*

O feminismo é polifônico, e o som de suas múltiplas vozes é escutado simultaneamente em todos os cantos do planeta, em diferentes tons e registros. Trata-se de uma melodia com diferentes letras, mas com a mesma música, a de um projeto coletivo e emancipador ao qual nenhum humano é alheio.

O tsunami é um evento complexo que envolve um grupo de ondas de grande energia e tamanho variável, produzidas quando algum fenômeno extraordinário desloca verticalmente uma grande massa de água. Assim, como um tsunami, o feminismo surgiu nas primeiras décadas do século XXI. O *fenômeno extraordinário* é a saturação de

Nuria Varela: é jornalista e doutora em Ciências Jurídicas e Sociais. Atualmente, é diretora geral de Igualdade no governo do Principado de Astúrias (Espanha). Entre seus livros publicados, destacam-se *Feminismo para principiantes* (B de Bolsillo, Barcelona, 2018); *Íbamos a ser reinas. Mentiras y complicidades que sustentan la violencia contra las mujeres* (Ediciones B, Barcelona, 2017) e *Cansadas. Una reacción feminista frente a la nueva misoginia* (Ediciones B, Cidade do México, 2017).

Palavras-chave: 99%, ecofeminismo, feminismo, interseccionalidade, quarta onda.

Nota: este artigo é um fragmento de *Feminismo 4.0. La cuarta ola* (Ediciones B, Barcelona, 2019). Tradução de Luiz Barucke.

milhões de mulheres no mundo, que reagiram de modo impressionante contra a violência, a opressão e a discriminação. Diz a geofísica que esse tipo de onda remove uma quantidade de água muito superior às ondas superficiais produzidas pelo vento e pelas marés. Assim, a quarta onda do feminismo – alimentada pelas três anteriores, pelas redes sociais e pela tomada de consciência das gerações mais jovens – está removendo as bases patriarcais como nunca antes. No interior desse grande *evento complexo*, crescem também as contradições e os discursos que, juntamente com os ventos da pós-modernidade, propõem novos conceitos, novas perguntas e novas reivindicações.

O tsunami feminista da quarta onda conseguirá arrasar definitivamente com o patriarcado? Feministas do Norte e do Sul estão dispostas a isso após terem conseguido criar um movimento global com o qual começaram a sonhar há 300 anos.

A metáfora do tsunami não é casual. A história do feminismo se estrutura em ondas, talvez porque o conceito indique – muito melhor que um período ou uma época – que se trata de um movimento social e político de longa trajetória, formado por diversos acontecimentos, boa parte deles vividos de modo simultâneo em diferentes lugares do mundo e que tem seu desenvolvimento segundo a sociedade em que nos situemos. Relatar sua história a partir de ondas produzidas em determinados contextos históricos descreve perfeitamente o feminismo, como o movimento arrasador gerado pela força desencadeada em torno da ideia de igualdade. A metáfora também é adequada para explicar as reações patriarcais que surgem diante de cada progresso feminista. Cada vez que nós mulheres avançamos, surge uma poderosa reação patriarcal para interromper ou retroceder essas conquistas.

Até a irrupção do feminismo radical, a história do feminismo é como um rio no qual desembocam cada vez mais afluentes. A produção teórica e a experiência política limitadas com que nasceu, no coração do Iluminismo francês, foram aumentando com a torrente impulsionada pelas sufragistas e, depois delas, pelo feminismo de classe e todos os fluxos do restante das famílias que entravam em discussão – mais ou menos acaloradas – com as teorias políticas que surgiam sucessivamente: liberalismo, marxismo, socialismo, anarquismo. Nesse grande rio, cada vez maior, chegavam também afluentes de diferentes regiões do mundo que se apoderavam das teorias e reivindicações assentadas nas realidades dos distintos territórios.

O volume aumentou tanto que o leito se tornou pequeno; ainda assim, durante um tempo, chegou a ser navegável e amplo até se estancar em um grande reservatório, com tantas barragens e represas que nele foram cons-

truindo. O feminismo radical abriu as comportas, e começou a inundação. Como em uma catarata, um dos fenômenos mais belos da natureza, a água caiu verticalmente pela força da gravidade, e essa queda de enorme volume gerou um grande potencial de energia.

Em 2000, a escritora e ativista bell hooks escrevia:

A política feminista está perdendo força porque o movimento feminista perdeu definições claras. Temos essas definições. Vamos reivindicá-las. Vamos compartilhá-las. Voltemos a começar. Façamos camisas e adesivos, postais e música hip hop, anúncios para televisão e rádio, cartazes e publicidade em todas as partes, e qualquer tipo de material impresso que fale sobre o feminismo para o mundo. Podemos compartilhar a mensagem simples, porém potente, de que o feminismo é um movimento para acabar com a opressão sexista. Começemos por aí. Deixemos que o movimento volte a começar.¹

E acrescentava: «Necessitamos desesperadamente de um movimento feminista massivo radical, construído a partir da força do passado».

Necessitávamos disso desesperadamente e, de fato, o fizemos. Em 1996, Zillah Eisenstein escrevia em *Hatreds: Racialized and Sexualized Conflicts in the 21st Century* [Ódios: conflitos por raça e sexo no século XXI]:

O feminismo, ou os feminismos, como movimento transnacional – entendido como recusa das falsas fronteiras de gênero ou raça, e as falsas construções do «outro» – é um importante desafio ao nacionalismo masculino, às distorções do comunismo de Estado e à globalização de «livre» mercado. É um feminismo que reconhece a diversidade, a liberdade e a igualdade; que se define através e para além do diálogo entre o Norte/Ocidente e o Sul/Oriente.²

E bell hooks enfatiza:

As participantes do movimento feminista enfrentaram a crítica e os desafios sem perder seu compromisso mais sincero com a justiça e a libertação, e esse feito demonstra a fortaleza e o poder do movimento. Isso nos mostra que, apesar de terem estado profundamente equivocadas, em

1. b. hooks: *El feminismo es para todo el mundo*, Traficantes de Sueños, Madri, 2017, pp. 26–27. [Há uma edição em português: *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*, Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 2018].

2. Z. Eisenstein: *Hatreds: Racialized and Sexualized Conflicts in the 21st Century* [1996], Routledge, Nova York, 2014, p. 166.

muitas feministas a vontade de mudar, a vontade de criar um espaço que tornasse possível a luta e a libertação foi mais forte que a necessidade de se agarrar a crenças e suposições equivocadas.³

O feminismo das praças

Com toda essa bagagem, as ruas e praças começaram a ser ocupadas a partir de 2010, e as mulheres estavam lá, as feministas estavam lá. O feminismo estava no coração de todos os protestos, capacitado e disposto a lutar como sempre fez. Mas, desta vez, éramos muitas mais e – como havia anunciado bell hooks – estávamos preparadas.

A década começou com os protestos na Grécia. Em 5 de maio de 2010, uma greve geral seguida de várias manifestações multitudinárias deu início à luta contra as políticas de austeridade. As feministas estavam lá. Três anos depois das primeiras revoltas, já haviam criado Casas de Mulheres Autoadministradas. A primeira foi em Tessalônica, e a seguinte em Atenas. O lema: «Ninguém ficará sozinha na crise!» As mulheres gregas tiveram a firme determinação de se ajudarem em casos de violência de gênero, contra as dívidas sem controle ou a ditadura da austeridade. Juntas, elas pressionaram as empresas de energia para que devolvessem a luz... Na realidade, elas se envolveram em todos os combates dando especial atenção à imigração, aos milhares de pessoas, imigrantes, refugiadas que entraram na Europa pelo mar através da Grécia.

Nesse mesmo ano era desencadeada a Primavera Árabe. A Praça Tahrir do Cairo foi o lugar simbólico das revoltas. As feministas estavam lá. O patriarcado também. Foram vários os estupros de mulheres na mesma praça, com a cumplicidade dos concentrados, que nada fizeram para impedir. As jovens detidas eram submetidas a uma prova de virgindade, acusadas de prostitutas. No final do ano, ocorreu o incidente da «menina do sutiã azul». Agentes de segurança a espancaram, despiram e arrastaram por Tahrir mostrando seu sutiã azul. Mas... as feministas estavam lá. Três dias depois, manifestações formadas por multidões de mulheres eram realizadas por todo o país para demonstrar rejeição ao Conselho Supremo das Forças Armadas Egípcias.

No ano seguinte, 2011, ocorreram enormes mobilizações estudantis na América Latina, especialmente no Chile, onde jovens secundaristas e estudantes

**Desta vez, éramos
muitas mais e
– como havia
anunciado bell
hooks – estávamos
preparadas**

3. b. hooks: ob. cit., p. 84.

de universidade protagonizaram as mobilizações mais importantes do país desde a volta da democracia. Também no México, as e os estudantes saíram às ruas organizados no Movimento #Yosoy123 para exigir, especialmente, liberdade de expressão. O movimento foi autoproclamado em seu início «primavera mexicana». De modo semelhante, a Colômbia viveu sua mobilização estudantil em 2011, da qual participaram também docentes e funcionários de universidades, e que abrangeu praticamente todo o país. No Chile, no México e na Colômbia, as feministas estavam lá, algumas atuando como porta-vozes, todas muito jovens.

Nesse mesmo ano, o 15-M acampava na madrilenha Porta do Sol, e a indignação se estendeu por toda a Espanha. Poucos meses depois, em 17 de setembro, cerca de 1.000 pessoas atenderam à convocação de ocupar Wall Street com a orientação de «rebelar-se contra o sistema de tirania econômica de forma não violenta». O movimento Occupy Wall Street se consolidou em mais de 1.000 cidades dos Estados Unidos, onde foram organizados acampamentos e manifestações. As ocupações que reuniram mais pessoas foram as realizadas em Nova York, Los Angeles e Oakland. O movimento se formou nas redes sociais, e seu modelo de organização se inspirou nas experiências do Egito e da Espanha.

O feminismo dos 99% retira seu nome do lema do movimento Occupy Wall Street

Além disso, com o Occupy Wall Street, é teorizado o feminismo das praças. Finalizados os acampamentos, as feministas Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser escreveram *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Trata-se de um manifesto que dedicam «ao coletivo [feminista negro] Combahee River, que imaginou o caminho nas etapas iniciais, e às lutadoras feministas polonesas e argentinas, que abrem hoje outros novos», fazendo genealogia *sem personagens secundários*. O feminismo dos 99% retira seu nome do lema do movimento Occupy Wall Street, inspira-se nas greves feministas que começaram a se organizar em meio mundo em 2017, questiona duramente o denominado «feminismo liberal» e concentra suas críticas no neoliberalismo, como o faz a maior parte do feminismo da quarta onda. Para os 99%, é necessário concentrar-se em problemas estruturais: feminização da pobreza e precariedade das mulheres, violência de gênero, racismo, etc., pois, na verdade, os 99% são uma chamada de atenção para a colonização do neoliberalismo, que conseguiu disseminar sua filosofia por todos os cantos. Esse é o feminismo que toma como referência a situação vital, as demandas, as necessidades da imensa maioria das mulheres.

O feminismo durante essa década está nas praças e, ao mesmo tempo, vai desenvolvendo suas próprias campanhas e mobilizações. Assim, em fevereiro de 2011, as italianas se mobilizaram massivamente com o grito «Se non ora quando?»

[Se não for agora, quando?]. Eram mulheres que lutavam por seu reconhecimento e dignidade, e contra sua coisificação como objetos de troca sexual.

Há anos, as mulheres indianas se manifestam e realizam campanhas contra o estupro, expõem a violência sexual e se mobilizam por todo o país, mas o ponto de inflexão ocorreu em dezembro de 2012, quando foi praticado, em um ônibus em movimento na cidade de Nova Déli, o estupro coletivo de uma jovem estudante, que morreria dias depois pelas feridas que sofreu. Esse fato desencadeou uma onda de manifestações de indignação que levariam a endurecer a pena contra os estupradores e a triplicar o número de denúncias de estupro na capital nos anos seguintes.

Em julho de 2014, Bülent Arinç, vice-primeiro-ministro turco, declarou: «Uma mulher deve ser decente. Deve conhecer a diferença entre público e privado. Não deve rir em público». A reação foi imediata. As declarações foram a gota d'água de um sistema repressor contra as mulheres até o limite do absurdo. A campanha contra a violência de gênero na Turquia, que já se desenvolvia há algum tempo, eclodiu tanto nas ruas como nas redes sociais. Centenas de pessoas se manifestaram no centro de Istambul, e as redes foram tomadas pelas *hashtags* #direnkakhaha [a risada de resistência] e #direnkadin [mulheres que resistem].

«De Tijuana a Ushuaia, exigimos aborto legal já» foi uma das mensagens mais entoadas em 28 de setembro de 2018. Longa é a luta na América Latina pelos direitos sexuais e reprodutivos, e pela interrupção voluntária da gravidez. Foi no V Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em 1990 na Argentina, que organizações feministas de 10 países nomearam a data como o Dia pela Despenalização do Aborto. Essa campanha se estendeu por todo o mundo, mas, nos últimos anos, luta as ruas de uma região onde 90% das mulheres vivem em países que restringem a interrupção da gravidez.

De Tijuana a Ushuaia, os lenços verdes colorem as ruas e as redes sociais. Em uma região onde há mulheres condenadas a até 30 anos por aborto, as campanhas exigem «educação sexual para decidir, anticoncepcionais para não abortar, aborto legal para não morrer».

Trata-se de uma luta também travada na Polônia desde 2016. Em 2018, o governo de Mateusz Morawiecki voltou a empreender esforços para eliminar a terceira possibilidade legal de aborto – a malformação irreparável do feto –, levando muitas mulheres a se manifestarem novamente nos chamados *Czarny Protests*, ou protestos negros, manifestações nas quais elas se vestem de preto para exigir que não limitem seus direitos. Com cada protesto negro, as ruas de Varsóvia e outras cidades polonesas mudam de cor tentando evitar uma legislação que criminaliza centenas de milhares de mulheres a cada ano.

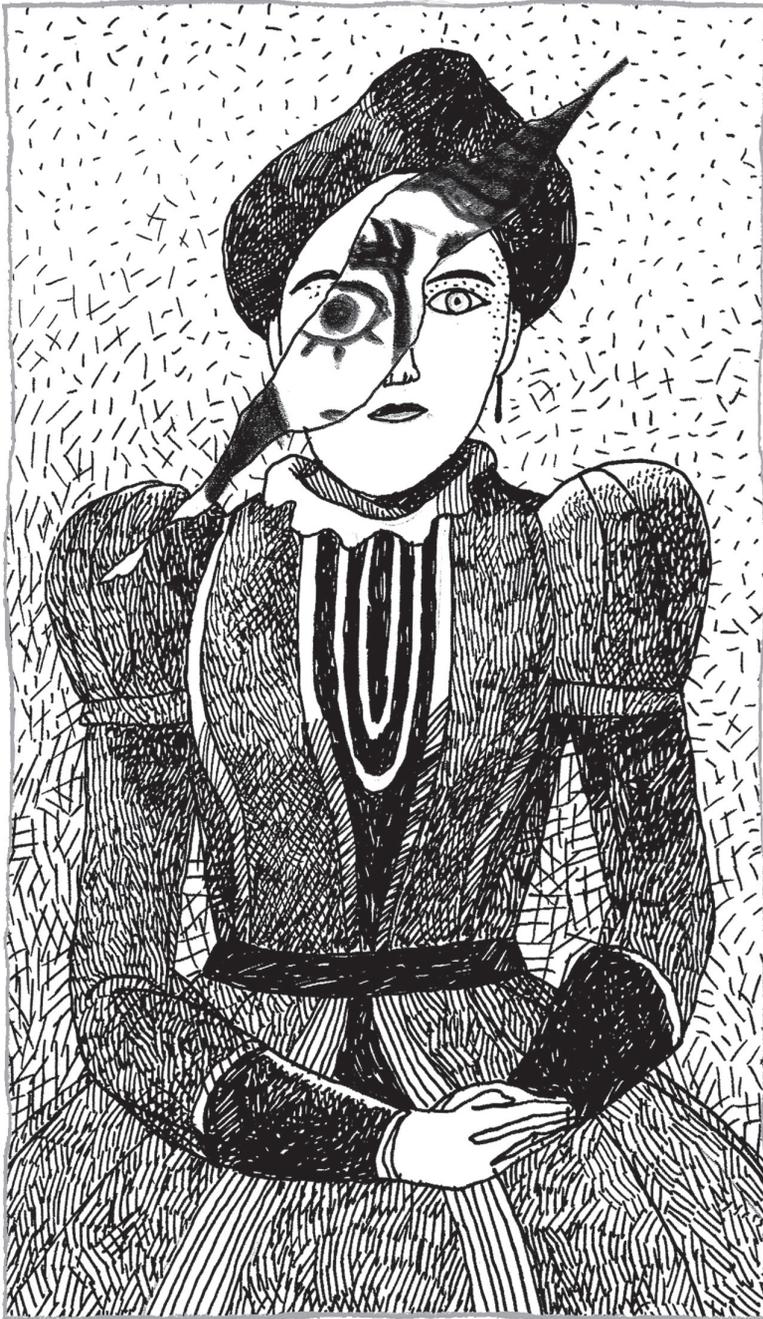
Em junho de 2015, a outra grande luta das feministas da América Latina, a erradicação dos feminicídios, também conquistava visibilidade nas mobilizações convocadas na Argentina, onde as mulheres ocuparam 80 cidades sob o lema «Nem uma a menos». Em 2016, a luta se intensificou com a mensagem «Nós nos queremos vivas» e, em 2017, a mobilização se estendeu pelo Chile, Uruguai, Peru e México sob o lema «Basta de violência machista e cumplicidade estatal». 2017 havia começado com a Marcha das Mulheres, convocada em 21 de janeiro, dia seguinte à posse do presidente estadunidense Donald Trump, conquistada com uma campanha eleitoral repleta de insultos e humilhações às mulheres. A Marcha das Mulheres foi a mobilização mais multitudinária dos EUA desde a Guerra do Vietnã. Foi convocada em Washington, mas recebeu o apoio de 700 marchas irmãs no mundo todo. Hoje, articula-se em torno da Women's March Global e move uma grande maré de reivindicações feministas. Também em 2017, o mês de outubro testemunhou o surgimento do Me Too, popularizado nas redes como *#MeToo* [A mim também].

Milhões de mulheres mobilizadas em todo o mundo. As campanhas mencionadas são apenas alguns exemplos, e poderíamos encher um livro inteiro fazendo referência ao trabalho que o feminismo protagonizou nos últimos anos no mundo todo. Basta lembrar como se celebrou o Dia Internacional da Mulher em 8 de março de 2018, quando as mobilizações percorreram as ruas de todo o planeta, inclusive em lugares como Mossul, onde cerca de 300 mulheres correram pelas ruas na primeira maratona realizada na cidade iraquiana; Arábia Saudita, onde um grupo de mulheres também correu pelas ruas da capital, Riad, praticando uma das atividades há até poucos meses proibidas; Turquia, onde as mulheres marcharam pela principal avenida de Istambul para acabar «com o patriarcado» sob uma forte vigilância policial; e até mesmo Cabul, capital afegã, onde centenas de mulheres se manifestaram.

As mulheres pararam o mundo

8 de março de 2018 foi o momento de inflexão dessa quarta onda. O feminismo já havia acumulado bagagem teórica e política suficiente, além de capacidade organizacional para lançar e resolver com sucesso uma mobilização global que mostrasse suas reivindicações e exigências, assim como seu vigor e determinação para concretizá-las. A mobilização se materializou na greve feminista.

Não foi a primeira, muito menos a última, mas a primeira realizada mundialmente. Os antecedentes mais recentes se encontravam na Islândia,



onde 90% das mulheres realizaram uma greve que durou todo o dia de 24 de outubro de 1975. As islandesas saíram às ruas e se manifestaram a favor da igualdade. Em outubro de 2016, mais de 100.000 mulheres organizaram na Polônia interrupções de trabalho, além de manifestações para reivindicar os direitos sexuais e reprodutivos. Ao final daquele mês, as argentinas também pararam com o grito «Nem uma a menos» após o assassinato de Lucía Pérez.

Em 2017, foi realizado o primeiro ensaio geral, com a I Greve Internacional de Mulheres

Em 2017, foi realizado o primeiro *ensaio geral*, com a I Greve Internacional de Mulheres, convocada para 8 de março. Ocorreram em mais de 50 países interrupções parciais sob o lema «Se nossas vidas não valem, produzam sem nós». A resposta de milhões de mulheres a essa convocação foi o germe da greve de 8 de março de 2018. Fraser afirmou que o que começou como uma série de ações de âmbito nacional se transformou em um movimento transnacional em 8 de março de 2017, quando organizadoras de todas as partes do mundo decidiram atacar juntas. Com esse golpe audacioso, elas deram um novo sentido político ao Dia Internacional da Mulher. Deixando para trás as frivolidades de mau gosto e despolitizadas, as grevistas reivindicaram as praticamente esquecidas raízes históricas desse dia no feminismo socialista e na classe trabalhadora. Suas atuações evocam o espírito da mobilização das mulheres de classe trabalhadora do início do século xx. Reencarnando esse espírito militante, as greves feministas de hoje proclamam nossas raízes nas lutas históricas pelos direitos dos trabalhadores e pela justiça social.

Unindo mulheres separadas por oceanos, montanhas e continentes, fronteiras, arames farpados e muros, elas dão um novo sentido ao lema «A solidariedade é nossa arma». Rompendo o isolamento das paredes domésticas e simbólicas, as greves demonstram o enorme potencial político do poder das mulheres: o poder daquelas cujo trabalho remunerado ou não remunerado sustenta o mundo.

A indignação, o cansaço e a saturação como capital político

Do Iêmen à China, do Reino Unido ao Afeganistão e aos EUA, a quarta onda ressoa no mundo todo. Não sabemos até onde chegou a influência das palavras de bell hooks; provavelmente, como sempre ocorreu, o tsunami atual foi provocado pelo pensamento e pela ação de milhares de mulheres em todo o mundo. E por que o feminismo voltou como tsunami, infiltrando-se

em todos os cantos do mundo? Fenômenos como esse nunca têm uma resposta simples.

Em primeiro lugar, como diz Rosa Cobo, a *macrorrevisão* feita pelo feminismo desde os anos 1980 foi determinante. A quarta onda apareceu precisamente porque o feminismo assumiu a diversidade das mulheres e firmou essa ideia em sua configuração ideológica, de modo que já é possível deslocar o foco do interior do feminismo para fora, para os fenômenos sociais patriarcais mais opressivos. Sem esse lento e aparentemente imperceptível deslocamento, a quarta onda não teria sido possível.

Além disso, milhões de mulheres no mundo estavam cansadas e fartas; cansadas de ceder, fartas de ser relegadas. A reação patriarcal foi tão intensa desde os anos 1980 e golpeou com tanta força que toda a indignação, o profundo cansaço e a saturação das mulheres se transformaram em um grande capital político. Diante de tamanha reação patriarcal, o surgimento da reação feminista era iminente.

Quando ainda estávamos nos refazendo dessa potente reação patriarcal e o feminismo se reerguia, duas circunstâncias se precipitaram. Por um lado, o neoliberalismo explodiu na grande crise de 2008 e, por outro, o fascismo foi repaginado e ressuscitou na forma de partidos políticos e candidaturas presidenciais que aspiravam novamente a governar o mundo. Dentro da reação patriarcal, ocupa um lugar de destaque a organização dos grupos *antieleição* e os que se autodenominam *pró-vida*, embora sua defesa da «vida» consista apenas em sua oposição aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; são especialmente beligerantes e violentos contra o aborto, mas não se conhece de sua parte nenhuma defesa desses fetos quando nascem e se tornam meninas ou mulheres. Esses grupos defendem a vida somente enquanto ela está no ventre das mulheres gestantes. A partir do nascimento, eles se esquivam das crianças abusadas, das meninas estupradas, das mulheres maltratadas. Essa nova Inquisição é composta basicamente de fundamentalistas religiosos e militantes conservadores, ultraconservadores e populistas.

A quarta onda feminista se levantou contra tudo isso. Em 1971, Angela Davis havia escrito que o fascismo é um processo, e seu desenvolvimento e ampliação são de natureza cancerígena; portanto, é preciso combatê-lo em seu princípio. As feministas foram as primeiras.

O outro câncer enfrentado pelo feminismo no século XXI foram as políticas econômicas neoliberais, que trouxeram consigo uma nova política sexual. Além de criar uma nova classe social – o *precariado* – claramente feminizada, a economia neoliberal transformou a sexualidade feminina e sua capacidade de procriar em um grande negócio global com duas grandes indústrias: a indústria do sexo e a dos ventres de aluguel. O novo discurso econômico patriarcal transforma a vida em mercadoria. O neoliberalismo

tenta nos convencer de que os desejos podem se tornar direitos caso se tenha dinheiro suficiente para comprá-los e reduz a liberdade a uma mera troca; se você pode trocar algo (ainda que seja seu próprio corpo), está exercendo sua liberdade de escolha (não importa em que condições essa troca ocorra).

Rosa Cobo assinala que o feminismo soube identificar a política sexual do neoliberalismo de um modo que desmascarou a misoginia que alimenta seu núcleo duro. A filosofia neoliberal, segundo a qual tudo pode ser comprado e vendido, está golpeando a vida das mulheres, explorando-as econômica e sexualmente (feminização da pobreza, diferença salarial, trabalhos precários, economia submersa, crescimento exponencial do tráfico de mulheres e da prostituição, surgimento de novos nichos de negócio, como compra, venda e aluguel de ventres, entre outros fenômenos)⁴. Diante disso, as feministas voltaram a exigir políticas redistributivas e a colocar na linha de frente do debate político a precarização das vidas das mulheres, bem como a profunda crise de cuidados na qual estamos imersas.

Além da revisão interior e da reação feminista diante da reação patriarcal, um terceiro elemento explicaria o surgimento da quarta onda. Até agora, as ondas anteriores surgiram simultaneamente a uma «crise civilizatória»,

A quarta onda é contemporânea à sociedade da informação e ao que se começa a denominar Quarta Revolução Industrial

para usar as palavras de Amelia Valcárcel, isto é, no momento de mudanças nos sistemas políticos e econômicos mundiais.

A quarta onda é contemporânea à sociedade da informação e ao que se começa a denominar Quarta Revolução Industrial. O conceito «sociedade da informação» começou a ser utilizado no Japão na década de 1960, mas será o sociólogo Manuel Castells que examinará as características do novo paradigma para cunhar não essa noção, mas a de «era informacional», tendo a internet como fundamento principal desse novo modo de organização social em esferas tão díspares quanto as relações interpessoais, as formas de trabalho e os modos de construir a identidade própria. Segundo Castells, a sociedade da informação é aquela na qual as tecnologias facilitam as atividades de criação, distribuição e manipulação da informação, e desempenham um papel essencial nas atividades sociais, culturais e econômicas⁵.

Klaus Schwab, fundador e diretor geral do Fórum Econômico Mundial, explica que a Quarta Revolução Industrial seria aquela que está mudando a

4. R. Cobo Bedia: *La prostitución en el corazón del capitalismo*, Catarata, Madrid, 2017.

5. M. Castells: *La era de la información*, 3 vols., Siglo Veintiuno, Cidade do México, 2001-2002. [Há edições em português. *A era da informação*, 3 vols., Paz & Terra, Rio de Janeiro, 2009-2020].

forma de viver, trabalhar e nos relacionar, e se fundamenta no exponencial e vertiginoso desenvolvimento tecnológico em campos como inteligência artificial, robótica, internet das coisas, impressão 3D, nanotecnologia, biotecnologia, computação quântica, etc.⁶ Trata-se de uma revolução que está mudando não só o que fazer e como fazer, mas até mesmo quem somos. Sem dúvida, como veremos a seguir, a quarta onda feminista está definida pela tecnologia.

A quarta onda está caracterizada por um despertar, uma tomada de consciência majoritária e uma luta global contra a verdadeira raiz da opressão das mulheres. Mas quais seriam suas principais características? Em primeiro lugar, o feminismo atualmente – e pela terceira vez em sua história – se tornou um movimento de massas. Isso havia ocorrido antes com o sufrágismo (pela primeira vez) e, mais tarde, o feminismo radical conseguiu o mesmo, mas a quarta onda apresenta uma novidade: o feminismo é finalmente global. Não existe nenhum país do mundo onde não haja feminismo de uma forma ou de outra.

Virginia Guzmán e Claudia Bonan descrevem como esse movimento de massas vai sendo construído a partir da década de 1990 e, ao mesmo tempo, aprofundando-se em seu papel de força modernizadora e civilizadora. A partir dos anos 1990, os movimentos feministas se expandiram de modo acelerado por diversas regiões geográficas e adotaram diferentes expressões. Suas formas de organização se tornaram mais complexas, sua composição passou a ser mais heterogênea, e o alcance de suas ações e agendas, mais amplo⁷.

A presença das mulheres nos âmbitos transnacionais as transformou em protagonistas visíveis das relações internacionais e participantes ativas – juntamente com outros movimentos, como de direitos humanos, ambientalistas, minorias sexuais, negros, indígenas – dos processos de formulação de leis, marcos normativos e agendas políticas internacionais. A constituição de redes conectou diferentes grupos feministas por todo o mundo e permitiu a circulação de ideias, recursos e formas de comportamento solidário. Sua presença nos espaços transnacionais teve a dupla virtude de dar visibilidade internacional a seu protagonismo e suas propostas, irradiando ao mesmo tempo às suas sociedades o reconhecimento obtido nesses espaços globais e, dessa forma, pressionar os limites culturais e políticos que as sociedades nacionais impõem para o desenvolvimento das agendas políticas dos movimentos sociais.

Como conclusão, a experiência política do movimento feminista nos últimos anos fomentou o desenvolvimento de um forte sentimento de pertencimento a

6. K. Schwab: *La cuarta revolución industrial*, Debate, Madri, 2016. [Há uma edição em português. *A quarta revolução industrial*, Edipro, São Paulo, 2018].

7. V. Guzmán e C. Bonan: «Feminismo y modernidad» em *Debate Feminista* Nº 35, 2007.

uma luta emancipatória de caráter global. Esse processo permitiu ter acesso e contribuir para uma crescente consciência sobre a diversidade de formas de luta, o multiculturalismo, as diferentes interpretações que suscitam as desigualdades, exclusões e discriminações, bem como suas formas de superação.

As agendas feministas contemporâneas são agendas múltiplas e pactuadas entre um grande espectro de sujeitos políticos, em que se articula um conjunto complexo de temáticas relativas à transformação global das formas de vida em sociedade sob os ideais de emancipação, justiça social, liberdade e não discriminação: a economia, o comércio e o orçamento público; as formas de produção e consumo; as transformações no mundo do trabalho; o desenvolvimento científico e tecnológico; a bioética e a biossegurança; as migrações internacionais; a guerra e a paz; o meio ambiente e a qualidade de vida; o combate à corrupção e ao crime organizado; as reformas dos sistemas multilaterais; a governabilidade, a redefinição do papel dos Estados nacionais e das formas de cidadania em um mundo globalizado. A segunda característica da quarta onda é a interseccionalidade, a proposta feminista que possibilitou essa mobilização global. Seguindo Rosa Cobo, não teria sido possível transmitir a mensagem e convencer se o feminismo não tivesse assumido a diversidade das mulheres e, ao mesmo tempo, voltado a concentrar suas energias nas políticas de distribuição. Ou seja, por um lado, o feminismo passou a ser mais amplo. Em um primeiro momento, tornou-se global internamente para, depois, fazer o mesmo externamente. Isso significa que «já não é preciso escolher um grupo», entre o movimento feminista e o antirracista, por exemplo. Segundo Kira Cochrane, a interseccionalidade é o princípio orientador das feministas atuais⁸. Além de tornar o movimento feminista mais amplo e respeitoso, a interseccionalidade gerou um efeito inesperado: a exigência de autoavaliação de privilégios.

Talvez não seja arriscado afirmar que o início do século XXI será lembrado como o momento em que as mulheres quebraram o silêncio. O silêncio é o mandato patriarcal por excelência. Durante séculos, as mulheres foram expressamente proibidas de ter conhecimento, ler, escrever, criar, falar em público e várias outras atividades. Esse pacto de silêncio forjado sobre o medo delas, a violência deles e a indiferença da maioria tinha conseguido normalizar o abuso, o maltrato e até mesmo gerar a cultura do estupro em que vivemos.

Milhões de mulheres em todo o mundo disseram que isso acabou. Milhares de mulheres deixaram de ter medo e estão dispostas a falar alto e claro nas redes sociais, diante das câmeras e dos tribunais. Milhares de mulheres em todo o mundo sabem que, longe de nos proteger, o silêncio e

8. K. Cochrane: *Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómade*, Gedisa, Barcelona, 2015.

a submissão amparam os agressores e alimentam a impunidade, o combustível da violência.

O feminismo da quarta onda está definido pela tecnologia. A internet está permitindo que o feminismo construa um movimento on-line forte, popular e reativo. Por sua vez, as redes sociais provocam um novo tipo de ação, a das multidões anônimas, organizadas de forma rápida e precisa, com objetivos claros e comuns, e uma estratégia que pode ser discutida e planejada. As redes se mantêm depois que a ação desaparece, podendo ser vistas como conexões virtuais permanentes que vão gerando a consciência de grupos cada vez mais jovens e relacionados no mundo todo. São grupos que nascem no mundo virtual e, depois, sentem a necessidade também de se organizar em seus respectivos âmbitos, aproximando-se do movimento feminista organizado, mas criando seus próprios grupos feministas nos institutos, nas universidades e em outros âmbitos. Um novo espaço de opinião pública ao qual as mulheres nunca tinham tido acesso pelo controle patriarcal dos meios de comunicação.

Por outro lado, consolida-se a crescente aliança com o ecologismo e, por sua vez, o desenvolvimento do ecofeminismo. A quarta onda também é intergeracional. Não há *substituição* geracional, pois ninguém se foi. Está sendo produzido um diálogo intergeracional no qual feministas de trajetória longa e muito longa trabalham juntamente com mulheres jovens compartilhando lideranças, propostas e discursos. A novidade da quarta onda é a entrada de milhões de mulheres jovens no movimento feminista, algumas inclusive organizadas desde o ensino médio.

Essa chegada massiva de jovens à militância feminista – além de novos olhares, respostas e formas de militância – fez também com que boa parte da quarta onda se articulasse em torno da denúncia da violência sexual, a mais invisibilizada de todas e sofrida especialmente por meninas, adolescentes e mulheres jovens.

O feminismo da quarta onda também se caracteriza por combater o modelo não só nos regimes autoritários, mas também nas democracias atuais por déficit de legitimidade.

«Borrar as fronteiras sem queimar as pontes», propõe Rosi Braidotti⁹. Não consigo pensar em uma ideia mais poderosa que essa, a construção de um feminismo-ponte, um feminismo que abra caminhos e convide a passar de um lugar inóspito a outro que realmente queremos habitar, um lugar onde seja possível respirar. ☒

9. R. Braidotti: *Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómada*, Gedisa, Barcelona, 2015.

Até onde vão os movimentos pela justiça climática?

Maristella Svampa

A irrupção de um ativismo climático de matriz juvenil não só revitalizou o campo de ação, mas também criou novas expectativas em um contexto de renovada urgência climática. Esse movimento não está livre de riscos – como sua restrição a uma dimensão cultural-expressiva ou a paralisia *colapsista* –, mas sua persistência é de enorme importância no contexto do fracasso sucessivo das cúpulas globais sobre o clima.

O cenário atual apresenta uma profunda divisão. Por um lado, observa-se a convergência entre um processo de direitização política, uma preocupante cegueira ambiental e um perigoso deslizamento ideológico de amplos setores subalternos, seduzidos pelo discurso neofascista, que denunciam os resultados excludentes da globalização neoliberal. Por outro lado, a deterioração ambiental e o crescimento exponencial das catástrofes climáticas se correlacionam com o aumento das ações de protesto e o surgimento de novos coletivos e organizações – muitos

Maristella Svampa: é socióloga e escritora. Seus livros mais recentes são *Chacra 51. Regreso a la Patagonia en los tiempos del fracking* (Sudamericana, Buenos Aires, 2018) e *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias* (CALAS / Universidad de Guadalajara, Zapopan, 2018).

Palavras-chave: aquecimento global, justiça ambiental, justiça climática, movimentos sociais.

Nota: as ideias expostas neste texto fazem parte do livro *Una brújula en tiempos de crisis climática. Por qué debemos salir de los modelos de mal desarrollo* (escrito em coautoria com Enrique Viale, Siglo Veintiuno, 2020). A versão original deste artigo foi publicada em espanhol em *Nueva Sociedad* N° 286, 3-4/2020, disponível em <www.nuso.org>. Tradução de Luiz Barucke.

deles coordenados globalmente – que denunciam a guerra contra a natureza e exigem mudanças drásticas na política climática das potências mundiais e autoridades políticas.

Que alcance têm essas mobilizações globais em um contexto planetário de crescente autoritarismo e diante de um horizonte cada vez mais *colapsista*? Quais são as reivindicações e mensagens mais importantes desses novos movimentos de cidadãos? Estamos presenciando a cristalização de uma rede de movimentos e ações que ilustram a possível emergência de uma «sociedade em movimento»? A demanda por justiça climática implica quais novos protagonismos?

Neste artigo, apresentarei a composição do espaço da justiça climática de uma perspectiva histórica. Minha tese é que existe atualmente um campo de ação amplo e heterogêneo atravessado pela problemática da justiça climática, revitalizado por um protagonismo juvenil mais radicalizado ao calor dos negacionismos e dos desastres ecológicos. Esse campo inclui:

- organizações de base (movimentos socioambientais locais e culturais, ONGs ambientalistas, organizações de povos originários, entre outros);

- redes de organizações e movimentos sociais que nascem como instâncias de coordenação para a realização de ações de protesto pontuais e específicas, simultâneas em diferentes regiões do mundo e que questionam as elites políticas e econômicas, seja na Organização Mundial do Comércio (OMC), nas Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP), no Fórum de Davos ou, recentemente, nas marchas globais pelo clima;

- protestos de jovens na forma de «greves climáticas», como as que promovem a Fridays for Future (Sextas-feiras pelo Futuro), a Extinction Rebellion (Rebelião contra a Extinção), a Jóvenes por el Clima (Jovens pelo Clima) e até mesmo as mobilizações espontâneas ou ações de desobediência civil que exigem mudanças nas políticas climáticas e/ou denunciam a inação dos respectivos governos diante de determinados crimes ambientais (incêndios na Amazônia e na Austrália, etc.).

Partimos do princípio de que é necessário tomar como unidade de análise as ações coletivas de protesto, não apenas as organizações. Como defende o economista ecológico Joan Martínez Alier: «Para que haja um movimento, não faz falta uma organização. É equivocado buscar a presença do movimento global por justiça ambiental mais nos diferentes nomes das organizações do que nas ações locais, em suas diversas formas e expressões culturais»¹.

1. Ver J. Martínez Alier: «Una experiencia de cartografía colaborativa. El Atlas de Justicia Ambiental» em *Nueva Sociedad* Nº 286, 3-4/2020, disponível em <www.nuso.org>.

As raízes dos movimentos

Por muito tempo, a história das lutas e formas de resistência coletiva no Ocidente esteve associada às estruturas de organização da classe trabalhadora, considerada o ator privilegiado da mudança histórica. A ação organizada dessa classe era conceitualizada em termos de «movimento social», na medida em que aparecia como o ator central e, potencialmente, a expressão privilegiada de uma nova alternativa social ao modelo capitalista vigente. No entanto, a partir da década de 1960, a multiplicação das esferas de conflito, as mudanças nas classes populares e a consequente perda da centralidade do conflito industrial evidenciaram a necessidade de ampliar as definições e categorias analíticas. Para dar conta dessa realidade, instituiu-se a categoria – ao mesmo tempo empírica e teórica – de «novos movimentos sociais» na busca de caracterizar a ação dos diferentes movimentos que expressavam uma nova politização da sociedade diante da exposição pública de temáticas e conflitos tradicionalmente considerados próprios do âmbito privado ou que apareciam naturalizados, associados ao desenvolvimento industrial.

Foram compreendidos nesse contexto os nascentes movimentos ecologistas ou ambientais que, juntamente com os movimentos feministas, pacifistas e estudantis, ilustravam o surgimento de novas coordenadas

Os movimentos ecologistas e pacifistas direcionavam suas críticas ao produtivismo

culturais e políticas. Os movimentos ecologistas e pacifistas direcionavam suas críticas ao produtivismo, que alcançava tanto o capitalismo como o socialismo de matriz soviética, e apareciam unificados por trás do questionamento do uso da energia nuclear.

Assim, os anos 1970 viram a questão ambiental entrar na agenda global. Surgiram então instituições internacionais e novas plataformas de intervenção – como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) –, diferentes organizações de natureza ecologista, os primeiros partidos verdes (tendo o partido alemão como modelo) e diversas ONGs com tendências e origens ideológicas muito contrastantes, que iam desde as mais conservadoras até as mais radicais.

Na década de 1980, houve uma inflexão associada ao surgimento do movimento por justiça ambiental, nascido nos Estados Unidos e vinculado às lutas das comunidades afro-americanas, cujos bairros eram os mais afetados pelas atividades mais contaminantes como destinos de resíduos tóxicos e da instalação de determinadas indústrias. Trata-se de um enfoque integral que, desde sua origem, enfatiza a desigualdade

dos custos ambientais, a falta de participação e de democracia, o racismo ambiental, a injustiça de gênero e a dívida ecológica². Por sua vez, nascem na mesma época as mobilizações socioambientais nos países do Sul. Martínez Alier³, que estudou os novos conflitos ambientais nos cinco continentes, batizou esses movimentos de «ecologia popular» ou «ecologia dos pobres». Com isso, ele se referia a uma corrente que crescia em importância e dava ênfase aos conflitos ambientais que, em diversos níveis (local, nacional e global), são causados pela reprodução globalizada do capital, pela nova divisão internacional e territorial do trabalho, e pela desigualdade social. A divisão desigual do trabalho, que repercute na distribuição dos conflitos ambientais, prejudica sobretudo as populações pobres e mais vulneráveis. Além disso, Martínez Alier afirmava que, em muitos conflitos ambientais, os pobres se alinham na defesa da preservação dos recursos naturais não por convicção ecológica, mas com o fim de preservar seu modo de vida.

Por outro lado, em 1999, entraram na cena pública global os movimentos antiglobalização após a batalha de Seattle, quando conseguiram interromper a reunião da OMC. Ligados a uma narrativa que questiona a globalização neoliberal e responsabiliza o capitalismo pela degradação social e ambiental, os movimentos e organizações ambientais se propuseram a questionar as instituições internacionais que regulam o capitalismo no mundo.

Assim, o movimento pela justiça climática é o herdeiro natural dessas três correntes mais antigas. Ele nasceu associado às ONGs menores, que buscavam se reapropriar criticamente desse conceito, recuperando sua dimensão mais confrontadora e integral. Somente em 2009, após o fracasso da COP em Copenhague, o apelo à justiça climática encontraria uma tradução em termos de movimento global de caráter mais radical, com eixo na crítica ao capitalismo e tendo a transição energética como horizonte.

O conceito de «justiça climática» foi introduzido em 1999 pelo grupo Corporate Watch (membros ativos do movimento por justiça ambiental), que tinha sede em San Francisco e se propunha a abordar as causas do aquecimento global, exigir que as empresas responsáveis pelas emissões (petroleiras) prestassem contas e apresentar a necessidade da transição energética. Ainda que os princípios tenham sido estabelecidos em Bali (International Climate Justice Network, 2002), a nova agenda ambiental foi apresentada à sociedade em várias reuniões, uma delas na sede da Chevron

2. Sobre o tema, v. Henri Acselrad: «Movimiento de justicia ambiental. Estrategia argumentativa y fuerza simbólica» em Jorge Riechmann (coord.): *Ética ecológica. Propuestas para la reorientación*, Nordman, Montevideo, 2004.

3. J. Martínez Alier: *El ecologismo de los pobres. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración*, Icaria, Barcelona, 2005. [Há uma edição em português: *O ecologismo dos pobres*, Contexto, São Paulo, 2007].

Oil em San Francisco. Como conceito totalizador, ele busca retomar a visão integral da justiça ambiental, nascida nos bairros afro-americanos dos EUA onde se denunciava o racismo ambiental, assim como a dimensão social mais presente na chamada ecologia dos pobres, esta última associada às resistências territoriais dos países do Sul global. Dessa perspectiva, a justiça climática «exige que as políticas públicas estejam baseadas no respeito mútuo e na justiça para todos os povos», além de «uma valorização das diversas perspectivas culturais»⁴. Embora haja interpretações diversas, ela propõe não só uma política de igualdade, mas também de reconhecimento e participação política dos setores afetados.

Em termos organizacionais, os movimentos pela justiça climática partilham do *ethos* próprio dos movimentos alterglobalização: a ação direta e o caráter público, a vocação nômade pelo cruzamento social e pelo multipertencimento, as redes de solidariedade e os grupos de afinidade aparecem como elos no processo sempre fluido e constante de construção da identidade.

O cenário das COP

Na Cúpula da Terra do Rio de Janeiro, realizada em 1992, foram firmados instrumentos como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, por sus siglas en inglés) e o Convênio sobre a Diversidade Biológica (CDB). Simultaneamente, iniciaram-se negociações na busca de uma Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação. Dois anos depois, em 1994, a UNFCCC entrou em vigor e, em 1995, foi celebrada a Primeira Conferência das Partes (COP). A COP nasceria assim como o órgão supremo da Convenção e a associação de todos os países dela signatários («as partes»), cujo objetivo é a estabilização das concentrações de gases do efeito estufa na atmosfera para impedir riscos ao sistema climático. Participariam das reuniões anuais especialistas em meio ambiente, ministros, chefes de Estado e ONGs.

De 1995 a 2019, foram realizadas 25 COP. Como afirmou Antonio Brailovsky, um dos ecologistas pioneiros na Argentina, pouco antes de iniciar a última COP, em Madri,

O simples fato de haver uma reunião número 25 para debater os problemas do clima significa que se reuniram 24 vezes e fracassaram em chegar a um acordo que funcione. Sempre prometem algo e depois não cumprem.

4. David Schlosberg: «Justicia ambiental y climática: de la equidad al funcionamiento comunitario» em *Ecología Política*, 18/6/2011.

Dessa forma, temos 24 exemplos de fracasso de cúpulas do clima em que muito foi dito e nada se cumpriu. Portanto, não vejo razões para pensar que desta vez será diferente.⁵

Uma das cúpulas que geraram mais esperança foi a COP3, realizada no Japão e na qual, após intensas negociações, foi assinado o Protocolo de Kyoto. Esse instrumento, juntamente com o Protocolo de Montreal (de 1987, sobre proteção da camada de ozônio), foi um dos dois documentos mais importantes da humanidade até esse momento para regular as atividades antropogênicas. Foram nele estabelecidos objetivos vinculantes para 37 países industrializados, que deveriam reduzir de 2008 a 2012 – seu período de vigência – 5% de suas emissões de gases do efeito estufa em relação ao nível de 1990⁶.

O Protocolo de Kyoto se tornou legalmente vinculante para 30 países industrializados, e alguns deles realmente começaram a reduzir suas emissões em comparação com 1990. Por outro lado, os chamados países em desenvolvimento (como China, Índia e Brasil) aceitaram assumir suas responsabilidades, mas sem incluir objetivos de redução de emissões. A Rússia ratificou o protocolo em 2005, sendo a COP de Montreal a primeira em que o pacto entrou em vigor. Mas sem o compromisso dos EUA – país responsável por um terço das emissões mundiais e que se retirou em 2001 durante a gestão George W. Bush – e com o aumento das emissões por parte de países emergentes como Índia e China, o protocolo acabaria por perder muito de sua eficácia ambiental. Além disso, ele teve sua força reduzida pela introdução de mecanismos e vias que possibilitaram que os países industrializados contabilizassem reduções de emissão não realizadas em seu próprio território, os chamados «mecanismos de flexibilidade», como o comércio de emissões (a compra direta de cotas de dióxido de carbono), e outros que envolvem investimentos em outros países para que estes emitam menos, como o mecanismo de desenvolvimento limpo e a aplicação conjunta.

Enquanto isso, a participação da sociedade civil nas COP, visível em um arco amplo de movimentos ecologistas e ONGs ambientalistas de projeção internacional, crescia cada vez mais (no caso latino-americano, foram criadas as Cúpulas dos Povos). Em 2005, estiveram na COP11 de Montreal cerca

**Uma das cúpulas
que geraram
mais esperança
foi a COP3, realizada
no Japão**

5. Mario Hernández: «Si hay una COP25 quiere decir que se han reunido 24 veces y han fracasado», entrevista a A. Brailovsky em *Rebelión*, 30/11/2019.

6. Ricardo Estévez: «¿Conoces en qué consiste el GHG Protocol?», em *Ecointeligencia*, 20/5/2013.

de 10.000 participantes. Em 2007, marcado pela ação global e como «movimento de movimentos», um ecologismo cada vez mais ativo foi caminhando para a formação da Climate Justice Now (Justiça Climática Agora), que reuniu as principais organizações⁷.

A COP15, realizada em Copenhague em 2009, acabou sendo um grande fracasso

Apesar das expectativas, a COP15, realizada em Copenhague em 2009, acabou sendo um grande fracasso. Foi aprovado um texto elaborado por poucos países (EUA, China e outros emergentes) que, além de sua total falta de transparência, tornou-se uma mera declaração de intenções, pois, ao contrário do Protocolo de Kyoto, não continha os compromissos de redução de emissões necessários para evitar o aquecimento global, embora promovesse a criação de um fundo verde. Além disso, as tensões vividas dentro e fora da cúpula deixaram evidente a mudança de forças em termos geopolíticos: o papel da China, principal país emissor de gases do efeito estufa juntamente com os EUA, era um sinal claro de como os tempos haviam mudado entre 1997 (ano de assinatura do Protocolo de Kyoto) e 2009⁸.

Copenhague significou o fim de um ciclo para muitos movimentos sociais e ONGs que foram excluídos da cúpula e liderariam uma enorme mobilização que sitiou a capital nórdica. Como afirmou Ramón Fernández Durán, fundador da Ecologistas en Acción, o representativo ato final foi a repressão policial da mobilização, pois mostrou que «a visão pública dos cidadãos não era bem-vinda em um encontro vazio de conteúdo e sequestrado pelos poderosos»⁹. Como consequência, houve um distanciamento dos grupos mais críticos, que concluíram não ser possível enfrentar as mudanças climáticas sem questionar o capitalismo global. Daquele momento em diante, o movimento adotaria o lema «Mudar o sistema, não o clima».

Por outro lado, em resposta ao fracasso de Copenhague, os países do chamado «eixo bolivariano», liderado pela Bolívia, convocaram uma contracúpula com caráter de ruptura em Tiquipaya, a 30 quilômetros de Cochabamba, chamada de Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e Direitos da Mãe Terra. Realizada em 2010, essa cúpula reuniu mais de 30.000 pessoas de 140 países. A ambiciosa iniciativa¹⁰ denunciou a responsabilidade do capitalismo na deterioração do meio ambiente e a dívida ecológica, buscando ao mesmo tempo colocar na agenda os direitos da

7. «Princípios» em *Climate Justice Now*, <<https://climatejusticenow.org/sobre-cjn/principios/>>.

8. Tom Kucharz: «La justicia climática como reto social y político» em *Ecologistas en Acción*, 18/4/2010.

9. Ramón Fernández Durán: «Fin del Cambio Climático como vía para 'Salvar todos juntos el Planeta'» em *Ciudades para un Futuro más Sostenible*, 2010.

10. Ela foi promovida pelo ambientalista Pablo Solón, então embaixador da Bolívia na ONU.

natureza e o «viver bem». Contudo, a iniciativa do governo boliviano teve vida curta: um ano depois, a proposta não foi contemplada na COP de Cancun; os movimentos sociais que questionavam a cúpula foram mantidos distantes do recinto oficial, e a Bolívia ficou sozinha no momento das votações. Além disso, o Fundo Verde, orientado a mitigar os impactos gerados pelas mudanças climáticas, ficou submetido à supervisão do Banco Mundial.

Como corolário, a promessa ecológica de Evo Morales e a narrativa de respeito aos direitos da Mãe Terra acabariam sendo desmentidas em seu próprio território diante do avanço de projetos de caráter extrativista e da expansão da fronteira agropecuária. A retórica oficial se revelou falsa e inconsistente, sobretudo após o conflito pelo Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS) em 2011, que envolveu o enfrentamento entre o governo boliviano e várias comunidades indígenas, e expôs o duplo discurso oficial, evidenciado com a adoção de uma clara política extrativista, altamente desqualificadora e criminalizadora com relação aos ambientalismo críticos do país¹¹.

Os movimentos pela justiça ambiental e climática foram se organizando em torno de ações e redes de protesto, o que passou a desenhar, como defende Martínez Alier, uma nova cartografia de territórios em resistência que – seguindo Naomi Klein – se denominaria «Blockadia»¹². O mapa destaca as ações coletivas e diversas estratégias de enfrentamento contra a expansão territorial do capital que incluem desde mobilizações e bloqueio de estradas e ruas até a ocupação de territórios e outras formas de resistência civil. Na América Latina, são sobretudo as lutas contra o neoextrativismo que liderarão os movimentos pela justiça ambiental em suas diferentes modalidades: luta contra a expansão das fronteiras de exploração de hidrocarbonetos, mineração e agropecuária, biocombustíveis, megarrepresas e também passivos ambientais e expansão de zonas de sacrifício. Na América do Norte, serão as ações de protesto contra as tubulações de gás do fraturamento hidráulico (*fracking*) que cruzam territórios indígenas (por exemplo, contra o Dakota Access Pipeline). Na Europa, é preciso incluir a luta contra as minas de carvão (como na Alemanha) e contra as atividades de fraturamento hidráulico (França, Bulgária e Inglaterra), além de diferentes ações de bloqueio contra o transporte de combustíveis fósseis. Nos últimos tempos, ganharão protagonismo as marchas globais pelo clima.

11. Abordamos o tema em M. Svampa: *Debates latinoamericanos. Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo*, Edhasa, Buenos Aires, 2016.

12. J. Martínez Alier, Alice Owen, Brototi Roy, Daniela del Bene e Daria Rivin: «Blockadia: movimientos de base contra los combustibles fósiles y a favor de la justicia climática» em *Anuario Internacional CIOB 2018*, 7/2018; J. Martínez Alier: «Una experiencia de cartografía colaborativa. El Atlas de Justicia Ambiental», cit.

As marchas globais pelo clima

Nos EUA, o catalisador do movimento pela justiça climática foi novamente a denúncia do racismo ambiental, que voltou a ganhar força em 2005 quando o furacão Katrina arrasou as comunidades mais pobres de origem afro-americana de Nova Orleans e evidenciou as enormes desigualdades existentes no país mais rico do planeta. Em 2012, a passagem do furacão Sandy por Nova York causou 285 mortes e 75 bilhões de dólares em danos, além de provocar o início de uma mudança cultural. Os apagões afetaram mais de dois milhões de pessoas e, enquanto os escritórios centrais do Goldman Sachs em Manhattan permaneciam iluminados e Wall Street pôde amortecer os piores efeitos utilizando geradores próprios, os pobres e menos poderosos ficaram presos no sistema de desigualdade, sem nenhum amparo do Estado¹³.

Dois anos mais tarde, em 21 de setembro de 2014, Nova York recebeu a Marcha dos Povos, em que cerca de 400.000 pessoas se manifestaram exigindo políticas ativas contra as mudanças climáticas. Estavam entre os *slogans* presentes «Não existe planeta B», «As florestas não estão à venda», «Não ao fraturamento», «Não é possível deter as mudanças climáticas sem deter a máquina de guerra dos EUA»¹⁴. Também ocorreram mobilizações contra as mudanças climáticas em outras 166 cidades do mundo. De caráter mais expressivo e festivo que confrontador¹⁵, a marcha foi realizada antes da Cúpula das Nações Unidas sobre o Clima, que buscava chegar a um acordo para a COP21, com as expectativas postas na COP de Paris que seria realizada um ano depois, em 2015.

O Acordo de Paris foi assinado em 2015 no âmbito da COP21. Apesar dos aplausos, esse acordo apresenta enormes falhas e fragilidades. Logo se identificou no documento final que não apareciam palavras-chave como «combustíveis fósseis», «petróleo» e «carvão», e a dívida climática do Norte perante o Sul brilhava por sua ausência. Foram excluídas também as referências aos direitos humanos e das populações indígenas, movidas para o preâmbulo. Além disso, ainda levaria um tempo para que esse acordo entrasse em vigor, somente em 2020, e a primeira avaliação de resultados está prevista para 2023. Poderia ser dito até mesmo que houve um retrocesso em relação aos acordos anteriores, já que o cumprimento do pactuado e a forma de implementação – redução de emissões de dióxido de carbono para

13. Geoff Mann e Joel Wainwright: *Leviatán climático. Una teoría sobre nuestro futuro planetario*, Biblioteca Nueva, Madri, 2018, p. 278.

14. Gloria Grinberg: «Marcha de los pueblos' contra el cambio climático en Nueva York» em *La Izquierda Diario*, 23/9/2014.

15. G. Mann e J. Wainwright: op. cit., p. 280.

que o aumento da temperatura média não ultrapasse 2 °C – são voluntários e dependem de cada país. Também não houve propostas concretas para combater os subsídios que estimulam o uso dos combustíveis ou para deixar no subsolo 80% de todas as reservas conhecidas desses combustíveis, como recomenda inclusive a Agência Internacional de Energia, entidade que não se caracteriza por sua visão ecológica. Não são questionados o crescimento econômico e, muito menos, o sistema do comércio mundial. Setores altamente contaminantes como a aviação civil e o transporte marítimo, que acumulam aproximadamente 10% das emissões mundiais, ficaram isentos de qualquer compromisso, entre outros tópicos¹⁶.

A não obrigatoriedade do acordo e as claras omissões deixaram um gosto amargo nos milhares de ativistas climáticos que foram de Bourget a Paris para se manifestar em diferentes locais de uma cidade interditada em seus pontos estratégicos. Grupos da sociedade civil entregaram tulipas vermelhas – representando as linhas de mesma cor que, supostamente, não deveriam ser cruzadas – e buscavam realizar um encontro sob o Arco do Triunfo. O apelo à justiça climática foi o lema em comum. Naomi Klein foi a estrela indiscutível em Paris, não apenas por suas críticas ao capitalismo neoliberal como responsável pelo aquecimento do planeta, mas também por sua proposta de multiplicar as resistências e ocupações organizando o «Blockadia» para transformar a sociedade¹⁷.

O Acordo de Paris foi ratificado em 2017 por 171 dos 195 países participantes, mas, apesar da gravidade da crise climática, continua sendo uma declaração de boas intenções, pois não estabelece compromissos concretos ou verificáveis. Abrem-se com esse acordo ainda mais portas para impulsionar falsas soluções no contexto da «economia verde», que se sustenta na contínua e até mesmo ampliada mercantilização da natureza. Para atingir um equilíbrio das emissões antropogênicas, os países poderão compensar suas emissões por meio de mecanismos de mercado que envolvam florestas ou oceanos, incentivar a geoengenharia, os métodos de captura e armazenamento de carbono, entre outros. Para financiar todos esses esforços, foi estabelecido um fundo de 100 bilhões de dólares anuais a partir de 2020, ao qual buscam se «candidatar» não poucos países periféricos.

Setores altamente contaminantes, como a aviação civil e o transporte marítimo, ficaram isentos de qualquer compromisso

16. Retomamos a síntese de Alberto Acosta e E. Viale: «Sin paz con la Tierra, no habrá paz sobre la Tierra» em *Rebelión*, 16/12/2005.

17. G. Mann e J. Wainwright: op. cit., p. 296.

Como era previsto, a COP25, realizada em dezembro de 2019, acabou sendo um novo fracasso. Lembremos que ela foi realizada em Madri, e não na sede originalmente prevista, a cidade chilena de Santiago, devido aos protestos sociais que sacudiam o país latino-americano. A cúpula foi pior que o esperado, já que não chegou a nenhum consenso, e o desenvolvimento do artigo do Acordo de Paris referente aos mercados de dióxido de carbono precisou ser novamente adiado.

A potência da juventude

Em 1988, a capa da revista *Times* exibia um globo terrestre amarrado com várias voltas de corda e um avermelhado entardecer ao fundo, com o sugestivo título «Planeta do ano: a Terra em perigo de extinção». Trinta e um anos depois, em dezembro de 2019, a capa da revista mostra a jovem sueca Greta Thunberg, considerada «personalidade do ano», com o subtítulo «O poder da juventude».

Ainda que nada tenha mudado de Paris a Madri em termos de resultados, houve com relação ao ativismo climático uma inflexão, vinculada à irrupção da juventude, que assumiu o protagonismo do movimento pela justiça climática. E se em 2015, em Paris, a grande estrela da contracúpula foi Klein, que acabava de publicar seu livro *Tudo pode mudar. capitalismo vs. clima*¹⁸, em dezembro de 2019 em Madri a figura indispensável foi Thunberg, de apenas 16 anos de idade e que havia iniciado dois anos antes uma verdadeira cruzada para combater as mudanças climáticas.

Em agosto de 2018, após várias ondas de calor e incêndios florestais que transformaram o verão ameno da Suécia em um verdadeiro inferno, uma adolescente de aspecto frágil desse país lançou a primeira «greve estudantil pelo clima». Com apenas 14 anos e afetada pela síndrome de Asperger, Thunberg deixou de frequentar a escola às sextas-feiras para se colocar em frente ao Parlamento sueco e denunciar os riscos da inação das elites políticas e econômicas diante das aceleradas mudanças climáticas. Sua perseverança, obstinação e a impactante crueza de suas declarações a tornariam famosa em muito pouco tempo. A dramática chamada à ação se espalhou pelo mundo e encontrou um eco favorável em milhares e milhares de adolescentes e jovens, que deram origem ao movimento Fridays for Future, além de muitos outros que catapultariam a juventude à cabeça do movimento global pela justiça climática.

O «efeito Greta» se traduziu no lançamento das greves globais contra as mudanças climáticas, cujo impacto e massividade surpreenderiam a todos,

18. Presença, Lisboa, 2016.

inclusive quem acompanha o tema de perto. Tanto é assim que, durante a segunda greve global, realizada em 15 de março de 2019, mais de 1,4 milhão de jovens se manifestaram em 125 países e 2.083 cidades. Na terceira greve, em 20 de setembro do mesmo ano, foram quatro milhões em 163 países, reunindo jovens de cidades do Norte e do Sul do mundo todo. Sua convocação e – por extensão – a ação dos novos movimentos pela justiça climática evidenciaram o fracasso daqueles grandes objetivos traçados pela humanidade meio século atrás, quando se inaugurou a era das cúpulas climáticas globais: em primeiro lugar, o chamado «desenvolvimento sustentável» como novo paradigma, esvaziado de todo conteúdo transformador e sacrificado no altar do capitalismo e do livre mercado; em segundo, a ruptura do pacto intergeracional que, desde a época das primeiras cúpulas, buscava garantir igualdade para as futuras gerações, o direito a uma herança adequada que lhes possibilitasse um nível de vida não inferior ao da geração atual.

As palavras de Thunberg contêm uma força dramática incomum e se sintonizam com a gravidade do momento. «Não quero que vocês tenham esperança; quero que entrem em pânico. Quero que sintam o medo que eu sinto todos os dias e, depois, quero que ajam», declarou a jovem diante dos líderes presentes no Fórum Econômico Mundial em Davos, em janeiro de 2019. E em setembro do mesmo ano, durante a Cúpula de Ação Climática das Nações Unidas, afirmou:

Tudo isso está errado. Eu não deveria estar aqui em cima. Eu deveria estar de volta à escola, do outro lado do oceano. Mas vocês recorrem a nós, os jovens, em busca de esperança? Como se atrevem?

Estamos no começo de uma extinção em massa. E vocês só conseguem falar de dinheiro e contos de fadas de crescimento econômico eterno. Como se atrevem? (...) Vocês roubaram meus sonhos e minha infância com suas palavras vazias. E, no entanto, sou das pessoas que têm sorte.

Em sua passagem pela COP25, em Madri, a jovem sueca se cercou de ativistas, sobretudo indígenas, e de cientistas estudiosos das mudanças climáticas. No momento de falar diante dos políticos e observadores tradicionais, ela mudou de estratégia e evitou a emoção e as frases de impacto para apelar aos dados científicos sobre a situação do clima. Seu lema foi, mais do que nunca: «Escutem os cientistas».

Ao calor da ação dessa nova guerreira do Antropoceno, nasceram em 2019 por todo o mundo coletivos e organizações juvenis que se propõem a influenciar políticos e as políticas climáticas globais. São casos emblemáticos o

As palavras de Thunberg contêm uma força dramática incomum

Jóvenes por el Clima, o Fridays for Future, o Extinction Rebellion e a Alianza por el Clima, coletivos e redes disseminadas em diferentes países cuja entrada súbita na arena política global gerou grandes repercussões.

Por exemplo, o coletivo argentino Jóvenes por el Clima nasceu com o propósito de organizar a versão local da Marcha Mundial pelo Clima, em março de 2019. O crescimento dessa organização, formada por jovens com idade de 16 a 20 anos, foi explosivo. Apenas seis meses depois, Bruno Rodríguez, uma de suas referências, foi selecionado entre muitos outros e convidado para ir a Nova York falar juntamente com Thunberg na Cúpula dos Jovens pelo Clima¹⁹. Hoje, esse grupo afirma que seu objetivo é «promover um ambientalismo popular, latino-americanista e combativo».

Por sua vez, a Extinction Rebellion também apresenta uma trajetória vertiginosa e fulgurante. A agrupação nasceu na Grã-Bretanha, onde em abril de 2019 ocupou e bloqueou por uma semana pontos-chave de Londres com o objetivo de chamar a atenção para o aquecimento global e seus riscos²⁰. Hoje, a Extinction Rebellion se encontra disseminada por diferentes países. Em seu mural do Facebook, a divisão argentina da organização, que também busca conectar justiça climática a lutas contra o neoextrativismo, afirma:

Estamos diante de uma crise climática e ecológica sem precedentes; a primeira aniquilação de espécies da história planetária já está ocorrendo, e a extinção humana é um risco real. Temos muito pouco tempo para atuar e evitar o colapso: em menos de 10 anos, devemos transformar completamente nosso sistema de produção e consumo. A negligência passiva de nossos governos os transforma em cúmplices de um crime. Portanto, é nosso direito e dever atuar escutando a ciência e nos rebelar por meio da desobediência civil pacífica.

Certamente, apesar da desconfiança inicial por parte das organizações socioambientais instaladas há mais tempo, são promissores os laços dos jovens com as assembleias e coletivos antiextrativistas, e também com as organizações indígenas. O diálogo intergeracional se torna imprescindível, assim como a compreensão sobre a articulação necessária entre a escala global e suas expressões locais e territoriais. Mais ainda, em regiões como

19. Julián Reingold: «Aclimatando las PASO: la juventud que empuja la causa climático-ambiental desde las calles a los palacios del poder» em *Infóbae*, 6/8/2019. Em rigor, foram dois os jovens convidados da Argentina: um da Jóvenes por el Clima e outro da ONG Ecohouse.

20. «Breaking: Extinction Rebellion – The World has Changed», 24/4/2019, <<https://rebellion.earth/2019/04/24/breaking-extinction-rebellion-the-world-has-changed/>>.

a província argentina de Mendoza, quase não há distância entre as novas organizações juvenis e as potentes lutas contra a megamineração e o fraturamento hidráulico. A ampliação do campo de batalha propõe a existência de um espaço plural onde organizações se cruzam com histórias e acúmulos diversos, e deixa claro que as lutas em defesa do planeta adotam um aspecto local e territorial polifacetado, mas cada vez mais radical, que já não pode ser ignorado.

Com a casa em chamas...

Sem dúvida, o surgimento de um jovem ativismo climático não só revitalizou o campo de ação, mas também gerou novas expectativas nas quais convergem diferentes apelos e versões do Green New Deal (Novo Pacto Verde) global, desde a mencionada Klein até Bernie Sanders e Jeremy Rifkin.

Está claro que o novo campo suscita várias desconfianças e cautelas. Uma delas é que, apesar da massividade e do corte transversal, as ações coletivas se esgotem na dimensão cultural-expressiva ou até mesmo, diante dos fracassos das cúpulas globais, naufraguem em um tipo de impotência ou paralisia colapsista. Algo assim parece ocorrer a cada ano com as COP, pois, ainda que elas façam parte – como já mencionamos – de uma crônica de um fracasso anunciado, ainda geram expectativas entre diversos ativistas e organizações ambientais, que se deslocam em massa de um continente a outro para tentar influenciar as negociações globais.

Os movimentos pela justiça ambiental e climática são filhos dos movimentos ecologistas da década de 1980, mas – especialmente em suas versões mais recentes, pensadas como «campo de ação» – são movimentos e coletivos liderados cada vez mais por jovens mulheres e homens do Antropoceno comprometidos com a luta contra todo tipo de desigualdade. Essa luta inclui a rejeição a diversas formas de dominação neocolonial, racista e patriarcal, assim como foi o Occupy Wall Street, como continuam sendo as lutas contra as diferentes formas de neoxtratativismo e, sobretudo, como são as enormes mobilizações feministas que percorrem hoje o planeta.

Internamente, não são poucos os jovens que buscam atingir a massividade e o caráter transversal que o potente movimento feminista assumiu recentemente em escala global. No entanto, embora por meio de suas ações os jovens tenham impulsionado um fenômeno de viralização da crise climática como problemática maior, ainda não se produziu um processo de

Os movimentos pela justiça ambiental e climática são filhos dos movimentos ecologistas da década de 1980

libertação cognitiva massiva, isto é, de transformação da consciência vinculada ao dano moral e às expectativas de sucesso, processo que pode ativar a passagem do movimento social para a «sociedade em movimento». Por ora, como «movimento de movimentos», o campo da justiça climática apresenta formas plurais que se traduzem em diferentes níveis de envolvimento e ação, desde grandes e pequenas organizações que desenvolvem uma persistente tarefa militante e registram continuidade no tempo até outras, mais fluidas e transitórias, que se cristalizam em redes ou alianças fugazes, pois surgem com o objetivo de realizar uma determinada ação para então se dissolverem ou permanecerem em estado latente.

Enquanto isso, os tempos vão se encurtando visivelmente. Como expressa uma carta assinada por mais de 11.000 cientistas de todo o mundo, «a crise climática chegou e está se acelerando mais rapidamente do que a maioria dos cientistas esperava. Ela é mais grave do que o previsto, ameaça os ecossistemas naturais e o destino da humanidade». Os desafios requerem audácia e severidade, pois «as reações em cadeia climática podem causar alterações significativas nos ecossistemas, nas sociedades e nas economias, o que pode tornar grandes áreas da Terra inabitáveis»²¹. Uma solução urgente exige não só a redução drástica de gases do efeito estufa, mas também uma diminuição do metabolismo social, o que implicaria menos consumo de matéria e energia que o atual.

Em suma, a radicalidade nos posicionamentos e demandas requerida para superar a crise socioecológica sem enormes custos humanos e não humanos é tal que já não bastam coloridas mobilizações globais que ilustram de baixo as dimensões mais expressivas da luta, como tampouco a ação de grupos de pressão que, em seu trânsito pelos corredores do poder, acabam legitimando reformas brandas que priorizam as leis do mercado (por exemplo, bônus de carbono). É necessária uma ação que busque mais a ruptura, o confronto com o poder global e suas expressões locais e territoriais se a intenção for realmente fazer com que as decisões do planeta e da humanidade não continuem sequestradas por uma elite política e econômica que, em nome do capital e do progresso, destrói o próprio tecido da vida. ☒

21. Roberto Andrés: «Once mil científicos del mundo: ‘El planeta Tierra se enfrenta a una emergencia climática’» em *La Izquierda Diario*, 12/11/2019.

Os «coletes amarelos» e as exigências da representação política

Rémi Lefebvre

O movimento dos *gilets jaunes* expressou sentimentos profundos de injustiça que não são mais representados, expressos ou politizados pelos sindicatos nem pelas organizações de esquerda tradicionais. A rejeição a toda representação, que constituiu sua força, também levou ao seu enfraquecimento. Essa dinâmica de «desintermediação» da política não é exclusiva da França: vem minando o conjunto das democracias ocidentais.

Os *gilets jaunes* («coletes amarelos») estiveram em grande medida ausentes dos processos eleitorais europeus. Embora tenham dominado a agenda política e midiática durante seis meses e desestabilizado fortemente o poder vigente, eles marcaram muito pouco a campanha eleitoral, cujo resultado consolidou a posição de La République en Marche (A República em Marcha) de Emmanuel Macron e confirmou o sismo eleitoral de 2017. O movimento produziu, sem dúvida, efeitos estruturais de politização e socialização, e não se descarta um possível ressurgimento, mas a curto prazo ele parece apenas se dissolver. A ordem eleitoral e a política instituída recuperaram suas

Rémi Lefebvre: é cientista político. Suas pesquisas se centram nos partidos políticos, em especial o Partido Socialista francês, no poder local e nas mobilizações eleitorais. Entre outros livros, é autor de *La société des socialistes* (com Frédéric Sawicki, La Découverte, Paris, 2006).

Palavras-chave: «coletes amarelos» (*gilets jaunes*), democracia, representação, França.

Nota: a versão original em francês deste artigo, com o título «Les gilets jaunes et les exigences de la représentation politique», foi publicada em *La Vie des Idées*, 10/9/2019, disponível em <<https://laviedesidees.fr/Les-Gilets-jaunes-et-les-exigences-de-la-representation-politique.html>>. Tradução de Celina Lagrutta.

atribuições e reimpuseram seus códigos. Tal restauração era previsível. Mas a situação remete também às contradições e aporias do movimento, que uma revisão dos últimos meses permite analisar.

O movimento dos «coletes amarelos» participa da dinâmica sociopolítica atual de «desintermediação» (cuja expressão inversa é o macronismo). Ele se desenvolveu fora das estruturas organizadas (partidos e sindicatos), desacreditados e pouco representativos, e esta subversão dos quadros tradicionais foi condição de possibilidade tanto de seu desenvolvimento quanto de seu sucesso. O movimento conseguiu se estruturar sem se apoiar em uma organização. Ao longo das semanas, na medida em que a vontade de ser mais do que um movimento de protesto pontual foi afirmada, surgiram aspirações de formalização. No entanto, elas se mostraram rapidamente contraditórias e, rejeitando a representação em todas as suas formas (personificação do movimento em um representante, entrada na arena eleitoral, organização), o movimento foi perdendo força com o passar do tempo. Os «coletes amarelos» revelam a decomposição dos canais políticos tradicionais, mas também a necessidade de mediações e a restrição inescapável da representação nas regras do quadro democrático dominante, cuja legitimidade é, porém, cada vez mais frágil.

Revisaremos, em um primeiro momento, a dinâmica de «desintermediação» política e analisaremos como o movimento pôde se desenvolver fora das estruturas existentes, alcançando ao mesmo tempo uma organização. Mostraremos, em seguida, por que sua desmobilização se deve em parte à sua incapacidade de formalizar uma estratégia e sua rejeição a toda forma de mediação representativa.

Um processo multiforme de «desintermediação» política

Em poucos meses, A República em Marcha e os «coletes amarelos» encarnaram duas representações do processo de desintermediação política em andamento. *A priori*, tudo parece opor esses emergentes sociopolíticos: suas palavras de ordem, seu estilo, sua geografia social e os atributos sociais de seus participantes. Os dois movimentos são ideológica e sociologicamente contraditórios. Não obstante, são dois lados da mesma moeda: o do enfraquecimento do sistema de partidos e das organizações tradicionais. Defendem a «democracia de audiência», que se liberta das instituições da sociedade civil e das elites tradicionais¹. Esses movimentos não são produto de tradições organizativas, culturas

1. Gérard Noiriel faz referência em diversas entrevistas ao conceito de Bernard Manin. Ver Nicolas Truong: «Gérard Noiriel: Les 'gilets jaunes' replacent la question sociale au centre du jeu politique» em *Le Monde*, 27/11/2018.

políticas ou filiações intelectuais estabelecidas, mas sim de uma conjuntura e atualidade precisas, de uma lógica de situação, em aparência *ex nihilo*². Em alguns meses, subverteram e desestabilizaram o sistema político: *por cima*, o movimento de Macron, mais elitista; *por baixo*, os «coletes amarelos», mais próximos de uma base popular (de contornos complexos e variáveis, conforme as configurações territoriais). Irromperam na «velha política» e no «velho mundo» das organizações e quebraram seus códigos dominantes. Encontramos em ambos os casos uma rejeição da «velha política» e uma aspiração à desprofissionalização da política, que fazem parte de uma tendência comum ao «degagismo»³. Movimentos *improváveis* em muitos aspectos, não couberam nos esquemas de análise e deixaram perplexos os atores dominantes, que não os conseguiram antecipar, suscitando uma miríade de interpretações, na medida em que desestabilizaram as rotinas analíticas dos pesquisadores⁴. Os dois movimentos se estruturaram também sob formas um tanto similares (de maneira horizontal e a partir das redes sociais, sem estrutura preestabelecida), mas ao mesmo tempo muito diferentes (personalização muito forte em um líder de um lado, recusa de toda e qualquer liderança e questionamento do próprio princípio de representação do outro). Não dispo de absolutamente dos mesmos recursos iniciais, ambos os movimentos «hackearam» e simplesmente ignoraram os atores representativos tradicionais do sistema político.

Ambos os movimentos «hackearam» e ignoraram os atores representativos tradicionais

Dessa forma, A República em Marcha e os «coletes amarelos» são tanto produto como fermento de uma dinâmica de desintermediação da política que não é exclusiva da França, mas que vem minando o conjunto das democracias ocidentais. Encarnam os interesses invisibilizados ou negligenciados de grupos sociais que não se sentiam mais representados. As mediações tradicionais são esquivadas por organizações ou movimentos que surgem e as desestabilizam utilizando as redes sociais, as plataformas e formas ao mesmo tempo horizontais e verticais de mobilização. Traduzem, assim, cada um a seu modo, a decomposição das organizações políticas e o enfraquecimento de sua ancoragem social.

2. Especialmente no caso da República em Marcha, os fenômenos de reconversão e continuidade não devem ser ignorados.

3. «Degagismo», do verbo *dégager*, em francês, que significa «cair fora»; tem seu correspondente na conhecida expressão em espanhol «*que se vayan todos*», referida a todos os políticos do sistema vigente [N. da T.].

4. Bernard Dolez, Julien Fretel e Rémi Lefebvre: «Introduction générale. La science politique mise au défi par Emmanuel Macron» em B. Dolez, J. Fretel e R. Lefebvre (dir.): *L'entreprise Macron*, Presses Universitaires de Grenoble, Grenoble, 2019.

Mas se A República em Marcha conseguiu entrar na política e se integrar ao sistema institucional (assim como o Movimento 5 Estrelas, ainda que de outra forma, na Itália), consolidando algumas de suas tendências (presidencialização e ultrapersonalização⁵), o movimento dos «coletes amarelos» se debilitou (mesmo contando com um apoio elevado e persistente da opinião pública), em parte porque não soube oferecer uma saída política para a mobilização. A dificuldade para estruturar o movimento e o fracasso de suas legendas nas eleições europeias são emblemas desse processo. O movimento revelou a decomposição social dos partidos, por sua ausência de peso social, e a inadaptação dos sindicatos perante as transformações do mundo do trabalho. Demonstrou igualmente a capacidade de se organizar por fora das estruturas de representação. Mas este aspecto se transformou em debilidade e pôs em xeque a durabilidade do movimento e de suas «saídas» políticas.

Uma mobilização por fora dos partidos e sindicatos

Um movimento social «auto-organizado» que surge e se desenvolve fora dos canais tradicionais da contestação e da representação social não constitui nenhuma novidade. Pensemos nas «coordenadoras» dos anos 1980. Mas estas estavam estritamente relacionadas e confinadas a um meio profissional assalariado e foram em grande medida impulsionadas pelos militantes da «esquerda sindical», provenientes principalmente da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT). Elas designaram interlocutores para negociar com o governo. O movimento dos «coletes amarelos» é muito mais amplo e reúne uma parcela importante de pessoas que estão se envolvendo pela primeira vez. É emblemático daquilo que o sociólogo Albert Ogien chama de «práticas políticas autônomas», que se desenvolvem à margem das instituições tradicionais da democracia representativa: agrupamentos, plataformas partidárias, novos partidos como o Momentum na Gran Bretanha, o Tea Party nos Estados Unidos, o Movimento 5 Estrelas, os indignados, etc., que não buscam conquistar o poder, e sim instalar contrapoderes democráticos e ser fatores de mudança social⁶. O *modus operandi* clássico das mobilizações iniciadas pelas organizações tradicionais consiste em lançar uma convocação, fixar uma data e um local, organizar o transporte para os mobilizados e

5. As classes dominantes, contrariamente à crença popular, se entregariam com menos resistência a um líder?

6. Ver A. Ogien: «Le spectre de la démocratie directe» em *Libération*, 31/1/2019.

buscar atrair a atenção dos meios de comunicação e dos governantes. A ação coletiva dos «coletes amarelos» não constitui de todo uma ruptura: houve de fato um chamado à mobilização de 17 de novembro de 2018, preparado com bastante antecedência. Mas a dinâmica foi de modo geral espontânea, descentralizada, de início essencialmente local (o movimento se nacionalizou através dos canais de informação contínua e das marchas para a capital dos sábados). O modo de mobilização que perturba os esquemas clássicos de análise é aqui molecular, sem centro nem líder, e não se enquadra em um partido ou organização sindical. O movimento conseguiu impor seu vocabulário e seus símbolos e pontos de concentração: os coletes amarelos nas rotatórias.

É uma dinâmica que faz com que os repertórios de ação tradicionais se vejam antiquados e fora de lugar. O poder está desconcertado diante de um movimento sobre o qual não tem chegada e que se recusa a colocar interlocutores para negociar. O jogo representativo tradicional se funda em uma divisão do trabalho entre partidos e sindicatos: a defesa dos interesses setoriais corresponde aos sindicatos, e a tarefa de articular essas reivindicações com propostas políticas pela mediação das instituições políticas é dos partidos. O modelo das «práticas políticas autônomas» abala esse jogo estabelecido e em grande medida esgotado. O movimento agiu como um sinal revelador do desmoronamento das organizações políticas: desvitalizadas e demasiadamente fechadas em seus jogos e objetivos próprios, elas não pesam mais no debate público nem conseguem definir a agenda pública. O protesto social passa por outros canais.

A falta de compreensão dos sindicatos – particularmente a Confederação Geral do Trabalho (CGT) – é eloquente nesse sentido. Estes, de início, ignoraram completamente o movimento que, sem dúvida, não compreendem, porque surgiu fora das empresas, prospera em desertos sindicais e é sociologicamente heterogêneo. Um dirigente da CGT de Lyon expressa *a posteriori*, após seu congresso de maio de 2019, esse desconcerto: «Pela primeira vez, eclodiu um movimento poderoso com o qual não tivemos nada a ver»⁷.

A CGT, precoce e estrategicamente, identificou-o com a extrema direita e pensou que fosse fogo de palha. Em especial sob o efeito da profissionalização do trabalho sindical, os responsáveis sindicais estão cada vez mais defasados em relação às aspirações que são tão próximas à sua tarefa reivindicativa, defendidas por tantos trabalhadores pobres, aposentados humildes

7. Raphaëlle Besse Desmoulières: «Au congrès de la CGT, les ‘gilets jaunes’ occupent les esprits» em *Le Monde*, 17/5/2019.

O movimento conseguiu impor seu vocabulário e seus símbolos e pontos de concentração

ou jovens com emprego temporário⁸. Como mostrou o sociólogo do sindicalismo Karel Yon, os fatores conjunturais também jogam seu papel: os sindicatos estavam centrados em seus próprios jogos quando o movimento surgiu (os escândalos na Força Operária que levariam à demissão de Pascal Pavageau, as eleições sindicais, etc.)⁹. Depois a CGT buscou se aproximar do movimento. Em meados de dezembro houve tentativas de aproximação, mas a palavra de ordem comum a favor da greve não teve sucesso.

Os partidos políticos, por sua vez, não tiveram nenhuma influência no movimento. O jornal *Le Monde* aponta, em 6 de fevereiro de 2019, como resultado de uma pesquisa minuciosa sobre os principais grupos no Facebook relacionados ao movimento, que «discursos e argumentos dos partidos políticos tradicionais ocupam apenas um lugar marginal, até mesmo anedótico». O Agrupamento Nacional e a França Insubmissa¹⁰ estão muito pouco instalados nas cidades médias ou periurbanas. Os trabalhos sobre a implantação eleitoral da extrema-direita nesses territórios mostram que esta não tem uma verdadeira implantação militante. Vale lembrar que o Agrupamento Nacional não possui mais do que uma vintena de sedes em toda a França¹¹.

Os partidos não representam a França «dos setores médios baixos», que são o coração sociológico do movimento¹². Os profundos sentimentos de injustiça que este exprime não são mais representados, expressados, politizados pelas organizações de esquerda tradicionais, incluindo os mais radicais como a França Insubmissa. Ainda que os «coletes amarelos» aprovelem as palavras de ordem degagistas de Jean-Luc Mélenchon (a «revolta cidadã» contra as elites, a auto-organização do povo), mostraram-se incapazes de se apropriar do movimento. A França Insubmissa se ancora sociologicamente de forma essencial na função pública, nos universitários rebaixados de classe ou na «França dos bairros» (um terço de seus deputados foram eleitos em Seine-Saint-Denis¹³), segmentos pouco presentes entre os «coletes amarelos» mobilizados. Usando a velha linguagem da ciência política, os «coletes amarelos» demonstram que a *função tribunicia* já não é exercida por nenhuma organização. Outrora exercida pelo Partido Comunista, ela permitia a incorporação do protesto

8. Guillaume Gourgues e Maxime Quijoux: «Syndicalisme et gilets jaunes» em *La Vie des Idées*, 19/12/2018.

9. K. Yon: «Les syndicats dans la roue des Gilets jaunes» em «*Gilets jaunes*». *Hypothèses sur un mouvement*, La Découverte, Paris, 2019.

10. Movimento de esquerda fundado em 2016 e liderado por Jean-Luc Mélenchon [N. do E.].

11. R. Lefebvre: «Des partis en apesanteur sociale?» em Igor Martinache e Frédéric Sawicki (dirs.): *La fin des partis?*, PUF / La Vie des Idées, 2020.

12. Isabelle Coutant: «Les 'petits-moyens' prennent la parole» em Joseph Confavreux: *Le fond de l'air est jaune*, Seuil, Paris, 2019.

13. Cidade operária do «cinturão vermelho» que hoje abriga um dos maiores centros de negócios de Île-de-France [N. do E.].

social e sua organização, mas também sua canalização. Na ausência dessa regulação, o movimento dos «coletes amarelos» assumiu um caráter relativamente incontrolável e não pôde domesticar a violência em seu seio.

A República em Marcha demonstrou que sua maioria parlamentar está em grande medida sem base. Os 300 deputados macronistas possuem uma fraca influência em seus territórios locais de eleição e foram com frequência mais alvo de críticas do que mediadores. A sequência mostrou que A República em Marcha paga o preço da ausência de um verdadeiro partido no qual se apoiar. Quase todos os partidos de oposição tentaram se apropriar do movimento a partir de modalidades e ângulos diferentes (os republicanos viram isto primeiro como a ratificação de sua retórica contra os impostos), mas sem um verdadeiro sucesso. A intenção de incluir a todo custo o movimento nas categorias interpretativas da política e dos esquemas partidários revelou-se um fracasso. A composição social heterogênea do movimento não era, evidentemente, «apropriável» pelos partidos. François Dubet o relembra: as organizações partidárias são uma herança do «regime de classes sociais»¹⁴. As classes ofereciam uma representação unificada e estável das desigualdades e forjavam identidades coletivas. Os partidos se inseriam (parcialmente) sobre suas identidades e as fomentavam; integrando-os, davam aos dominados uma dignidade. Os «coletes amarelos», por sua vez, manifestam uma forma de individualização do descontentamento social, que torna problemática sua agregação em reivindicações mais articuladas, ainda que François Dubet subestime, equivocadamente a nosso ver, a dimensão coletiva e política do movimento.

Essa ausência geral de influências partidárias sobre o movimento e a sensação de que o movimento escapa a todos os enquadramentos da política representativa alimentaram a percepção de que havia uma crise política instalada. O movimento se revelou de fato apartidário e/ou antipartidário. Segundo uma pesquisa realizada por uma equipe de cientistas políticos de Grenoble, 60% dos entrevistados não se situam no eixo esquerda/direita (rejeitam esse eixo) e 8%, nem à esquerda nem à direita (níveis de desfiliação muito mais altos do que na população francesa de modo geral)¹⁵. Uma imensa desconfiança em relação às organizações políticas e do mecanismo representativo emerge dos materiais coletados pelos pesquisadores. A crítica dos partidos corre lado a lado com uma concepção da política consensual e

A intenção de incluir a todo custo o movimento nas categorias interpretativas dos esquemas partidários revelou-se um fracasso

14. F. Dubet: *Le temps des passions tristes. Inégalités et populisme*, Seuil, Paris, 2019.

15. «Qui sont vraiment les 'gilets jaunes'? Les résultats d'une étude sociologique» em *Le Monde*, 26/1/2019.

sem conflito, com a crença de que os interesses de cada um podem ser respeitados e com uma representação monista e idealizada do «povo», que não se pensa como atravessado por conflitos de classe. A desconfiança se dirige às elites políticas e à política profissional («o povo contra os governantes»¹⁶), e muito pouco à patronal, que mal é questionada. Ainda no mesmo estudo, a heterogeneidade social do movimento e sua diversidade ideológica são um obstáculo a toda politização que aceite o conflito. Como afirma Samuel Hayat,

o movimento dos coletes amarelos se opõe aos tecnocratas, mas retoma em grande parte sua concepção pejorativa da política partidária e a forma de pensar a ação pública. O «cidadanismo» é o equivalente democrático do macronismo; ambos nos dizem que é preciso acabar com as ideologias: tanto um quanto o outro reduzem a política a uma série de problemas a resolver, perguntas a responder.¹⁷

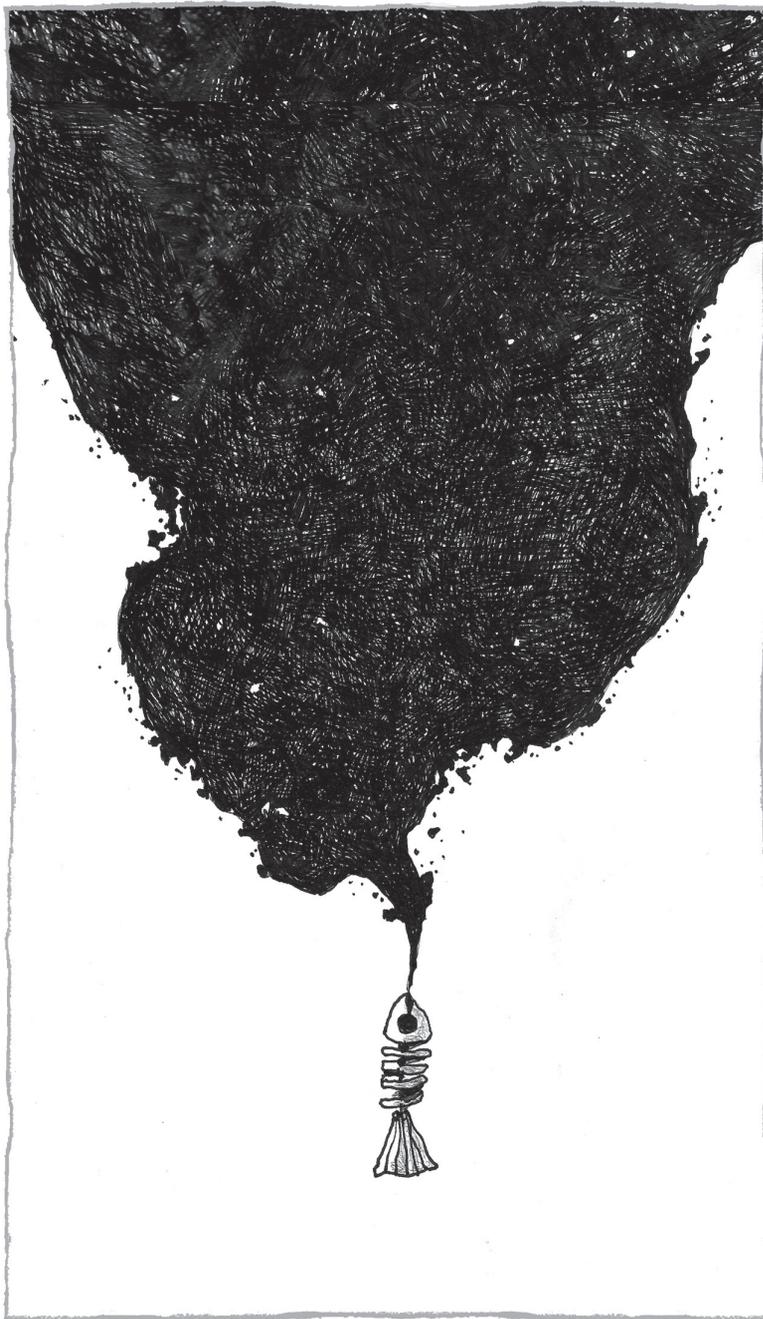
Uma ação coletiva ainda assim organizada

Os «coletes amarelos» não são, apesar do exposto, um movimento social selvagem, que rejeite toda forma de intermediação. Embora o movimento tenha prescindido de uma organização, seu acionar foi estruturado articulando de forma hábil e multicentrada a dimensão territorial e a digital, as lutas ao redor das rotatórias e das redes sociais, as ações nas províncias e as manifestações em Paris. De fato, foi produzido um trabalho de *mediação* política e social sem organização nem representação em suas formas habituais.

Mais uma vez, o movimento demonstra o potencial de mobilização que a internet oferece e sua capacidade de ampliar o acesso à palavra pública. As redes sociais e sua viralização tiveram um lugar de organização. Estas tendem a funcionar como vetores e impulsionadores contestatários poderosos, permitindo unir pessoas desconhecidas de forma imediata e coordenar apoios e palavras de ordem. O Facebook se impôs rapidamente como a «rotatória das rotatórias» e uma forma de assembleia geral permanente e explosiva do movimento. Dando a elas um caráter não hierárquico, as redes sociais geraram fenômenos de liderança localizados e depois nacionais que não deveriam ser desprezados. Opera, assim, uma forma de reintermediação digital. Mediante as redes sociais, o movimento também produziu e estabeleceu sua própria comunicação fora dos canais midiáticos tradicionais e impôs progressivamen-

16. Desse ponto de vista, os «coletes amarelos» marcam um desvio do «populismo» do campo político ao social.

17. AAVV: «L'économie morale et le pouvoir» em J. Confavreaux: op. cit.



te sua linguagem e seus códigos nos estúdios de televisão, que se tornaram ávidos de figuras *mundanas* e anônimas. Facebook, Twitter e WhatsApp, entre outros, parecem ter reduzido a vantagem estrutural que as elites ou as organizações tradicionais têm sobre os cidadãos e as populações dominadas, a saber, o monopólio das opiniões, o controle da agenda, a ordem do dia, aquilo do que se fala, «o que se passa» e o que é importante.

O movimento cumpriu outra função sem contar com organização. Foi desenvolvido um trabalho de elaboração de uma linha política, certamente de maneira fragmentada, mas que conduziu a um alargamento da causa inicial (a oposição ao imposto sobre o combustível, estopim da mobilização) e a um crescimento em termos de generalidade. Os «coletes amarelos» permitiram compartilhar sofrimentos sociais, que se tornaram públicos, e encorajaram a expressão de relatos individuais de misérias, mas esse papel puramente expressivo foi sendo superado progressivamente pela transmutação das penúrias individuais em uma causa coletiva, mesmo que ainda confusa. O movimento foi muitas vezes analisado principalmente como a manifestação negativa de um protesto ou de «paixões tristes», para usar a expressão um tanto desdenhosa de François Dubet. Mas essa análise não faz jus ao trabalho político produzido, embora de maneira desordenada.

Para além das reivindicações pontuais iniciais, foram construídos princípios de justiça social, dignidade e reconhecimento. Em 28 de novembro foi publicada uma lista de 42 demandas relativamente coerentes¹⁸. De fato, os «coletes amarelos» conseguiram interconectar uma série de desigualdades a partir de uma questão de poder aquisitivo ligada ao imposto ao combustível. Se é certo que as reivindicações foram evoluindo em geral de forma contraditória e sem prioridades, formando uma lista sem muita coerência¹⁹, conseguiram levar a justiça social ao centro do debate público. A pesquisa de Jean-Yves Dormagen e Geoffrey Pion em Dieppe mostra o apoio unânime a uma base de demandas em torno de uma agenda de justiça social. A revalorização do salário mínimo, o reestabelecimento do imposto de solidariedade sobre a fortuna e o aumento das aposentadorias suscitaram a aprovação de 90% das pessoas entrevistadas²⁰.

Além dessa estruturação da opinião pública, o movimento assumiu outra função que as organizações e os partidos políticos cumprem cada vez

18. Patrick Farbiaz: *Les Gilets jaunes. Documents et textes*, Éditions du Croquant, Vulaines-sur-Seine, 2019.

19. A rejeição ao gasto público e aos impostos coexiste de maneira problemática com a demanda de intervenção do Estado.

20. J.-Y. Dormagen e G. Pion: «Le mouvement des ‘gilets jaunes’ n’est pas un rassemblement aux revendications hétéroclites» em *Le Monde*, 27/12/2018.

menos: a de sociabilidade, solidariedade e socialização²¹. As pesquisas e mídias documentaram o convívio das rotatórias e a fraternidade e ajuda mútua que as animavam. Os «coletes amarelos» revelaram a solidão e o desemprego, notadamente das mulheres sozinhas – muito presentes no movimento –, mas também o anseio de mudança, de mão estendida, de reciprocidade. Todos valores que tendem a desaparecer dos partidos de esquerda, cuja sociabilidade se debilita e que possuem cada vez menos lugares de convivência e conhecimento mútuo. Esses intercâmbios e relações sociais foram também o caldeirão cultural de um processo de politização e de aprendizagem da política.

Os dilemas estratégicos do movimento

A descrita auto-organização foi eficaz, mas logo foi colocada a questão da durabilidade do movimento e, depois, a de sua organização. O jogo representativo foi invertido, mas ainda assim impõe suas regras. As forças do movimento (sua flexibilidade, sua informalidade, sua horizontalidade, entre outras) são também suas fraquezas (ausência de horizonte estratégico claro, de legibilidade, etc.). Posto que pretendia ser mais do que um protesto pontual (o que se infere pela ampliação de alcance de suas palavras de ordem), surgiram suas aporias. A partir de fevereiro de 2019, a fratura entre a estratégia das ruas e a das urnas ficou cada vez mais forte, sendo que esta última implicava a formalização de uma organização na perspectiva das eleições europeias de maio. Tornar-se ou não uma organização (não necessariamente ligada ao jogo eleitoral): essa foi uma das questões centrais que balançaram o movimento. Um dilema logo se impôs: entrar no jogo representativo (eleitoral notadamente ou no campo das organizações do movimento social) para perdurar e ter peso, encontrar uma «saída», sob o risco da normalização e da institucionalização, ou manter uma forma de movimento não organizado ou sem lógica de representação conforme seu estilo e garantia de eficácia até então. Em outras palavras, resumindo uma alternativa clássica dos movimentos emergentes: tomar partido sob o risco de ser tomado pela política partidária. O movimento *Nuit Debout* (Noite de Pé), alguns anos antes, havia atravessado as mesas dúvidas e dilemas. Os mobilizados são tão resistentes assim a toda e qualquer organização? É possível duvidar disso. A

**A auto-organização
foi eficaz, mas
logo foi colocada
a questão da
durabilidade
do movimento**

21. Laurent Jeanpierre: *In girum. Les leçons politiques des ronds-points*, La Découverte, Paris, 2019.

pesquisa de Dormagen e Pion em Dieppe mostra que 91% dos consultados desejam se estruturar em um movimento organizado e duradouro, e 80% pensam que é preciso um porta-voz para os representar. A questão prática do «como» é mais problemática...

Diversas «estruturas» de coordenação nacional dos «coletes amarelos» se constituíram ao redor de três legitimidades principais: a das redes, a dos estúdios de televisão e a do terreno, mas o movimento não fixou regras organizacionais. Apesar dos numerosos microlíderes que geraram, os «coletes amarelos» não têm representantes oficiais e se furtam à exortação dos governantes que os incitam a produzi-los. Impulsionados pela sua influência nas redes, os líderes reivindicam o fato de *não o serem* e são questionados se forem muito. Toda tentativa de encontrar porta-vozes fracassou. No final de novembro, uma parte do movimento anunciou a criação de uma delegação de oito interlocutores, após uma consulta a 30.000 pessoas na internet. Mas esses «mensageiros», não concebidos como «tomadores de decisão», foram rapidamente desaprovados. Um representante teria, sem dúvida, afetado a identificação ampla que beneficiou o movimento, mas a ausência de líderes reconhecidos também teve um efeito negativo: o senso de movimento foi construído a partir de fora. Perante a falta de porta-vozes, o fizeram falar... muito e frequentemente para prejudicá-lo.

Um grupo de «coletes amarelos» dos estúdios de televisão surgiu em torno de Hayk Shahinyan, o «Coletivo 17 de Novembro», que foi a origem de um projeto de legenda efêmera para as eleições europeias encabeçada por Ingrid Levavasseur, mas o projeto fracassou rapidamente. Foram lançados outros projetos de candidaturas (uma dezena deles) e tiveram sorte similar. As lógicas do jogo eleitoral deixaram o movimento sob tensão. «No momento em que a gente aspira a ter votos, não pode mais sustentar o debate de ideias», declarava em fevereiro François Boulo, porta-voz dos «coletes amarelos» de Rouen, «já que é preciso participar de estratégias para se fazer eleger»²². Embora o «colete amarelo» Éric Drouet tenha chamado o movimento a não dispersar o voto para eles terem peso nas eleições europeias, isso não se traduziu politicamente durante os sufrágios. Finalmente, foram apresentadas três candidaturas que reivindicavam os «coletes amarelos» nas eleições europeias, que obtiveram, somadas, 1% dos votos. Paralelamente, tentou tomar corpo outra dinâmica não eleitoral de coordenação do movimento. Em 30 de novembro, um grupo de rotatórias de Commercy, pequena cidade de Meuse, lançou um chamado a criar assembleias populares em toda a França, seguindo princípios próximos do municipalismo libertário. A questão democrática da representação do movimento esteve no centro da primeira Assembleia das Assembleias, que

22. Aline Leclerc: «Les européennes à venir divisent les 'gilets jaunes'» em *Le Monde*, 12/4/2019.

convocou em janeiro uma centena de delegações dessa cidade. A recusa da representação política constituiu a base desse processo marcado pelo repúdio à hierarquia e à delegação. A legitimidade dos delegados dessa assembleia para falar em nome de todos os «coletes amarelos» foi constantemente questionada. «Há tanta desconfiança, existe o medo de trair e ser identificado com aquilo que se combate: esse deputado a quem delegamos nosso voto e que, uma vez na Assembleia, atua sem nos consultar nunca», confidenciou Dominique, de 57 anos, proveniente de Seine-et-Marne. Um animador dos debates se perguntava: «Como se organizar para ser o mais democrático possível? Percebem? É o que tentamos fazer hoje à noite e é muito difícil!»²³. No apelo final, lê-se: “Não queremos ‘representantes’ que terminem forçosamente falando em nosso lugar (...) Se nomearmos representantes e porta-vozes, isso acabará por nos tornar passivos. Pior ainda: não tardaremos a reproduzir o sistema e funcionar de cima para baixo como os crápulas que nos governam». Ou ainda: «Não ponhamos novamente o dedo na engrenagem da representação e da cooptação».

A Assembleia das Assembleias se reuniu mais duas vezes. Cerca de 700 «coletes amarelos», delegados de 235 grupos de toda a França, encontraram-se em abril em Saint-Nazaire para a segunda Assembleia das Assembleias e, depois, em junho, em Montceau-Les-Mines. O propósito de estruturar o movimento no longo prazo («ancorar-se no tempo») foi reafirmado, mas da maneira mais horizontal possível. No entanto, aqui também surgiu um impasse. Essa segunda dinâmica também se bloqueia...

O movimento não resistiu no tempo, mesmo tendo se beneficiado de um longo e poderoso apoio da opinião pública. O cenário da passagem da esfera social para a esfera política ou eleitoral fracassou rapidamente e marcou assim o limite do processo de desintermediação em andamento. Os «coletes amarelos» expressam ao mesmo tempo uma aspiração à política e um rechaço em relação à política instituída e eleitoral. A oposição entre o topo e a base está no coração do movimento, que participa, desse ponto de vista, de uma «situação populista» (ainda que a rejeição da figura do líder o afaste desta). Nesse movimento, as organizações e mediações não têm lugar, pois seu descrédito é muito profundo, mas também porque se baseiam em uma concepção monista de um povo homogêneo, cuja defesa de interesses se consideraria de alguma forma dada. Como recentemente recordou Yves Mény,

O movimento não resistiu, mesmo tendo um longo e poderoso apoio da opinião pública

23. A. Leclerc: «Dans la Meuse, une assemblée de ‘gilets jaunes’ de toute la France propose un appel commun» em *Le Monde*, 27/1/2019.

a democracia, tal como funciona, baseia-se na representação e supõe uma mediação generalizada das redes sociais e políticas. Grupos, sindicatos e partidos agrupam, estruturam, organizam, mobilizam e atuam por conta de indivíduos, consumidores, cidadãos, que não possuem necessariamente as qualidades, os meios e a vontade ou a disponibilidade de tempo necessária para a ação individual. Esses filtros estão desaparecendo ou, em todo caso, atravessam uma profunda crise.²⁴

Os «coletes amarelos» são um poderoso indicador dessa crise, mas também dos impasses para sair dela. Ocorreu, de fato, uma mediação que se beneficia dos recursos tecnológicos das redes sociais, mas a rejeição da representação leva o movimento a uma forma de impasse político e estratégico. Não *ser* ou *se tornar* um partido ou uma organização: essa é ao mesmo tempo a força dos «coletes amarelos»... e a sua fraqueza. Marcado por uma horizontalidade radical que se acentuou com o tempo, o movimento se condena à impotência. Participa de uma poderosa corrente de desfiliação em relação às instituições da sociedade civil e às elites, mas acaba sendo minado pela incapacidade de produzir novas mediações que superem o contexto de mobilização. A politização do movimento segundo os esquemas clássicos teria certamente exacerbado suas contradições. Na democracia representativa, as organizações continuam sendo, sem dúvida, sob condição de renovar radicalmente seu modelo, estruturas indispensáveis para agregar de forma duradoura os interesses coletivos, defendê-los e incorporá-los ao sistema político através de programas e proposições... Revelador do estado de desestruturação das categorias populares, o movimento dos «coletes amarelos» constitui um desafio para a esquerda: que mediações reconstruir com a sociedade se o descrédito das organizações é radical? Apesar de seus impasses, os «coletes amarelos» terão posto a questão democrática no coração do debate público. Longe de escorregar para temáticas xenófobas, sua agenda evoluiu, com certa coerência, da justiça social para a questão democrática, seguindo um processo bastante próximo ao do movimento Nuit Debout (ainda que sociologicamente ambos fossem no início muito diferentes)²⁵. Como se, atualmente, a questão da democratização das instituições fosse a condição prévia para a resolução da crise social... ☒

24. Y. Mény: *Imparfaites démocraties*, Presses de Sciences Po, Paris, 2019, p. 232.

25. A crise das modalidades de representação política e de formulação de novas demandas democráticas é explicada, sem dúvida, pela evolução sociológica do movimento, como mostra o trabalho em andamento de Magali Della Sudda na Sciences Po Bordeaux.

Aspectos históricos e contemporâneos para pensar a violência estrutural no Brasil

Joselicio Junior

Este artigo busca compreender as raízes históricas da violência na formação da sociedade brasileira e como ela se manifestou ao longo do tempo e no contexto atual, colocando-se como um dos grandes desafios para o enfrentamento do racismo estrutural.

Em dezembro de 2014, escrevi um artigo intitulado «A morte que não comove»¹, onde traço um paralelo entre as grandes mobilizações, levando milhões para as ruas, em torno da morte violenta praticada por um policial branco contra o jovem negro Michael Brown na cidade de Ferguson, de cerca de 21.000 habitantes, no subúrbio de Saint Louis, estado de Missouri, nos Estados Unidos, e o grande número de jovens negros mortos no Brasil anualmente sem que houvesse a mesma mobilização.

Passados quase seis anos, sou novamente desafiado a refletir sobre o tema. Desta vez, o estopim foi a morte de George Floyd, assassinado em Minneapolis em 25 de maio de 2020, estrangulado por um policial branco que ajoelhou em seu pescoço durante uma abordagem, por

Joselicio Junior: é jornalista, especialista em Mídia, Informação e Cultura pelo Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC-ECA/USP). É militante do Círculo Palmarino e presidente estadual do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-SP). É diretor editorial da Dandara Editora e autor do livro *Reflexões de resistência* (Dandara, São Paulo, 2018).

Palavras-chave: movimentos populares, negros, racismo, sociedade brasileira, violência policial.

1. J.F. Santos Junior: «A morte que não comove» em *Portal Geledés*, 7/12/2014, <www.geledes.org.br/morte-que-nao-comove/>.

supostamente usar uma nota falsificada de 20 dólares em um supermercado, desencadeando uma grande mobilização de protestos nos EUA e na Europa.

Nosso desafio é conseguir pensar os paralelos, mais particularmente as singularidades entre o que acontece na realidade estadunidense e na brasileira.

Não há dúvida de que os fatos ocorridos no centro político econômico global provocam repercussão, reações e reflexões também em grande escala, e isso não é novo. A luta pelos direitos civis nas décadas de 50 e 60 do século xx, figuras como Rosa Parks, Martin Luther King, Malcolm x, Angela Davis, o movimento Black Panthers e tantos outros há muito tempo inspiram a luta negra no Brasil. Para ficarmos em dois exemplos, podemos trazer a luta pelas ações afirmativas nas últimas décadas, que é inspirada na luta pelos direitos civis e no hip hop, que nos anos 1990 foi o principal movimento de organização da juventude negra e periférica.

Mesmo reconhecendo as inspirações e influências dos EUA na luta negra brasileira, também é essencial destacar as profundas diferenças. A primeira é que nos EUA foram instituídas leis segregacionistas vinculadas à Constituição do país, o que forçou uma identidade afro-americana, como a formação de igrejas e faculdades independentes que, como afirma George Reid Andrews, «favoreceram sensivelmente a formação da base ideológica e institucional e de liderança para o movimento dos direitos civis»².

No Brasil, enquanto isso, o projeto desenhado pela elite para transição do escravismo para o capitalismo moderno foi a política de embranquecimento da população através da miscigenação. Isto levou à formulação de um discurso bastante sofisticado de democracia racial, que busca a construção de uma identidade nacional a partir de uma pseudo-harmonia racial, mas que tem como centro o padrão branco, masculino e eurocêntrico, e que vai acomodando e diluindo as demais identidades.

Não por acaso, o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, fundado em 1978, trouxe entre as suas bandeiras a ideia do «mito da democracia». E essa luta vai marcar o movimento negro nas décadas seguintes, inclusive batalhando para que pardos e pretos sejam classificados como negros e fomentando a autodeclaração da população. Esse processo foi decisivo para que hoje, no Brasil, 53% da população seja classificada como negra, o que traz a dimensão de maioria. O que também difere consideravelmente dos 14% de população negra nos EUA.

Outro aspecto muito importante a se dimensionar é a questão econômica, embora ambos os países tenham se formado a partir de um processo de colonização e extermínio dos povos originários, e tendo o escravismo como

2. George Reid Andrews: «O negro no Brasil e nos Estados Unidos» em *Lua Nova* vol. 2 Nº 1, 6/1985, <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451985000200013>>.

motor econômico na sua formação. Uma primeira grande diferença que podemos destacar é que os EUA foram o primeiro território a declarar a sua independência nas Américas, ainda no século XVIII, e o Brasil foi o último a abolir a escravidão, já quase na virada do século XX.

No desenrolar da história, os EUA se tornaram a maior potência econômica e bélica do planeta. A luta negra pelos direitos civis, que também culminou em ações afirmativas e programas de oportunidades iguais, possibilitou o acesso às universidades e a formação de gerações de profissionais liberais, até a consolidação de uma elite negra estadunidense que passa disputar com mais força a opinião pública, permitindo uma maior visibilidade da luta negra. Porém, vale salientar que não cabem todos no «sonho americano». As consequências do racismo estrutural continuam se expressando no centro do capitalismo a partir das desigualdades econômicas, do encarceramento em massa, do entorno da guerra às drogas e da violência policial. São essas contradições que estão colocadas inclusive neste processo de mobilização recente.

As consequências do racismo estrutural continuam se expressando no centro do capitalismo

O Brasil teve um longo período alicerçado pelo modo de produção escravista. Em sua obra *Dialética radical do Brasil negro*, Clóvis Moura aponta para dois grandes períodos do escravismo³. O primeiro deles foi o escravismo pleno (entre cerca de 1550 e 1850) que abarcou todo o período colonial, o reinado de Dom João VI, os impérios de Dom Pedro I e Dom Pedro II. O período foi marcado pela estruturação e a dinamização do modo de produção escravista, determinando duas classes fundamentais na estratificação social: senhores e escravos.

Em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, que definia o fim do tráfico de africanos escravizados, tem início o que Moura definiu como Escravismo Tardio, período que se estende até a abolição definitiva da escravatura, em 1888. É nesse processo que a elite brasileira constrói sua transição para o capitalismo moderno, mas segundo Moura de forma dependente, voltada a atender a demandas externas e se associando de forma subalterna ao capitalismo global. No prefácio de *Dialética radical*, Dennis de Oliveira aponta a importância dessa opção de capitalismo dependente destacada por Moura:

É que, em nenhum momento neste processo de transição, houve uma aliança entre a burguesia e a classe proletária brasileira para um projeto de modernização das estruturas arcaicas. A produção de riquezas obtidas via a superexploração do trabalho permaneceu no novo sistema, e a existência de uma grande

3. C. Moura: *Dialética radical do Brasil negro*, 2ª ed., Fundação Maurício Grabois / Anita Garibaldi, São Paulo, 2014.

«massa» de excluídos, como um grande «exército de reservas de mão de obra», cumpre o papel de manter rebaixados os valores pagos ao trabalho.⁴

Oliveira também destaca que as instituições políticas que surgem desse processo são configuradas como mecanismo de manter reprimidos violentamente os movimentos de contestação. Vale salientar que nesse processo também houve intenso estímulo à imigração europeia para a substituição da mão de obra, tendo como pano de fundo ideários do racismo científico e da eugenia, que definia os negros como inferiores, incapazes e até mesmo um empecilho para o desenvolvimento nacional. Tais argumentos são muito bem desconstruídos pelo historiador Petrônio Domingues em sua obra *Uma história não contada: negros, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*, em que fica nítido que a opção pela imigração nos séculos XIX e XX foi uma decisão ideologicamente racista⁵.

Para Oliveira, países que se formaram marcados pelo colonialismo e pela escravização, como os do continente latino-americano, têm o racismo como ideologia legitimadora da exploração do trabalho escravo e uma violência institucional que se articula com outras duas dinâmicas: a concentração de renda e patrimônio e a concepção restrita de cidadania⁶. No Brasil, podemos observar que esses três elementos estruturam a dinâmica social do país até hoje.

As últimas décadas

Em seu artigo «Faxina étnica: projeto ideológico, ações políticas e interesses econômicos»⁷, Oliveira faz uma leitura do projeto que se estrutura no país no processo de redemocratização e chama a atenção para um documento elaborado pela Escola Superior de Guerra (ESG), um dos principais centros de produção da ideologia da «segurança nacional» no período da ditadura militar, intitulado «Estrutura do poder nacional para o século XXI – 1990/2000, década vital para o Brasil moderno e democrático». Nesse documento, a ESG identifica dois focos de possível desestabilização social: os cinturões de miséria e os «menores» abandonados. Oliveira destaca:

4. *Ibid.*

5. P.J. Domingues: *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*, Senac, São Paulo, 2004.

6. D. Oliveira: «A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder» em *Extraprensa* v. 11 Nº 2, 1-6/2018, <www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/145010/147020>.

7. D. Oliveira: «Faxina étnica: projeto ideológico, ações políticas e interesses econômicos» em Fórum Nº 118, 2012, disponível em <<https://revistaforum.com.br/revista/ok-faxina-etnica-projeto-ideologico-acoes-politicas-e-interesses-economicos/amp/>>.

O texto da ESG dá destaque a estes dois problemas porque entendia que haveria um crescimento exponencial das populações nos cinturões de miséria e dos menores abandonados, caso não fossem contidos de imediato, e que poderiam constituir um grupo cujo efetivo poderia superar o dos contingentes militares. Por isto, propunha que as Forças Armadas deveriam servir de forças auxiliares para, na impossibilidade da contenção destes grupos por parte das polícias militares, a pedido do Executivo, Legislativo e Judiciário, «enfrentar esta horda de bandidos, neutralizá-los e destruí-los para que seja mantida a lei e a ordem».

Vale salientar que neste período consolidava-se na América Latina o neoliberalismo, modo de produção capitalista que gerou um desemprego estrutural, tendo em vista a reorganização do modelo de produção apontada para nichos de mercado, não para um consumo de massa, somada aos avanços tecnológicos que diminuem os trabalhadores na linha de produção. Com o aumento do desemprego, a consequência direta é o aumento dos cinturões de miséria.

Outro aspecto levantado por Oliveira é que o projeto neoliberal prevê uma redução do Estado. Portanto, se há população excedente e descartável para o trabalho, que aumenta pressão por demandas de políticas públicas que estão sendo desmontadas, a eliminação física destes grupos se torna um imperativo político para a manutenção do sistema. É neste sentido que aponta o documento da ESG, servindo não mais para segurança nacional da ditadura militar, mas apontando caminhos para auxiliar na reprodução do capitalismo neoliberal.

Olhando para o estado de São Paulo, é importante destacar que neste período foi muito forte a ação da Rota, grupo de elite da Polícia Militar Paulista, conhecida por sua ação violenta nas periferias. Também é nesse contexto que os distritos de Capão Redondo, Jardim São Luís e Jardim Ângela ficaram conhecidos como o triângulo da morte e reconhecidos internacionalmente como território mais violento do mundo. Mas é fundamental destacar que nesse processo surgiu um dos maiores movimentos de articulação de jovens periféricos: o movimento hip hop, que, através da música rap, deu grande visibilidade e repercussão às principais questões colocadas para as periferias, como a violência, as profundas desigualdades sociais e o racismo.

Nos últimos anos, uma parcela do movimento negro brasileiro tem se dedicado à formulação do conceito de *faxina étnica* para pensar os processos de aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais e o quanto o Estado

Uma parcela do movimento negro brasileiro tem se dedicado à formulação do conceito de *faxina étnica*

violento, punitivista, faz parte dessa engrenagem⁸. A entidade nacional do movimento Círculo Palmarino, em campanha de denúncia do genocídio em parceria com o Fundo Brasil de Direitos Humanos, realizada entre 2012 e 2013, buscou aprofundar essa discussão.

Neste processo, construiu-se a formulação dos territórios negros urbanos e foram identificados pelo menos quatro grandes eixos onde se expressa a faxina étnica, a saber: a *política de remoções*, abrindo espaço para especulação imobiliária e a gentrificação; o processo de *encarceramento em massa*, fruto do aumento da lógica punitivista e da mudança no enquadramento do tráfico de drogas; o *extermínio direto*, resultante do processo de aumento da letalidade contra jovens negros provocado principalmente pelo Estado; e o *extermínio indireto*, que se expressa a partir das fragilidades do sistema de saúde, saneamento e demais vulnerabilidades que antecipam a mortalidade da população negra.

Vale salientar que estes fenômenos foram identificados em um período no qual o Brasil passa por uma gestão encabeçada por um partido de esquerda. Apesar das políticas de transferência de renda, dos programas sociais avançados, da democratização do acesso ao ensino superior e de algum nível de mobilidade social, o projeto foi alicerçado em conciliações com o mercado financeiro, oligarquias e setores da elite bastante agraciadas com as políticas de expansão do capitalismo pelos grandes centros urbanos, com as políticas de megaeventos, boom imobiliário, entre outras, tornando as cidades um ambiente hostil para pretos, pobres e periféricos.

Com a crise econômica chegando forte ao Brasil, o projeto de conciliação passa a ruir e há um realinhamento da elite, que exige uma agenda econômica cada vez mais austera. Essa instabilidade perpassa as eleições de 2014 e vai ter o seu auge entre 2015 e 2016, com o processo que levou ao impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Em tempo recorde, Michel Temer aprovou a flexibilização das leis trabalhistas, basicamente acabando com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e reduzindo drasticamente o papel e o peso das organizações sindicais. Além disso, aprovou um projeto extremamente perverso, a emenda constitucional do teto de gastos, que na prática congelou os investimentos sociais por 20 anos, trazendo consequências muito sérias para os serviços públicos, que na ponta atendem os mais pobres, aprofundando as desigualdades.

No meio dessa instabilidade política e do aprofundamento de uma agenda econômica neoliberal, surge um novo ator importante que vai impactar bastante este período: a Operação Lava Jato. Ela teve início como uma grande

8. Fábio Nogueira de Oliveira, J.F. Santos Junior, Gilberto Batista Campos e Marco André da Silva: «Faxina étnica' ou 'limpeza racial': um novo paradigma de controle racial da população negra no Brasil» em *Revista Negra* Ano III Nº 6, 2011.

operação de combate à corrupção na Petrobras e se vangloriou de prender políticos e executivos de grandes empresas. Com o tempo, no entanto, revelou-se uma operação seletiva e um projeto político que teve um papel bastante importante nas eleições de 2018.

O consórcio que deu base de sustentação para a eleição de Jair Bolsonaro juntou sua própria trajetória, alicerçada na pauta corporativa das polícias, milícias, com seu discurso ideológico de extrema-direita e suas alianças com líderes evangélicos ultraneoliberais, encabeçados por Paulo Guedes e o lavajatismo moralista de Sérgio Moro.

Logo no primeiro ano de governo, de um lado, Guedes já tratou de dar continuidade às agendas de reformas iniciadas no governo Temer. O resultado foi a aprovação de uma Reforma da Previdência que na prática inviabiliza as aposentadorias dos mais pobres nas próximas décadas. Na outra ponta, Moro encabeçou o Pacote Anticrime, que, a partir da cortina de fumaça de combate à corrupção, mudou profundamente o sistema de Justiça brasileiro, aumentando o punitivismo e tornando o Estado brasileiro ainda mais inquisidor.

A crise econômica que chega com força no Brasil em 2013, a instabilidade política que se sucede e um avanço de agenda ideologicamente conservadora estão interligados a um contexto mundial de aprofundamento das mudanças provocadas pela financerização da economia, que vem incidindo nos Estados-nação, além de avanços tecnológicos e novos arranjos produtivos, como o fenômeno da «uberização».

Esses processos intensificam e amplificam as desigualdades, tendo em vista o aumento da concentração de riqueza, por um lado, e o aumento da precarização da condição de vida dos mais pobres, por outro. Essa contradição ficou evidente com a chegada avassaladora da pandemia de covid-19, desde o negacionismo do presidente, que nos levou a não ter uma política nacional de enfrentamento ao coronavírus, e que transformou o Brasil no segundo colocado no ranking de pessoas infectadas e de mortes pela doença, perdendo apenas para os EUA. Sem contar que, nos momentos de imposição de quarentena por estados e municípios, o direito de isolamento foi um privilégio, fazendo com que negros e pobres liderassem os índices de infecção e mortalidade.

Do ponto de vista econômico, tivemos um aumento do desemprego e uma alta absurda dos itens básicos da cesta básica e de materiais de construção. A única solução mais efetiva foi o auxílio emergencial, que ajudou a aliviar a vida de milhões de brasileiros. Mas o governo federal não consegue apresentar uma proposta de permanência do programa, pois entra em choque com as diretrizes ultraneoliberais da equipe econômica.

Guedes tratou de dar continuidade às agendas de reformas iniciadas no governo Temer

Em meio à pandemia, no estado de São Paulo houve um aumento de 20% na letalidade policial

Vale também destacar que, em meio à pandemia, no estado de São Paulo houve um aumento de 20% na letalidade policial. Somente no primeiro semestre foram 514 assassinatos – o maior índice da série histórica, que começou em 2001⁹. O noticiário ficou recheado de matérias que mostraram explicitamente abusos cometidos por policiais através de gravações feitas por moradores. Uma questão relevante é que os dados sobre crimes contra o patrimônio, como roubos e furtos, tiveram uma queda significativa no mesmo período, o que coloca em contradição o discurso de combate à criminalidade e demonstra que a ação policial nas periferias muitas vezes está extremamente associada ao controle do território por imposição da força. Isto traz aspectos ideológicos alimentados pelo bolsonarismo, assim como interesses econômicos através de milícias, que fazem a segurança privada de comerciantes e empresários locais.

As reações

A ideia de um Brasil pacífico e harmonioso foi uma narrativa construída pela elite como parte de uma estratégia de dominação para esconder a violência física, sexual e moral, praticada pelos senhores e suas estruturas de repressão. Acima de tudo, a ideia de não violência busca esconder as inúmeras reações organizadas pelos escravizados, sejam greves por melhores condições de trabalho, insurgências ou revoltas contra os senhores, além da mais sofisticada estrutura de contraposição ao escravismo: os quilombos¹⁰.

Como já apontamos, essa prática violenta vai marcar toda a trajetória de formação da sociedade brasileira, mas vale salientar que sempre houve reações, contraposições e resistência, em maior ou menor grau, e com múltiplas estratégias. Destacaremos a seguir algumas experiências protagonizadas pelo movimento negro e pelos movimentos populares periféricos, que fizeram contrapontos importantes nas últimas décadas.

Em 1978, um dos estopins das mobilizações que lançaram o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), nas escadarias do Teatro Municipal, foi a morte de Robson Silveira da Luz em uma

9. «Letalidade policial bate recorde, e homicídios sobem durante a pandemia em SP» em *Folha de S. Paulo*, 24/7/2020, <www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/letalidade-policial-bate-recorde-e-homicidios-durante-a-pandemia-em-sp.shtml>.

10. C. Moura: *Rebeliões da senzala: Quilombos, insurreições, guerrilhas*, 5ª ed., Anita Garibaldi / Fundação Maurício Grabois, São Paulo, 2014.

delegacia em Guaianazes, zona leste de São Paulo. O manifesto de fundação do movimento coloca a questão da violência policial e do extermínio dos jovens negros nas periferias como algo que precisa ser superado pela estrutura racista do Estado.

Já citamos o papel do movimento hip hop, particularmente nos anos 1990, como expressão de denúncia e organização da juventude negra e periférica. Também podemos citar o Fórum em Defesa da Vida, que desde 1996 organiza no Dia de Finados a Caminhada pela Vida e pela Paz, que reúne moradores e movimentos do Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luís. Eles saem em marcha por direitos até o Cemitério São Luiz, zona sul da capital paulista¹¹.

Na primeira década dos anos 2000, surge um conjunto de movimentos populares de denúncia da violência, como as Mães de Maio, em reação às mais de 500 mortes praticadas por polícias em maio de 2006 como resposta ao Salve Geral do Primeiro Comando da Capital (PCC). Assim como este, surgiram vários outros movimentos de mães e familiares de vítimas da violência em todo o país. Em 2008, tivemos a realização do Tribunal Popular: o Estado brasileiro no banco dos réus¹², que refletiu sobre os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os 20 anos da Constituição Federal e os 120 anos da abolição da escravatura.

Para esse julgamento, fruto da mobilização de diversos movimentos sociais, foram escolhidos quatro grandes temas: a) violência policial e as megooperações no Rio de Janeiro: a chacina do Complexo do Alemão e outros casos; b) violência e genocídio de jovens negros e pobres em São Paulo: os crimes de maio de 2006 e as execuções sumárias sistemáticas; c) prisão e execuções sumárias na Bahia: o sistema carcerário e a morte de jovens negros; e d) criminalização e violência estatal contra movimentos sociais e sindicais.

Na transição da primeira para a segunda décadas dos anos 2000, surge em São Paulo uma articulação muito importante: o Comitê contra o Genocídio da Juventude Preta, Pobre e Periférica. Essa movimentação gerou muitas mobilizações sociais e ações de denúncia e cobrança por medidas do Estado para a redução da letalidade policial. O movimento produziu um dossiê com inúmeras denúncias de abusos cometidos pelos polícias. Foram feitas manifestações na Assembleia Legislativa de São Paulo e nas Secretarias Estaduais de Justiça e Segurança Pública, além de uma articulação junto ao

11. «Pelo 23º ano seguido, Zona Sul marcha por direitos até Cemitério São Luiz» em *Periferia em Movimento*, 31/20/2018, <<http://periferiaemmovimento.com.br/pelo-23o-ano-seguido-zona-sul-marcha-por-direitos-ate-cemiterio-sao-luiz/>>.

12. André Fernandes: «Tribunal Popular: o Estado Brasileiro no banco dos réus» em *ANF*, 7/10/2008, <www.anf.org.br/tribunal-popular-o-estado-brasileiro-no-banco-dos-reus/>.

Ministério Público Estadual. Na época, o movimento conquistou o decreto da Secretaria Estadual de Segurança Pública, que não aceitava mais o registro de ocorrência de auto de resistência ou resistência seguida de morte nos boletins realizados por policiais, e a necessidade da presença do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no socorro de pessoas baleadas.

Dentro das diversas ações e mobilizações realizadas pelo Comitê, duas chamaram bastante a atenção pelo tamanho e pela repercussão. Uma foi o ato Ferguson é Aqui, realizado em dezembro de 2014, uma manifestação que fez um paralelo entre as mobilizações nos EUA em torno da morte de Michael Brown e a violência no Brasil¹³. A cena mais marcante foram centenas de pessoas deitadas em cima do viaduto do Chá, simbolizando as mortes praticadas pelo Estado. Outra mobilização marcante foi a Marcha contra o Genocídio, em agosto de 2015, na qual cerca de 20.000 pessoas se manifestaram do Museu de Arte de São Paulo (MASP) até o Teatro Municipal¹⁴.

O ano de 2015 também ficou marcado pela mobilização nacional contra a redução da maioria penal e pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados que reconheceu que há um genocídio de jovens negros, propondo uma série de iniciativas para o enfrentamento da violência¹⁵. Em 2016, o Senado também construiu uma CPI que apontou na mesma direção.

No último período, quem tem feito um trabalho importante de denúncia é a Coalizão Negra por Direitos, que acompanhou e buscou incidir no processo de votação do Pacote Anticrime, encabeçado pelo então ministro da Justiça, Sergio Moro. Também realizou denúncias em cortes internacionais sobre o processo de genocídio no país. Porém, o trabalho realizado hoje se concentra mais em ações de incidência e articulação com as instituições do que na aposta em mobilizações sociais.

Além das redes de familiares, que nunca deixaram de atuar nesse último período, também surgiram outras articulações, como a Rede de Proteção

13. Ver J.F. Santos Júnior: «Do rolezinho a Ferguson: o racismo em 2014» em *SPRESSOSP*, 28/12/2014, <<http://spressosp.com.br/2014/12/28/rolezinho-ferguson-o-racismo-em-2014>>; D. de Oliveira: «Ferguson é aqui! Entidades do movimento negro entregam proposta ao procurador geral de São Paulo» em *Fórum*, 22/12/2014, <<https://revistaforum.com.br/blogs/quilombo/ferguson-e-aqui-entidades-movimento-negro-entregam-proposta-ao-procurador-geral-de-sao-paulo/>>; Felipe Laroza: «Para essa galera de São Paulo, Ferguson é aqui» em *Vice*, 19/12/2014, <<https://www.vice.com/pt/article/8q4dax/ferguson-sao-paulo-protesto-manifestacao-brasil-racismo>>; «SP: 'Ferguson é aqui! O povo negro quer viver!'», vídeo em *YouTube*, 19/12/2014, <www.youtube.com/watch?v=cuteisp5_RI>; «Ferguson é aqui!», vídeo em *YouTube*, 19/12/2014, <www.youtube.com/watch?v=qIJZyJvpTTs>.

14. Joseh Silva: «Movimento negro mostra força em marchas contra violência policial» em Rede Brasil Atual, 24/8/2014, <www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/08/movimento-negro-mostra-forca-em-marchas-contra-violencia-policial-3325/>.

15. «CPI afirma que há genocídio de jovens negros e propõe enfrentamento da violência», Câmara dos Deputados, 2/7/2015, <www.camara.leg.br/noticias/463749-cpi-afirma-que-ha-genocidio-de-jovens-negros-e-propoe-enfrentamento-da-violencia/>.

em São Paulo. Também é importante não perder de vista que inúmeras vezes, quando há violência policial nas periferias, ocorrem reações espontâneas das comunidades – e elas são duramente reprimidas e criminalizadas. A ideia de trazer essas experiências, que se somam a várias outras não relatadas, é dar a dimensão de que, apesar de uma certa naturalização da morte, particularmente de jovens negros, sempre houve um contraponto em variados níveis, com momentos de maior ou menor mobilização e maior ou menor visibilidade. A cada ano, com o aumento da visibilidade do debate racial, sem dúvida o debate sobre a violência também passa a ganhar novos contornos.

Um parêntese importante

Outro aspecto relevante é o papel exercido pelos programas televisivos de fim de tarde na legitimação da ação violenta da polícia. O discurso do medo, do perigo eminente e da necessidade de combater o crime, o traficante, o bandido, o vagabundo, é tão forte que os principais espectadores não conseguem enxergar que o ideário do suspeito padrão diz respeito às suas próprias características físicas, ao seu território. E que ele, ou alguém muito próximo, pode, a qualquer momento, ser enquadrado como alguém que cometeu um delito. Ou seja: as principais vítimas, em nome de uma pseudosseguurança, muitas vezes legitimam a violência praticada contra os seus.

Essa disputa de narrativa e disseminação ideológica também contribui para um processo de militarização da política, onde esses «heróis» que combatem a criminalidade com pulso firme passam a atuar também na esfera legislativa. São eleitos com votações expressivas, formando as famosas «bancadas da bala», que, além de defenderem interesses corporativos, buscam avançar com pautas que aumentam e legitimam a ação violenta do Estado. Uma ala mais radical aponta para um processo de armamento da população com o discurso da legítima defesa. Jair Bolsonaro e sua prole foram forjados nessa construção.

Outro aspecto relevante é o papel exercido pelos programas televisivos na legitimação da ação violenta da polícia

Considerações finais

Como apontado no decorrer do texto, o que ocorre nos EUA repercute diretamente no Brasil, mas as dinâmicas internas de cada país são bastante distintas. Sem dúvida, as grandes mobilizações estadunidenses ajudam a alargar o debate racial nas terras brasileiras, mas não podemos ignorar o papel da ideologia

da democracia racial que tentou camuflar o debate do racismo por muitos anos. Outro aspecto importante é o próprio aparato policial interno de cada país. Enquanto nos EUA uma parte significativa das mortes provocadas por policiais é por estrangulamento, no Rio de Janeiro a polícia invade comunidades com tanque de guerra, ações legitimadas e espetacularizadas por grandes meios de comunicação com o discurso de combate ao crime, ao tráfico e ao inimigo interno, que por vezes naturaliza as mortes. Quando a comunidade reage, denuncia e se rebela, também é criminalizada e tachada de vagabunda.

Conforme apresentado ao longo do artigo, sempre houve reações, denúncias e contrapontos à violência praticada pelo Estado por movimentos organizados ou mesmo espontâneos no Brasil. Mas não há condições de equipará-los com os dos EUA, pois são realidades distintas. O movimento social negro é mais longínquo na formação histórica brasileira e o grande responsável por tornar o Brasil o país com maior número de afrodescendentes fora da África. As estratégias de resistência foram construídas nos quilombos, nos terreiros, nas escolas de samba, nas posses, nas comunidades periféricas. Hoje, em meio à pandemia, esse movimento é o responsável por campanhas e ações de solidariedade nas comunidades. Essa história e esse legado não podem ser negligenciados.

O propósito deste artigo é trazer uma leitura sobre o entrelaçamento do debate da violência com os aspectos econômicos e sociais. Sobre o quanto a violência foi uma engrenagem decisiva para a construção e a manutenção de uma sociedade extremamente desigual, o que nos leva a crer que o seu enfrentamento passa por um projeto nacional que aponte para mudanças estruturais na natureza do Estado brasileiro, com mudanças profundas no sistema de Justiça, no modelo de policiamento, mas, sobretudo, amplificando o seu papel social e um modelo econômico distributivo.

A grande contradição das forças conservadoras que estão no governo, neste momento, é justamente a incapacidade de apresentar alternativas que melhorem a condição de vida da maioria. Esta é uma tarefa que deve ser encabeçada pelas forças de esquerda, com uma conexão profunda com a realidade e os anseios concretos das maiorias formadas por mulheres, negras e negros, pobres e periféricos. É tempo de se reinventar nas formas e práticas políticas, assimilando as tecnologias sociais construídas nas pontas, abrindo espaço para novos protagonismos. São os que mais sofrem diretamente a opressão sistêmica que devem estar na linha de frente e no contraponto histórico. Onde foram impostos a violência e o autoritarismo brotou a resistência! ☒

Por um antirracismo sem desculpas

Bárbara Pistoia

Para construir uma perspectiva política antirracista, é preciso pensar os entrecruzamentos entre raça, gênero e classe. Isso pode ajudar a abandonar pontos de vista que, em um aparente posicionamento comprometido, poderiam até mesmo reforçar as estruturas de poder impostas sobre as populações racializadas.

As políticas identitárias são naturalizadas com muita frequência e, por não serem consideradas um produto da luta política, não se situam de forma relacionada com as lutas de classe e antirracistas. (...) O que você faz para possibilitar a transformação radical é mais importante do que como você imagina ser.

Angela Davis

A tentação a combater: o «mudar para que nada mude»

«¿Quieres reformar la policía? Contrata más mujeres» [Quer reformar a polícia? Contrate mais mulheres], sugere rapidamente um título da *CNN em espanhol* no último dia 23 de junho¹. O simplismo e o oportunismo do título obtiveram o impacto esperado, uma viralização muito festejada de um texto que, em suas próprias entrelinhas, revela não só o perigo e o equívoco da proposta, mas também suas claras limitações.

A ideia de incluir mulheres nas forças de segurança para solucionar a brutalidade policial é, *a priori*, um reducionismo trágico de um

Bárbara Pistoia: é especialista em temáticas vinculadas ao racismo. Dirige o *site* de música negra *Hiiiipower*. É autora do livro *Por qué escuchamos a Tupac Shakur* [Por que escutamos Tupac Shakur] (Gourmet Musical, Buenos Aires, 2019).

Palavras-chave: classe, gênero, interseccionalidade, mulheres, racismo.

1. Ashley Fantz: «¿Quieres reformar la policía? Contrata más mujeres» em *CNN en Español*, 23/6/2020.

problema estrutural, institucional e, em alguns casos específicos, constitucional. Além de não nos encontrarmos diante de um problema que possa ser lido exclusivamente de uma perspectiva de gênero, ainda que assim fosse, o «tipo de perspectiva» de gênero que o artigo propõe não constitui mais que uma mudança de imagem daquilo que se deseja modificar e, por sua vez, reforça outras narrativas de brutalidade que tampouco devem se reduzir ao gênero.

Analisemos o título da CNN. Quem são «as mulheres»? E quem são «as mulheres» que pedem «mais mulheres» em diferentes espaços e posições de poder? Mais ainda, quem são «as mulheres» que têm acesso a esses lugares de poder? Essas perguntas são respondidas, fundamentalmente, em uma representação muito determinada do que é «a mulher»: a mulher branca, de classes médias e altas, fundamentalmente elitista. Essa representação é tão arcaica como artilosa, já que constitui uma ideia de «as mulheres» que responde a um imaginário machista.

Por um lado, essa racialização que – como já veremos – nos fala também de uma matriz de classe. Às mulheres que têm familiares (homens e mulheres) nas prisões e que não só conhecem a realidade interna da reclusão como também se veem expostas elas mesmas a uma série de abusos nas mãos de policiais masculinos e femininos, seria preciso perguntar se adicionar mulheres ao sistema seria a solução para todos os cenários que devem ser enfrentados. Por outro lado, o apelativo «as mulheres» também afasta as diversidades. Quantas vezes vemos incluída em «as mulheres», por exemplo, a comunidade trans? Como seriam incorporadas, segundo a proposição da CNN, essas diversidades nos corpos das forças de segurança que as violentam sistematicamente? Em ambos os casos (das mulheres que se encontram por trás de presos e presas, e da comunidade trans), cabe mencionar que elas também sofrem a violência, a discriminação e a estigmatização não só de forma institucional e por parte de outras mulheres em geral, como também de diferentes setores do feminismo.

O apelativo «as mulheres» omite e dilui a racialização

A consideração segundo a qual tudo se resolverá com «as mulheres» se fundamenta em um essencialismo: como em uma história em quadrinhos da Marvel, «as mulheres» em seu «ser mulher» parecem ter o «superpoder» que conseguirá modificar as estruturas pelo simples fato de ter acesso a elas. E esse essencialismo acrescenta um erro recorrente desta época: acreditar que «o patriarcado vai cair» somente porque estamos tendo acesso a espaços historicamente ocupados por homens, sem diferenciar ou – pior ainda – sem se importar com o fato de que é justamente nesses espaços onde se reforçam as estruturas vigentes, desde as mais violentas até as mais sutis. Em outras

palavras, quando esse coro reiterado demanda igualdade de oportunidades para ter acesso a «qualquer espaço», não faz mais que disputar uma concentração de poder. Mas a crítica ao patriarcado busca exatamente o oposto, isto é, a transformação conquistada a partir da desconcentração do poder e das riquezas. É isso que, em última análise, atenta contra o corpo último do capitalismo selvagem.

Disputar poder é necessário em uma ordem reformista. Mas buscamos essa nivelção? Não podemos ignorar que disputar não é necessariamente combater e, definitivamente, a disputa não constitui uma força suficientemente radical para derrubar estruturas. «O que não pode haver são hierarquias de opressão», proclamava a feminista negra Audre Lorde.

Para mencionar apenas alguns exemplos. A equiparação de oportunidades e salários tem uma concepção tão setorial que ignora uma realidade substancial: se uma mulher de classe média com «boa aparência» e um homem de classe baixa se apresentarem para uma entrevista de emprego, sem importar que ele a supere em experiência e formação, ela provavelmente conquistará o posto de trabalho. Se uma mulher de classe média com «boa aparência» e um homem de classe trabalhadora saírem ao mesmo tempo de uma loja e soar um alarme, provavelmente, o homem será detido primeiro. E, mesmo se os dois fossem abordados, o tratamento seria o mesmo? Os desfechos desses exemplos não seriam diferentes se, em lugar de um homem, considerássemos uma mulher racializada. Mas suponhamos um extremo: um mundo imaginário onde somente «as mulheres» ocupassem lugares de poder. Se elas tivessem outras mulheres e homens limpando suas casas e cuidando de seus filhos – simplesmente formalizados e com uma garantia mínima de direitos trabalhistas –, continuariam existindo a precarização de seus empregados, uma oratória e uma exigência supremacistas com relação à mulher policial, além de um olhar desconfiado quando precisassem dividir um avião até a Europa com uma família de classe trabalhadora (para citar exemplos rústicos, mas que todos conhecemos). Portanto, nada teria mudado de fato.

Esse tipo de posicionamento que pensa «as mulheres» como desprovidas de toda ideologia e personalidade, além de considerá-las segundo uma noção puramente biológica, também as despersonaliza e coisifica. Há relato mais sexista e coisificador que pensar que a mulher é boa, calorosa, suave, sensível e que corporifica outras tantas qualidades que casualmente se relacionam com um ideário maternal, por sua vez, seu papel histórico na sociedade? É essa a verdadeira anatomia de reflexões do tipo «com mais mulheres em suas fileiras, a polícia seria mais empática». É a imagem maternal, mas também a redução da mulher a uma mera decoração. E, por sua vez, essas reflexões perpetuam outros tabus relacionados com a violência feminina. Trata-se de

uma violência feminina silenciada em termos familiares, profissionais, culturais, políticos e institucionais: as mães não batem em seus filhos, as chefas não maltratam suas colegas, a acusação de uma mulher com relação a um homem nunca é falsa, uma presidenta do Fundo Monetário Internacional (FMI) é feminista porque questiona os ministérios que não possuem cotas femininas, as mulheres policiais não cometem abusos.

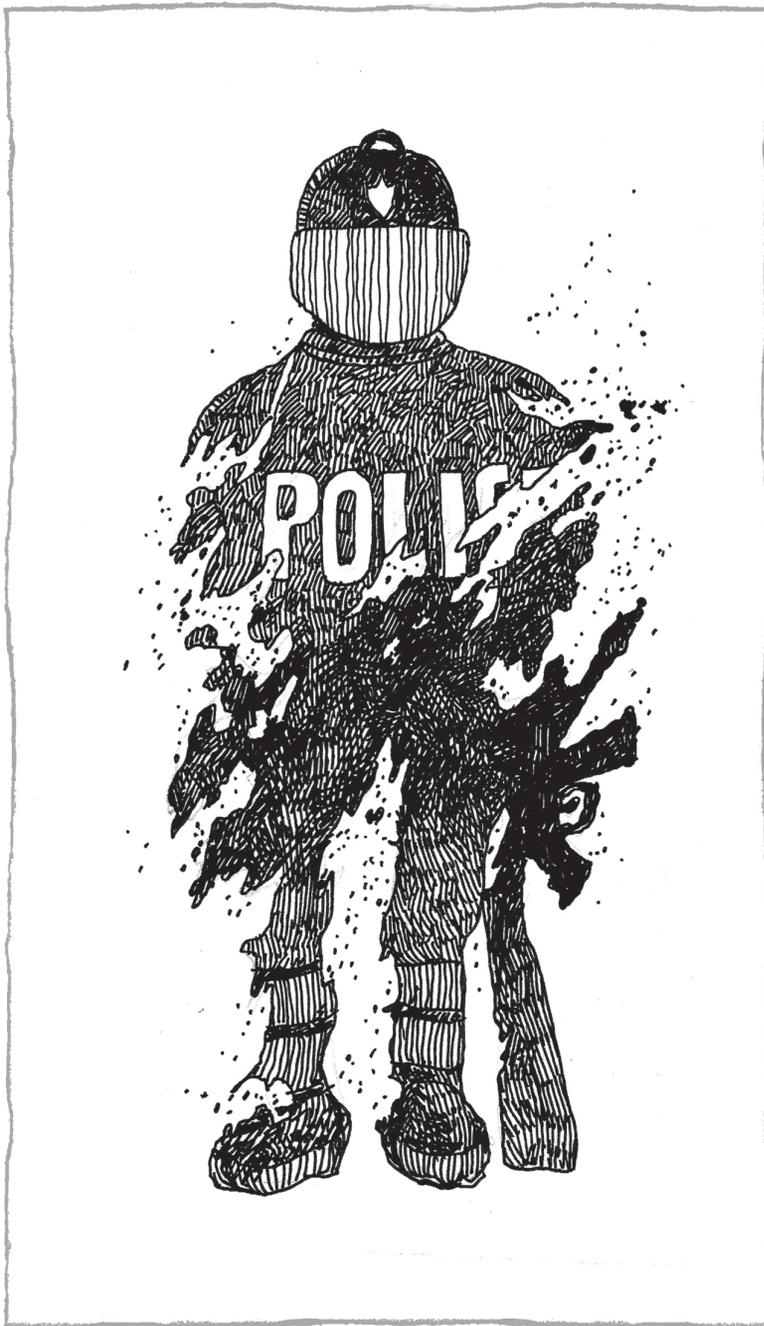
A fragilidade dos enunciados

A brutalidade policial é apenas a ponta do *iceberg* da violência institucional. Sua complexidade se reforça em certos paradoxos que, não em poucas ocasiões, fundam um ponto de encontro em que os setores populares e de esquerda se aproximam dos setores de direita. Ainda que soe incômodo, é impossível falar de violência institucional sem falar da aceitação social com a qual ela conta, tendo inclusive a indiferença como uma forma de legitimação e diversas ações cotidianas que reforçam as narrativas criminalizadoras e estigmatizantes.

Essas narrativas nos oferecem aquele que talvez seja o principal paradoxo em torno da própria polícia, tanto para oficiais masculinos como femininos. Como diz Federico Pita, diretor da Diáspora Africana da Argentina (DIAAFAR) e membro da Articulação Regional de Afrodescendentes das Américas e do Caribe (ARAAC), «entre os pobres, as escolhas de trabalho são restritas. A grande maioria precisa escolher entre o trabalho doméstico, o magistério em geral e ser policial. E uma minoria não pode sair do circuito do crime. Mas, em geral, o leque de opções de trabalho do humilde está muito bem definido». Essa mesma situação marca a linha tênue que separa o policial – homem ou mulher – de ser vitimizador a ser vítima, de ser um honrado e respeitado trabalhador social a ser olhado com desconfiança, como uma ameaça.

Em outras palavras, pensemos nisso a partir do que chamamos comumente de «gatilho fácil»². O gatilho nunca é «fácil», nunca é apertado acidentalmente nem precisa ser usado «em legítima defesa» diante de um branco. Toda essa ânsia adjetivadora do disparo mostra que o gatilho é óbvia e claramente racista. O mesmo vale para o gatilho que mata ou o joelho que asfixia (como no caso de George Floyd, mas também de muitos cidadãos da América Latina). A complexidade da estrutura é tamanha que esse ou essa policial que dispara ou apoia o joelho sobre o pescoço de outra pessoa

2. A autora emprega a expressão «gatillo fácil», que se refere à prática cotidiana de violência e uso abusivo de armas de fogo por parte das forças policiais contra populações socialmente marginalizadas [N. do T.].



é quem poderia receber o disparo ou ser asfixiado não fosse por seu uniforme. Enquanto veste o uniforme, esse oficial que matou outra pessoa será defendido e festejado por seu serviço; se fosse a vítima, seu assassinato seria justificado com um «algo de errado deve ter feito».

Esse «algo de errado deve ter feito» é a expressão mais literal de uma ideologia

Esse «algo de errado deve ter feito» é a expressão mais literal de uma ideologia e se adapta a diferentes cenários, mas há também outras argumentações, enunciados ou posicionamentos que, embora mais sutis e não tão

representativos da direita, se amplificam nos progressismos e nas esquerdas sem se afastar muito do pano de fundo da direita. Um exemplo inclusive mais naturalizado é o que habitualmente se chama de «porte de rosto»³, que habilita não só um policial a abordar uma pessoa, revistá-la ou apreender

sua documentação no momento de realizar determinadas formalidades, mas também um civil a mudar de calçada, evitar a proximidade direta no transporte público, dar como certo que esse outro pertence a determinada classe e determinada raça, o que em muitos países se torna rapidamente uma noção estrangeirizante desse sujeito. Podemos prosseguir com a lista de exemplos que terminam em racismo quando esse «não branco» acessa espaços de poder e lazer supostamente predestinados aos brancos e, então, suspeitam de sua localização, moralizam sua forma de habitar esse lugar e abordar esses benefícios, direitos e possibilidades, e também o coisificam, difundem-no como um troféu justicialista para defendê-lo dos ataques que duvidam da legitimidade de seu acesso às «bênçãos» do mercado. Alguns precisam do pobre ajoelhado para manter em alta sua estrutura de riqueza e poder, outros precisam dele ajoelhado para continuar motorizando bondades movidas por um narcisismo que se alimenta de caridades e discursos demagógicos, mas que se transforma rapidamente em ranço caso sintam que seu lugar de privilégio está sendo cercado.

Interseccionalidade, divino tesouro

«Nem todos os negros são pobres. Mas todos os pobres são ‘negros’», explica Federico Pita, fazendo uma tradução dos ideários coletivos que representam uma das principais complexidades do racismo: as construções políticas, culturais

3. A autora emprega a expressão «portación de rostro», que se refere à prática policial opressiva de abordar e deter para averiguações pessoas que apresentem traços pertencentes a determinadas categorias sociais marginalizadas ou racializadas, atentando dessa forma contra seu direito à livre circulação e à ocupação de espaços públicos [N. do T.].

e geográficas que acabam gerando um relato no qual a raça e a classe não se diferenciam, são produzidas. «O negro» ou «o não branco», explica Rita Segato em *La nación y sus otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad* [A nação e seus outros: raça, etnicidade e diversidade religiosa em tempos de política da identidade], «não é necessariamente o outro índio ou africano, mas um outro que tem a marca do índio ou do africano, o rastro de sua subordinação histórica. São esses não brancos que constituem as grandes massas de população despossuída». No pensamento branco, essa população é um absoluto racializado, o que gera uma percepção «intuitiva» de sua localização social como classe e até mesmo residência. O interessante é que toda essa trama mostra de maneira muito concreta a prevalência da raça sobre os conflitos de classe e gênero. No entanto, décadas de pesquisas realizadas pelos feminismos radicais de mulheres racializadas nos propõem uma integração entre raça, gênero e classe por meio da interseccionalidade.

O termo é atribuído geralmente a Kimberlé Crenshaw, que o adota no final da década de 1980, mas os estudos e sua abordagem de maneira formal se iniciam na década de 1960 e ganham força no Manifesto do Coletivo Combahee River de 1977⁴. Nele, é afirmado: «embora concordemos com a teoria de Marx (...) sabemos que sua análise deve se ampliar ainda mais para podermos compreender nossa situação econômica específica como mulheres negras». Nesse sentido, o que Crenshaw destaca é que, quando falamos de raça e racismo, obviamente devemos considerar os homens; e quando falamos de gênero, ainda que devesse incluir todas as mulheres, como o acesso a certos lugares estar determinado historicamente para mulheres brancas e de classes médias e altas, isso faz com que não seja totalmente representativo para a grande maioria delas. Nessas generalizações, a mulher negra fica invisibilizada. Mas na interseccionalidade sua voz não só ganha força, como também propõe uma leitura radical.

«As mulheres, sem exceção, são socializadas para serem racistas, classistas e sexistas em diversos graus», escreve bell hooks. «Rotular a nós mesmas como feministas não muda o fato de que devemos trabalhar conscientemente para nos desfazermos do legado da socialização negativa»⁵. Ainda que se refira à mulher nos Estados Unidos, podemos pensar nisso de modo continental. Primeiro, e seguindo a linha de pensamento de Frantz Fanon, porque a comunidade afro-estadunidense é terceiro-mundista. Segundo,

4. Disponível em *Herramienta*, <www.herramienta.com.ar/articulo.php?id=1802>.

5. b. hooks: «Lo más importante es lo que digo en mis libros, no quién soy» em *Afrofêmina*, 23/7/2018, <<https://afrofeminas.com/2018/07/23/bell-hooks-lo-mas-importante-es-lo-que-digo-en-mis-libros-no-quien-soy/>>.

porque – por razões políticas, econômicas, culturais e históricas – não só os EUA definem pautas e intervêm em todo o continente, mas nossas sociedades adotam voluntariamente seus padrões, mandatos e mensagens. E isso é feito colocando atenção nas referências predominantes. Como relata Angela Davis em cada uma das páginas de seu livro *Mulheres, raça e classe* (1981)⁶, as mulheres negras eram feministas desde antes do surgimento do termo, só que não tinham tempo, capacidade nem possibilidade de «fazer disso um relato», muito menos parte de um mercado. Por essa mesma razão, são as mulheres negras que adotam as ideias marxistas, levam-nas a um nível mais ajustado e dão um passo adiante não só em sua realidade e suas necessidades, mas também como resposta a um sistema que afeta as maiorias. A interseccionalidade passa a ser uma articulação indispensável à medida que o capitalismo se torna mais selvagem, em um mundo que se torna expulsivo ou, sobretudo, um mundo que gera inclusões para, a partir disso, construir marginalizados segundo a necessidade de seus relatos.

É nessa consciência negra, enraizada em uma noção territorial que atravessa os corpos e posiciona as mulheres como matriarcas e referência obrigatória, que o combate atual é travado. Trata-se de enfatizar as mulheres como organizadoras comunitárias natas nos bairros populares, como protagonistas nos refeitórios, como parte das primeiras linhas dos agrupamentos sociais e cooperativas. É nesse âmbito em que se força uma disputa disruptiva pelo prazer e pela dignidade. É em toda essa geografia social que não é necessário «contar as mulheres nas fotos» nem pedir mais delas. A razão é simples: nesse âmbito, elas já são um absoluto. De qualquer forma, nessas fotografias populares, o que falta – tanto em presença como em discurso e interpelação – são as representações daquele «as mulheres» com o qual iniciamos este texto: faltam essas mulheres que apelam para um feminismo enunciativo e aspiracional, não só aceitando todo o *statu quo*, mas querendo dele se apropriar. ☒

6. Boitempo, São Paulo, 2016.

O futuro de uma ilusão: classes médias na América Latina

Cecilia Güemes / Ludolfo Paramio

Os governos comemoram quando os indicadores refletem o aumento das classes médias, e os cidadãos tentam logo se autoqualificar como classe média quando existe alguma possibilidade para isso. Quanto de realidade e quanto de ilusão há na classe média? Qual é a diferença entre as novas classes médias e as tradicionais? O que dizem os dados sobre as classes médias latino-americanas?

Houve uma linda época... A América Latina sonhava em se tornar uma região de classes médias. Deixaria de ser vista como parte do mundo pobre, atrasada, subdesenvolvida e terceiro-mundista (todos adjetivos politicamente incorretos, mas que persistem no imaginário coletivo). O crescimento econômico e as políticas sociais semeavam esperanças de natureza econômica (aumento do consumo, oportunidades de negócios e empreendimentos), social (superação da pobreza e redução da desigualdade), política (aprofundamento e consolidação das democracias, e reconhecimento de novos direitos) e cultural (visibilização de novas identidades).

A ideia de classe média operava como prêmio e conquista; era superado um desafio político e social histórico da região como a pobreza, e

Cecilia Güemes: é professora de Ciência Política na Universidade Autônoma de Madri (UAM). É presidenta do Grupo de Pesquisa em Governo, Administração e Políticas Públicas (GIGAPP). Suas linhas de pesquisa se concentram em confiança social e institucional, classes médias, políticas públicas e temáticas ibero-americanas. Twitter: <@CeciliaGuemes>.

Ludolfo Paramio: foi professor de Pesquisa do Conselho Superior de Pesquisas Científicas (CSIC, pela sigla em espanhol) da Espanha. Trabalha a partir de uma perspectiva comparada sobre as modificações no comportamento político derivadas de mudanças no modelo econômico, como as reformas estruturais na América Latina e a transição para a competição global nos Estados Unidos e na União Europeia.

Palavras-chave: classes médias, democracia, desigualdade, América Latina.

Nota: A versão original deste artigo foi publicada em espanhol em *Nueva Sociedad* Nº 285, 1-2/2020, disponível em <www.nuso.org>. Tradução de Luiz Barucke.

havia no imaginário coletivo a aspiração a uma melhoria generalizada. Todos eram conscientes de que, embora complexa e indeterminada, a ideia de classe média era atrativa e necessária para acreditar em um futuro e construí-lo.

Tradicionalmente, a classe média é esboçada como um grupo social heterogêneo que inclui pessoas com posições muito diferentes na estrutura produtiva¹, mas que, de alguma forma, são consideradas unificadas por identidade social, características culturais e/ou certo nível de renda média. A categoria «novas classes médias» adiciona mais complexidade à matéria ao se referir aos que deixaram de ser pobres e experimentaram mobilidade social ascendente graças a programas de transferência condicionada de renda, mas cuja situação é inconsistente, precária ou vulnerável. Trata-se de lares em que a renda familiar total é superior à dos pobres (seus integrantes podem comprar uma motocicleta ou novos eletrodomésticos, ou sair de férias), mas que, de forma geral, dependem do autoemprego ou de um trabalho não regido por contrato e sem cobertura de seguridade social, e com capacidade de poupança muito limitada, quando não inexistente². Os governos sabiam que a melhoria no poder aquisitivo não transforma automaticamente a estrutura social, mas ainda assim se sentiam orgulhosos por suas conquistas e pressagiavam bem-estar futuro com a apresentação de dados: três de cada dez pessoas podiam ser consideradas de classe média em 2009 (Banco Mundial)³; os lares de classe média tinham passado de 26% em 1996 para 32,5% em 2006 (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Cepal)⁴ e 70% dos cidadãos se reconheciam como de classe

1. A classe média se assemelha em parte aos trabalhadores (por estar excluída dos meios de produção), mas também aos capitalistas (por exercer autoridade supervisora e, portanto, participar na função global do capital), e destacam-se suas «posições contraditórias» nas relações de classe. Val Burris: «La síntesis neomarxista de Marx y Weber sobre las clases» em *Zona Abierta* Nº 59-60, 1992; Eric Olin Wright: «Reflexionando, una vez más, sobre el concepto de estructura de clases» em *Zona Abierta* Nº 59-60, 1992.

2. L. Paramio: apresentação do seminário internacional «Clases medias y agenda política en América Latina», Centro de Ciências Sociais e Humanas - Conselho Superior de Pesquisa Científica, Madri, 14/2/2013; e L. Paramio: *Clases medias y gobernabilidad en América Latina*, Fundación Pablo Iglesias, Madri, 2010.

3. Eram considerados de classe média todos aqueles que tinham um consumo de 10 a 50 dólares por dia. Francisco H. G. Ferreira, Julian Messina, Jamele Rigolini, Luis-Felipe López-Calva, María Ana Lugo e Renos Vakis: *La movilidad económica y el crecimiento de la clase media en América Latina*, Banco Mundial, Washington, DC, 2013.

4. A Cepal considera de classe média os lares nos quais a renda supera quatro vezes a linha da pobreza per capita urbana e é inferior ao valor do percentil 95. Os dados refletem a média dos 10 países incluídos no relatório: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Honduras, México, Panamá, Peru e República Dominicana. Rolando Franco e Martín Hopenhayn: «Las clases medias en América Latina: historias cruzadas y miradas diversas» em R. Franco, M. Hopenhayn e Arturo León (coords.): *Las clases medias en América Latina: retrospectiva y nuevas tendencias*, Cepal - SEGIB / Siglo Veintiuno, Cidade do México, 2010.

média ou média baixa em 2011 (Latinobarómetro). A tabela a seguir ilustra a evolução atual das classes médias na região. Em termos objetivos, parece se confirmar a tendência ao aumento das classes médias, mas não se pode dizer o mesmo em termos subjetivos. Sabemos que a compulsão em se qualificar como de classe média obedece à necessidade de não se sentir pobre nem rico, e a um critério de distinção utilizado para se diferenciar culturalmente, mas pouco se sabe sobre os mecanismos que levam um sujeito a se sentir de classe média. Que representação social, razões ou motivos levam um indivíduo a definir a si próprio nessa categoria? É especialmente interessante o caso da Argentina, onde a percepção de pertencer à classe média se reduz de forma mais intensa que no restante da região, ao mesmo tempo em que cresce a percepção de ser de classe média baixa (v. gráfico). Os dados sugerem uma espécie de transferência da classe média para a média baixa.

Tabela

Classes médias na América Latina: indicadores objetivos (2007-2017)
e subjetivos (2011-2018)

Ano	Indicadores objetivos		Ano	Indicadores subjetivos	
	Classes médias	Classes médias vulneráveis		Classes médias	Classes médias baixas
2007	27,44	35,69	2011	37,2	30,4
2017	38,43	36,3	2018	36,8	29,6
Variação 2017/2007	10,99	0,61	Variação 2018/2011	-0,40	-0,80

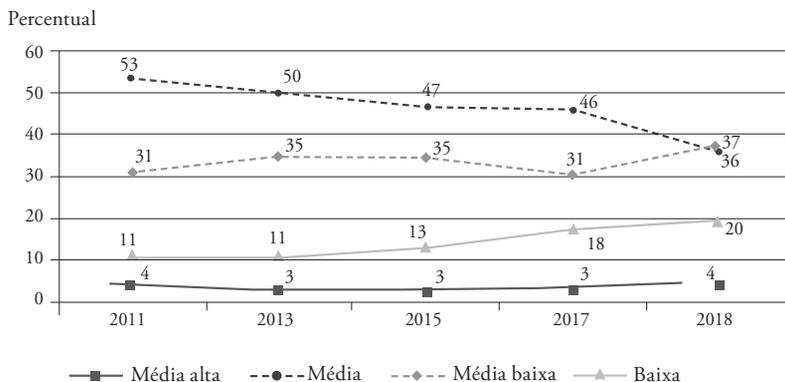
Observação: os dados objetivos são provenientes do Banco Mundial e tomam como referência para medir a classe média entre 13 e 70 dólares de paridade do poder aquisitivo (PPA) (2011) e a classe média vulnerável entre 5,5 e 13 dólares de PPA (2011). A média apresentada para a América Latina não inclui a Venezuela. Os dados subjetivos são provenientes da pesquisa realizada pelo Latinobarómetro, que pede aos pesquisados que se definam como pertencentes a uma classe social na seguinte escala: alta, média alta, média, média baixa e baixa. Os dados apresentados na tabela representam a média de 18 países da região.

Fonte: elaboração dos autores a partir do banco de dados da LAC Equity Lab (WB) e do Latinobarómetro.

No final do século passado, falava-se na Argentina de queda escalonada, fragmentação e pauperização das classes médias, e da transformação de boa parte delas em «novos pobres». Essa dualidade ou ruptura dentro da classe média era associada aos ganhadores e perdedores da globalização, assim como ao desenvolvimento de políticas neoliberais⁵.

5. Alberto Minujin e Gabriel Kessler: *La nueva pobreza en la Argentina*, Planeta, Buenos Aires, 1995; Maristella Svampa: «Clases medias, cuestión social y nuevos marcos de sociabilidad» em *Punto de Vista* Nº 67, 2000; Manuel Mora e Araujo: «La estructura social de la Argentina: evidencias y conjeturas acerca de la estratificación actual», Serie Políticas Sociales Nº 59, Cepal / Nações Unidas, Santiago, 2002.

Gráfico

Evolução da autofiliação de classe na Argentina (2011-2018)⁶

Fonte: elaboração dos autores a partir do banco de dados do Latinobarómetro.

Para além da perda de atrativo dos relatos globais em torno da ideia de classe média, um elemento explicativo para a queda na autopercepção pode se relacionar com a frustração de expectativas sociais («tenho muita formação educacional, mas não encontro trabalho») e a desilusão política («a democracia prometeu muito mais do que cumpriu»)⁷. De outra perspectiva, também pode ser que exista, entre aqueles que sabem que fazem parte da classe média, um desejo de ativar uma nova referência identitária e se libertar dos rótulos negativos associados à «psicologia» ou ao «arquetipo» histórico das classes médias tradicionais (pretensiosas que aparentam ser o que não são⁸, conformistas, individualistas e superficiais)⁹.

Nos próximos parágrafos, caracterizamos as «novas» classes médias latino-americanas segundo perfis, atitudes, comportamentos e demandas. Tal

6. O enunciado formulado na pesquisa do Latinobarómetro é: «As pessoas descrevem a si mesmas algumas vezes como pertencentes a uma classe social. Você se descreveria como pertencente à classe:». As opções de resposta são: alta, média alta, média baixa e baixa. A classe alta não é incluída no gráfico, pois os valores são inferiores a 0.

7. Liliana de Riz: «El apetito de progreso de las clases medias: un tiempo de reformas para Argentina» em L. Paramio e C. Güemes: *Las nuevas clases medias: ascenso e incertidumbre*, CEPIC, Madrid, 2017.

8. Os autores empregam o termo «mediopelo»; no contexto dos estratos sociais, o termo possui carga pejorativa e refere-se a quem tenta aparentar uma condição social superior à que possui na realidade [N. do T.].

9. Sergio Visacovsky e Enrique Garguin (eds.): *Moralidades, economías e identidades de clase media. Estudios históricos y etnográficos*, Antropofagia, Buenos Aires, 2009.

abordagem possui múltiplos objetivos. Primeiramente, interessa destacar as peculiaridades das novas classes médias em termos culturais e identitários, diferenciando-as das classes médias tradicionais. Em segundo lugar, são descritas as razões estruturais que motivam as classes médias a se sentirem de «meia classe»¹⁰. Depois são apresentadas as percepções e atitudes das classes médias, concentrando-se em seu descontentamento diante da ineficiência institucional, da baixa qualidade dos serviços públicos, da corrupção e da insegurança. Finalmente, descreve-se seu comportamento político pragmático e errático¹¹.

As novas classes médias: o jogo das diferenças

Os trabalhos recentes sobre classes médias contrapõem as classes médias novas ou «emergentes» às classes médias tradicionais. A bibliografia econômica se refere às primeiras como «vulneráveis», ao passo que a de corte sociológico introduz conceitos como o de «classe média divergente». Isso nos leva a questionar se há entre esses estratos sociais apenas diferenças quantitativas ou de grau (de consumo, renda, poupança) ou também diferenças qualitativas (de identidade, preferências ou comportamento político). Apresentamos a seguir dados que permitem supor que as novas classes médias são parecidas e, ao mesmo tempo, diferentes das classes médias tradicionais quantitativa e qualitativamente. Elas possuem opinião e visão semelhantes com relação aos problemas sociais, mas são mais frágeis em termos estruturais, vivem o dia a dia mais preocupadas e apresentam um comportamento mais imprevisível.

Diferenças culturais e estruturais

Começemos pelas diferenças: as novas classes médias têm uma construção cultural e identitária diferente das apresentadas pelas classes médias tradicionais. Embora tenham igualmente aspirações, as novas classes médias não buscam se equiparar ao modelo cultural das classes altas nem têm em seu horizonte o consumo característico da modernidade ilustrada apresentado pelas classes médias tradicionais. Seu consumo se concentra em tecnologia,

10. Os autores empregam o termo «clase a medias». A locução em espanhol *a medias* é utilizada para caracterizar algo incompleto, pela metade [N. do T.].

11. C. Güemes: «*Aurea mediocritas*: crecimiento, características y papel de las nuevas clases medias en Latinoamérica» em L. Paramio e C. Güemes: *Las nuevas clases medias latinoamericanas: ascenso e incertidumbre*, cit.

educação privada, roupas ou produtos de determinadas marcas, verificando-se uma combinação de capitais simbólicos que funde elementos ancestrais e modernidade. Sua exibição de riqueza se distancia da apresentada pela classe média tradicional, que gasta em viagens ou compra artigos finos. Seu momento de ostentação de poder econômico está nas festas infantis e nas roupas de marca, em se informar sobre os novos avanços tecnológicos (computadores, telefones celulares, televisores, sistemas de áudio, jogos). O

interesse cultural é substituído pelo saber como destreza e habilidade para desenvolver um empreendimento profissional¹².

Se as «velhas» classes médias estão integradas por trabalhadores não manuais (especialmente funcionários públicos), moradores urbanos, ocidentalizados, que moram em bairros tradicionais perto das classes altas, as «novas» classes médias incorporam trabalhadores manuais, que vivem nos arredores da cidade ou em novos bairros, e possuem gostos ocidentais matizados por um toque cultural e racial reivindicativo. O componente racial indígena está muito mais presente

que nas classes médias tradicionais.

Boa parte da nova classe média cresceu sem dar satisfação aos governos e, portanto, contenta-se com que a deixem funcionar à sua maneira. Para seus integrantes, não existe diferenciação entre trabalhador e empregado; eles desempenham diversas atividades e se veem como «donos» mais que como empresários, ao mesmo tempo em que utilizam aporte de trabalho por meio de troca entre amigos e vizinhos.

Na Bolívia, as pesquisas sustentam que a nova classe média tem a aspiração de possuir um negócio próprio (66,3%) e pouco desejo de um emprego formal (17,2%) ou com alta remuneração (16,5%). A grande maioria daqueles que se definem como de classe média se considera mestiça (78,3%), e 13,2% se autoidentificam como indígenas; a característica coletivista os diferencia da classe média tradicional, esta mais individualista¹³.

Os *ponchos*, as *polleras* e *wiphalas* que inundaram as instituições e espaços públicos como a arquitetura «com identidade própria» que combina iconografia, cores e desenhos ancestrais em El Alto (os chamados *cholets*) refletem visualmente a hibridização de estilos e códigos que caracteriza as

12. Ana Wortman: «Las clases medias argentinas, 1960-2008» em R. Franco, M. Hopenhayn e A. León (coords.): op. cit.

13. Roberto Laserna: «Clases medias en la Bolivia urbana» em Daniel Moreno et al.: *Chicha y limonada. Las clases medias en Bolivia*, CERES / Plural, La Paz, 2018.

**Boa parte da
nova classe média
cresceu sem
dar satisfação aos
governos e
contenta-se com que
a deixem funcionar
à sua maneira**

novas classes médias andinas ou a pequena burguesia *chola*¹⁴. Isso se reflete em critérios musicais, modas e formas de convivência específicas¹⁵. Há um acesso à cultura global que lhes permite seguir padrões internacionais de moda e comportamento, combinados ao mesmo tempo com tradições e modos de ser mais coletivistas herdados de seus pais. Integram essa classe média «divergente» tanto os migrantes rejeitados – pessoas que, ao chegarem à cidade, se sentem desprezadas pelas classes médias tradicionais e pelos governos, instalando-se nas periferias – como seus filhos, chamados de mestiços citadinos e educados a partir de duas influências: a tradicional de seus pais e a moderna da cidade¹⁶.

Como comprovam estudos realizados no Brasil, a «classe C» (camadas médias emergentes) pode ser mais conservadora com relação a muitos dos pontos da agenda pós-materialista, como o aborto, o divórcio e a homossexualidade¹⁷. Mas, em termos de percepções sociais, há uma notável semelhança com as classes médias tradicionais, como veremos mais adiante. O segundo traço característico e diferencial daqueles que integram a nova classe média em relação à classe média tradicional é a sensação de vulnerabilidade. Seus integrantes ampliaram sua capacidade de compra e melhoraram o bem-estar, mas sua capacidade de poupança é baixa (no melhor dos casos) e seu acesso a serviços básicos, muito relativo. Essa sensação de que sua alegria está por um fio – e que tudo pode se perder a qualquer momento – é consequência da inter-relação de fatores estruturais e conjunturais.

O contexto de emergência das novas classes médias é o crescimento econômico vivido na região durante a primeira década do século XXI e está associado ao valor internacional das *commodities*. Os modelos produtivos continuam sendo pouco competitivos, e seus ganhos provêm de estratégias primário-exportadoras. Mais que as outras, as novas classes médias dependem de que os recursos naturais sejam demandados e bem pagos internacionalmente¹⁸. O modelo primário-extrativista como fator do crescimento econômico e das novas classes médias de cidades como Quito gerará novas

14. Os termos *ponchos* e *polleras* se referem a vestimentas características de grupos indígenas bolivianos; *whipala* é a bandeira utilizada por alguns povos andinos e representa o Estado Plurinacional da Bolívia fundado com a Constituição de 2009; *chola* é um termo utilizado, por vezes de forma pejorativa, para se referir a grupos indígenas e mestiços do altiplano boliviano [N. do T.].

15. María Teresa Zegada: «Clases medias emergentes» em D. Moreno et al.: op. cit.

16. Rolando Arellano Cueva: «Valores e ideología: el comportamiento político y económico de las nuevas clases medias en América Latina» em Alicia Bárcena e Narcís Serra (eds.): *Clases medias y desarrollo en América Latina*, Nações Unidas, Santiago, 2010.

17. María Hermínia Tavares de Almeida e Emmanouel Nuñez de Oliveira: «Nuevas capas medias y política en Brasil» em L. Paramio: *Clases medias y gobernabilidad en América Latina*, cit.

18. OCDE e Cepal: *Perspectivas económicas de América Latina 2013. Políticas de pymes para el cambio estructural*, LC/G.2545, OCDE / Cepal, 2012.

tensões no seio de sociedades multiculturais que aspiram a integrar o «bem viver» em seus modelos produtivos¹⁹.

O crescimento econômico reduz os índices de desemprego, mas a informalidade ainda predomina no mercado de trabalho²⁰. Em sua maioria, os integrantes das novas classes médias desenvolvem uma ocupação manual que depende do autoemprego (autônomos ou empreendedores precários) ou têm um emprego não regido por contrato. Tampouco contam com cobertura de seguridade social (é possível que apenas uma parte de sua jornada de trabalho conte para fins de contribuição previdenciária e o restante seja pago de modo informal, ou que simplesmente nenhuma parte de sua receita conte para contribuição). Sua renda per capita está acima da linha de pobreza, mas abaixo do limiar de 10 dólares diários²¹.

Embora os integrantes da nova classe média atribuam seu bem-estar a seu próprio esforço e dedicação – e não às políticas sociais dos Estados –, as transferências sociais condicionadas implementadas pelos governos progressistas da região foram fundamentais para explicar a saída da pobreza por parte de milhões de latino-americanos²². Essas políticas sociais redistributivas e o maior crescimento econômico experimentado elevaram o piso da expectativa social e são responsáveis por muitas famílias terem saído da pobreza. Contudo, cresce o ritmo das políticas sociais

Cresce o ritmo das políticas sociais focadas em detrimento das políticas universais

focadas em detrimento das políticas universais. Aqueles que escaparam da pobreza já não podem receber as transferências destinadas aos lares pobres, mas, sem algum tipo de apoio, podem ser incapazes de manter e consolidar sua nova condição. Não obstante, somente com o apoio das classes médias é possível pensar na criação de uma coalizão social a favor de políticas públicas redistributivas²³.

Sustentar políticas focadas ou implementar políticas universais supõe vários dilemas em termos de sustentabilidade quando o ritmo do crescimento

19. Jorge Resina: «Clases medias en Ecuador. Entre la ilusión del Buen Vivir y el mito del desarrollismo» em L. Paramio e C. Güemes: *Las nuevas clases medias: ascenso e incertidumbre*, cit.

20. OCDE: *Latin American Economic Outlook 2011: How Middle-Class Is Latin America?*, OECD Publishing, Paris, 2010.

21. R. Franco e M. Hopenhayn: op. cit.; Glenita Amoranto, Natalie Chun e Anil Deolalikar: «Who Are the Middle Class and What Values do they Hold? Evidence from the World Values Survey», Working Paper Nº 229, Asian Development Bank, Manila, 2010.

22. Miguel Székely Pardo: «Transferencias condicionadas y cohesión social en América Latina» em Guillermo Fernández del Soto e Pedro Pérez Herrerros (coords.): *América Latina: sociedad, economía y seguridad en un mundo global*, IELAT / CAF / Marcial Pons, Madri, 2013.

23. L. Paramio: «Conclusiones» em L. Paramio e C. Güemes: *Las nuevas clases medias latinoamericanas: ascenso e incertidumbre*, cit.

se torna mais lento. As fontes fiscais dos programas dependem dos ventos favoráveis dos preços internacionais e da continuidade da receita por meio de exportações. Os sistemas tributários continuam sendo regressivos e capturando boa parte da renda das mesmas classes baixas e médias por meio de impostos indiretos sobre o consumo. São necessários mais impostos diretos sobre a renda e o patrimônio para redistribuir melhor e não pressionar quem está saindo da pobreza²⁴.

Semelhantes em percepções sociais: desconfiança, desesperança e descontentamento generalizado

Como é evidente, são necessárias mudanças que alterem a estrutura produtiva e os sistemas fiscais, transformações profundas e lentas que não se ajustam aos ciclos eleitorais e reivindicam políticas de Estado. Experimentar vulnerabilidade se traduz em fragilidade e debilidade, e a capacidade de resiliência é muito limitada. Sentir-se de «meia classe» se reflete em uma série de demandas por serviços públicos de qualidade que não podem ser satisfeitos na família ou pelo mercado. Nesse aspecto, as novas classes médias se assemelham às classes médias tradicionais: ambas manifestam uma profunda insatisfação com os serviços públicos.

Em média, e exceto para o caso da educação, a satisfação com quaisquer dos serviços públicos é sempre inferior a 50%. A média para a região indica que apenas 52% dos latino-americanos que se identificam como de classe média baixa estavam satisfeitos com a educação, 44% com o funcionamento dos hospitais, 45% com o serviço de transporte público, 32% com o funcionamento da polícia, e somente 29% com o funcionamento da Justiça em 2011²⁵. A desconfiança com relação às instituições também é notavelmente semelhante entre as classes médias tradicionais e as emergentes, embora um pouco maior entre quem se autoidentifica como de classe média baixa. Se considerarmos os dados do Latinobarómetro de 2011, 65% daqueles que se autoidentificam como de classe média têm pouca ou nenhuma confiança no Congresso e, no caso de quem se autoidentifica como de classe média baixa, o percentual chega a 68%; e o mesmo ocorre com o Poder Judiciário (67% e 71%, respectivamente), os partidos políticos (76% e 78%) e a administração pública (43% e 68%).

A preocupação com a insegurança apresenta um comportamento semelhante: 64% daqueles que se identificam como de classe média consideram

24. Cepal: *Panorama social de América Latina 2014*, Nações Unidas, Santiago, 2014.

25. María Esther del Campo, C. Güemes e L. Paramio: «I Can't Get No Satisfaction'. Servicios públicos, democracia y clases medias en América Latina» em *América Latina Hoy* vol. 77, 2017.

que a insegurança aumentou, índice que alcança 85% entre quem se identifica como de classe média baixa. Com a corrupção, as diferenças também não são tão amplas, e há uma maioria bastante insatisfeita: 54% daqueles que se identificam como de classe média consideram que as instituições do Estado progrediram pouco ou nada na redução da corrupção nos últimos dois anos, e esse índice é de 39% entre aqueles que se veem como de classe média baixa.

Esses três conjuntos de dados permitem intuir um descontentamento social generalizado com o funcionamento das instituições públicas e uma avaliação negativa da eficácia e da capacidade dos governos em fornecer serviços públicos essenciais e responder às demandas e aos problemas concretos das pessoas, à sua vida cotidiana. As ineficiências do sistema de saúde, a baixa qualidade da educação pública, o caos do transporte e o medo de sair de casa (e até mesmo a sensação de insegurança dentro de casa) irritam os cidadãos. As condições de vida são melhores, mas não se acredita que a sociedade funcione melhor.

Esses dados levam a pensar que a participação nos protestos sociais dos últimos anos poderia estar associada a uma demanda das novas classes médias por serviços públicos que permitam estabilizar sua condição. Em outras palavras, os protestos refletiriam uma reivindicação por direitos que garantam as conquistas econômicas alcançadas (luta pela significação e pelo sentido da classe média emergente, que deseja se consolidar), bem como uma demanda pela abertura do sistema de governo (uma reivindicação por transparência e um julgamento do desempenho, da eficiência e da capacidade de resposta por parte dos governos que funcionam segundo o esquema de democracia representativa). Sendo assim, poderíamos pensar nas novas classes médias como cidadãos críticos que questionam as instituições em busca de sua melhoria.

Contudo, o que se observa é que se sentir de classe média não é um fator que pressuponha a participação em protestos, o que sim vale para o maior nível educacional. Em outras palavras, quem se considera de classe média não tem maior participação nos protestos do que aqueles que se sentem de classes altas ou baixas, mas ter mais formação educacional aumenta a probabilidade dessa presença. Além disso, cabe notar que as pessoas que participam de protestos não questionam a democracia nem o sistema; ao contrário, buscam aperfeiçoá-los, já que também participam de canais políticos formais como o voto e são as que confiam nos governos e em instituições como os sindicatos²⁶.

26. John A. Booth e Mitchell A. Seligson: *The Legitimacy Puzzle in Latin America: Political Support and Democracy in Eight Nations*, Cambridge UP, Nova York, 2009; C. Güemes e L. Paramio: «'Knockin' on Heaven's Door?' Desempeño de las democracias, protesta social y clase medias en América Latina» em *El impacto electoral de las clases medias emergentes en América Latina*, Centro de Estudios Políticos e Constitucionais, Madri, 2015; Jaime Fierro: «Clase media y democracia en América Latina» em *Perfiles Latinoamericanos* vol. 23 N^o 46, 2015.

Em quarto lugar, cabe mencionar o comportamento político: em que medida as classes médias emergentes se alinham com os partidos ou governos cuja gestão contribuiu para – ou simplesmente presidiu – seu processo de emergência? Os autores concordam que as preferências políticas das novas classes médias não são previsíveis: elas podem apoiar tanto a esquerda como a direita, concordar que a democracia é o melhor sistema de governo, mas estar contra a ampliação de direitos civis como o casamento igualitário ou o aborto. O apoio recebido pelos governos associados à esquerda na região diminui, assim como o apoio ao sistema democrático, se as classes médias se sentem insatisfeitas e os que estão abaixo veem limitadas ou reduzidas suas oportunidades de ascensão.

Ambas as questões estariam relacionadas com o efeito túnel formulado por Albert Hirschman e Michael Rothschild²⁷ e com a frustração de expectativas dos estratos médios. Em etapas de crescimento econômico, a tolerância à desigualdade pode ser alta. A frustração daqueles que ficaram para trás durante uma primeira fase de crescimento não se manifesta imediatamente, pois sua crença em uma futura ascensão os mantém satisfeitos. Já em uma segunda fase, quem não conseguiu ascender perde suas esperanças e se torna inimigo da ordem. O passar do tempo é o fator-chave nesse tema e aumenta a sensação de privação relativa.

A maior disponibilidade de crédito e o consumo subsidiado das novas classes médias podem ser insuficientes se a pressão inflacionária ou as intervenções do governo na vida econômica e social forem percebidas como ameaças a um estilo de vida, se as prejudicarem como consumidoras, poupadoras e pensionistas, ou se não se concretizarem políticas públicas que melhorem a qualidade de vida do dia a dia oferecendo serviços públicos essenciais como segurança e transporte. Liliana de Riz sustenta que, na

Os autores concordam que as preferências políticas das novas classes médias não são previsíveis

27. A. Hirschmann e M. Rothschild: «The Changing Tolerance for Income Inequality in the Course of Economic Development» em *The Quarterly Journal of Economics* vol. 87 Nº 4, 1973. O efeito túnel se refere à sensação experimentada por um indivíduo em contextos de crescimento econômico no tocante à sua possibilidade de mobilidade social. O indivíduo que tem pouca informação sobre seu futuro enquanto seus familiares, conhecidos e amigos melhoram de posição econômica e social se sente como se estivesse preso em um congestionamento dentro de um túnel e visse avançar os carros da fila ao lado. Diante disso, o sujeito tem expectativas de que, em algum momento, chegará a sua vez de avançar e, portanto, se alegra com o crescimento dos demais, gratificação que suspende momentaneamente a inveja. Se, após um período, a pessoa não consegue avançar enquanto os demais já conseguiram, isso a coloca em pior posição, já que ela se sentiu alegre por um período, mas agora se sente muito pior. Sua posição relativa piorou, ela perderá esperanças e se transformará em um inimigo da ordem.

Argentina, embora não se afilem a partidos, as novas classes médias são pragmáticas e tendem a «tomar partido» por lideranças desideologizadas, em um contexto no qual diminui a proporção de pessoas que dizem estar afiliadas ou têm simpatia pelos partidos²⁸. Seus integrantes se diferenciam entre aqueles que aspiram a um futuro melhor lutando para ascender na escala social e outros que reivindicam conservar o que adquiriram. Para a autora, os primeiros votam em Mauricio Macri, e os últimos apoiam o kirchnerismo. A ênfase na gestão, uma agenda flexível de governo sem respostas ideológicas predefinidas e um uso inovador das redes sociais deram vitória à Proposta Republicana (PRO) em 2015. À luz dos resultados das eleições de 2019, seria possível supor que a hipótese se mantém válida e que, diante do aumento da inflação e do desemprego, as classes médias mudaram suas perspectivas e preferências políticas, e buscam resistir apoiando a alternância e confiando no peronismo.

No Brasil, as camadas médias jamais se manifestaram como uma força social e política unificada. Estiveram presentes tanto nas manifestações que clamaram pelo *impeachment* como nas que defenderam a permanência de Dilma Rousseff na Presidência do país. Entretanto, e para além das diferenças políticas e ideológicas, partilharam com os manifestantes e grupos organizados da mesma desconfiança e ambiguidades com relação à política institucional, suas regras e formas de proceder²⁹. Na Bolívia, afirma-se que as classes médias podem não ter uma ideologia política pré-constituída, mas têm um posicionamento de centro, atitudes políticas moderadas e são medianamente conservadoras, o que condiz com sua situação de relativo privilégio na sociedade boliviana³⁰.

Resumindo...

Quando alguém viveu um bom tempo em determinada cultura e fez esforços frequentes na investigação de suas origens e do percurso de seu desenvolvimento, chega o dia em que também sente a tentação de voltar o olhar na outra direção e perguntar qual o destino mais remoto que aguarda essa cultura e por quais transformações ela está destinada a passar.³¹

28. L. de Riz: op. cit.

29. M. H. Tavares de Almeida: «Capas medias, protesta y agenda pública» em L. Paramio e C. Güemes: *Las nuevas clases medias latinoamericanas: ascenso e incertidumbre*, cit.

30. D. Moreno: «Aspiracionales, reales o imaginarias: las clases medias en Bolivia» em D. Moreno et al.: op. cit.; M. T. Zegada: op. cit.

31. Sigmund Freud: *O futuro de uma ilusão*. [1927], L&PM, 2018.

Sigmund Freud inicia com esse parágrafo seu trabalho tentando entender a origem e o papel das ilusões religiosas nas sociedades atuais. Segundo o autor, a ilusão não é um erro nem precisa ser falsa ou irrealizável. A ilusão parte do impulso à satisfação de um desejo que prescinde de sua relação com a realidade e guarda reminiscências históricas, gerando uma ação conjunta do passado e do futuro.

Há quem sustente que a classe média é uma ilusão estatística que esconde em seu seio uma profunda heterogeneidade. Uma ilusão que parte de um desejo de bem-estar e busca deixar para trás a cicatriz da pobreza, embora essa operação possa gerar uma construção discursiva que torna invisíveis diferenças estruturais como as de gênero, étnicas ou territoriais, desencoraja a tomada de consciência popular e desarticula a luta. Os governos comemoram quando os indicadores refletem o aumento das classes médias, e os cidadãos tentam logo se autoqualificar como classe média quando há alguma possibilidade para isso. Ambos se agarram à ilusão.

Sentir-se de classe média tem uma importância fundamental em termos individuais, supõe estar coberto na satisfação de certas necessidades básicas de alimentação e moradia, ter acesso a bens de consumo que conectam com o restante do mundo, como um telefone celular, ou bens que permitem um deslocamento mais rápido pela cidade. Ser de classe média liberta do estigma de pobre e confere uma identidade que adquire consciência de certos direitos a serem exigidos política e socialmente; supõe sonhar com a mobilidade social, alimentar esperanças de futuro para os filhos, imaginar que a desigualdade poderia deixar de ser herdada. A partir do momento em que se autoqualifica como pertencente à classe média, o pobre e excluído que sempre se sentiu fora passa a ter a ilusão de fazer parte do presente e do futuro. Claro que todas essas expectativas são ameaçadas por mudanças na economia global ou uma guinada dos governos, momento em que a ilusão se transforma em frustração e raiva.

Tudo parece indicar que o foco superador da ilusão deve ser colocado na redistribuição da capacidade de consumo e na distribuição mais igualitária de oportunidades, rendas e riquezas. Trata-se de imaginar um novo pacto social e político que não se concentre somente em retirar as pessoas da pobreza, mas também em combater a desigualdade e a crescente vulnerabilidade dos precarizados, construindo relatos coletivos inclusivos a partir da aceitação da diferença. ☐

Um argumento contra a desigualdade

Entrevista a Thomas Piketty

Nikolaos Gavalakis

Ele propõe um pagamento estatal a todos os cidadãos e a alteração da estrutura da riqueza para mudar o poder de negociação dos atores sociais, além de discutir as consequências políticas da desigualdade. Thomas Piketty é diretor de pesquisa na École des Hautes Études en Sciences Sociales, professor na Paris School of Economics e co-diretor da World Inequality Database. É autor dos livros *O capital no século XXI* (2013) e *Capital e ideologia* (2019). Nesta entrevista, ele expõe os pontos mais relevantes de um possível programa para que as esquerdas saiam do atual atoleiro histórico.

Um dos principais argumentos do seu livro¹ é que a «desigualdade é uma ideologia». A desigualdade é baseada em decisões políticas, não apenas um processo natural. Como você chegou a essa conclusão?

Em meu livro, a palavra «ideologia» não tem uma conotação negativa. Todas as sociedades precisam de ideologia para justificar seu nível de desigualdade ou uma determinada visão do que é positivo para elas. Em nenhuma sociedade da história, os ricos dizem «somos

Nikolaos Gavalakis: é diretor do escritório regional «Diálogo Europa Oriental» da Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) em Kiev, Ucrânia. Anteriormente, trabalhou no escritório da FES em Atenas, Grécia, e no departamento da Europa Ocidental e América do Norte da sede, em Berlim.

Palavras-chave: desigualdade, ideologia, justiça, riqueza, tributação.

Nota: a versão original deste artigo em inglês foi publicada em *International Politics and Society*, 31/3/2020, <www.ips-journal.eu/interviews/article/show/inheritance-for-all-4207/>. Tradução de Luiz Barucke.

1. T. Piketty: *Capital et idéologie*, Seuil, Paris, 2019. [Há uma edição em português: *Capital e ideologia*, Intrínseca, Rio de Janeiro, 2020].

ricos, vocês são pobres, e pronto». Isso não funcionaria. A sociedade entraria em colapso imediatamente.

Os grupos dominantes precisam sempre surgir com uma narrativa mais sofisticada que diga «talvez sejamos mais ricos que vocês, mas isso é bom para a organização da sociedade como um todo, pois nós lhes proporcionamos ordem e produtividade», «nós lhes oferecemos orientação espiritual», no caso do clero do Antigo Regime, ou «proporcionamos mais inovação, produtividade e crescimento». Obviamente, nem sempre essas afirmações são totalmente convincentes. Algumas vezes, elas são autorreferenciadas. Há um certo grau de hipocrisia, mas pelo menos esse tipo de discurso precisa apresentar alguma plausibilidade. Se for claramente falso, ele não funcionará.

No livro, eu estudo a história do que denomino regimes de desigualdade, que são sistemas de justificativa de diferentes níveis de desigualdade. O que mostro é que há de fato alguma aprendizagem de justiça. Há alguma redução da desigualdade no longo prazo. Aprendemos como organizar a igualdade, por exemplo, no igual acesso à educação e em um sistema tributário mais progressivo.

Mas esse progresso e o conflito ideológico permanecerão. Na prática, as mudanças históricas surgem a partir desse conflito de ideias e de ideologias, não apenas do conflito de classes. Havia essa antiga visão marxista de que a posição de classe de uma pessoa determinava inteiramente sua visão de mundo, sua ideologia e o sistema econômico que ela deseja. A realidade é muito mais complexa, pois cada posição de classe possui diferentes formas de organizar o sistema de relações de propriedade, regime educacional e regime fiscal. Existe um certo grau de autonomia de evolução ideológica e de ideias.

Apesar de tudo isso, nas democracias as pessoas decidem coletivamente, por meio do voto, viver em tais sociedades desiguais. Por quê?

Bem... Primeiro, é difícil determinar o nível certo de igualdade ou desigualdade. A desigualdade nem sempre é ruim. As pessoas podem ter diferentes objetivos de vida. Algumas dão muito valor ao sucesso monetário, enquanto outras valorizam outros objetivos. Portanto, é complicado encontrar o nível certo de igualdade.

Quando afirmo que os determinantes de desigualdade são ideológicos e políticos, não quero dizer que devam desaparecer e que devemos atingir a igualdade amanhã. Acredito que encontrar o equilíbrio certo entre instituições é uma tarefa bastante complicada para todas as sociedades, e – reitero – a desigualdade vem se reduzindo no longo prazo. Acho que devemos ter acesso mais igualitário à propriedade e à educação, e podemos seguir nessa direção.

Aprendemos com a história que esse não é um processo linear. Há um progresso rumo à igualdade ao longo do tempo, e também foi isso que criou mais prosperidade econômica no século xx. Mas também ocorreram alguns reveses. Por exemplo, o colapso do comunismo criou desilusões a respeito da possibilidade de um sistema econômico diferente do capitalismo, e isso explica muito o aumento da desigualdade desde o final da década de 1980.

Passados 30 anos, no entanto, começamos a perceber hoje que podemos ter ido longe demais na outra direção. Portanto, estamos começando a repensar como mudar o sistema econômico. O novo desafio surgido com as mudanças climáticas e a crise ambiental também ajuda a atrair mais atenção para a mudança do sistema econômico. É um processo complexo por meio do qual as sociedades estão tentando aprender com sua experiência.

Às vezes, elas se esquecem do passado mais distante, reagem exageradamente e vão longe demais em uma determinada direção. Mas, ao considerar a experiência histórica – e esse é o objetivo desse livro –, acho que é possível compreender melhor as lições e experiências positivas do passado.

Você diz que a desigualdade leva ao nacionalismo e ao populismo. Na Alemanha e em outros países, partidos de direita estão de fato crescendo. Por que a direita tende a ter mais sucesso que a esquerda?

A esquerda não se esforçou o suficiente para propor alternativas. Após a queda do comunismo, ela passou por um longo período de desilusão e desânimo com a proposição de perspectivas de mudar o sistema econômico. O Partido Socialista da França e o Partido Social-Democrata da Alemanha não se esforçaram como deveriam para mudar as regras do jogo na Europa.

Em um momento, eles aceitaram a ideia de que o livre fluxo de capitais, o livre fluxo de bens e serviços e a concorrência de mercado entre países seriam suficientes para levar prosperidade e benefícios a todos. Na verdade, porém, o que vemos é que isso tem beneficiado principalmente os grupos com elevado capital humano e financeiro, e os grupos econômicos com maior mobilidade. Os grupos das camadas inferior e média se sentiram abandonados.

Então, surgiram partidos nacionalistas e xenofóbicos com uma mensagem muito simples: «vamos proteger vocês com a fronteira do Estado-nação», «vamos expulsar os imigrantes», «vamos proteger sua identidade como europeus brancos», e assim por diante. É claro que isso não vai dar certo no final. Isso não vai reduzir a desigualdade nem solucionar o problema do aquecimento global. Mas, como não há nenhum discurso alternativo, grande parte do eleitorado passou a optar por esses partidos.



© Nueva Sociedad / Eloar Guazzelli 2020

Eloar Guazzelli é artista plástico, quadrinista e diretor de arte para animação. É bacharel em Desenho e mestre pela Escola de Comunicação e Artes da USP. Foi premiado em mostras de artes gráficas e festivais de cinema em Brasília, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Lisboa, Teerã e Tóquio, entre outros. Participou de exposições e mostras no Brasil e no exterior. Foi premiado na categoria Cenografia no 31º Prêmio Shell, São Paulo, 2019. É professor no curso de Animação da FAAP-SP.

Vale lembrar que uma parcela ainda maior do eleitorado decidiu não sair de casa. Eles simplesmente não votam, e não devemos nos esquecer disso. Se os grupos socioeconômicos inferiores se entusiasmassem tanto com Le Pen ou a Alternativa para a Alemanha, 90% deles votariam, mas não é isso que está acontecendo. Vemos um índice de participação muito baixo, especialmente entre os grupos socioeconômicos inferiores. Isso sugere que eles estão esperando uma plataforma política ou uma proposta concreta que possa realmente mudar suas vidas.

Você propõe um pagamento estatal único (a «herança para todos») de 120.000 euros para todos os cidadãos a partir dos 25 anos de idade. Qual é o objetivo dessa proposta?

Primeiro, esse sistema de «herança para todos» ocorreria após um sistema de acesso universal a bens e serviços públicos fundamentais, o que inclui educação, saúde, previdência e renda básica. O objetivo não é substituir nada disso, mas servir como um acréscimo a todas essas outras ferramentas. Por que isso é importante?

Se alguém tem boa formação educacional, bom acesso à saúde, um bom emprego e um bom salário, mas precisa gastar a metade do que ganha para garantir a renda dos filhos dos proprietários de imóveis que recebem aluguéis a vida toda, acho que temos um problema. A desigualdade de propriedade cria uma enorme desigualdade de oportunidades de vida. Alguns precisam pagar aluguel pela vida toda. Outros recebem aluguel pela vida toda. Alguns podem criar empresas ou herdar uma empresa da família. Outros nunca poderão criar empresas, pois não contam com nenhum capital para começar. Sobretudo, é importante perceber que a distribuição de riqueza permaneceu extremamente concentrada em nossa sociedade.

A metade mais pobre da Alemanha possui menos de 3% da riqueza total, e a desigualdade de fato aumentou desde a reunificação do país. Isso é o melhor que podemos fazer? Se não for, o que propomos para mudar isso? Apenas esperar o crescimento econômico e o acesso à educação sem fazer nada não é uma alternativa. Isso é o que já estamos fazendo há um século, e a metade mais pobre da população continua sem nada.

Para realmente mudar a estrutura da riqueza na sociedade, é preciso mudar a estrutura da negociação de poder na sociedade, pois alguém sem nenhuma riqueza fica em uma posição de negociação muito frágil. Quando precisa encontrar um emprego para pagar o aluguel e as contas todo mês, a pessoa aceita o que lhe oferecem.

Faz uma grande diferença ter 100.000 ou 200.000 euros em vez de 0 ou 10.000 euros. Aqueles que possuem milhões talvez não percebam isso,

mas para quem não tem nada ou – às vezes – apenas dívidas para pagar, isso faz uma enorme diferença.

Na França, seu país natal, o imposto sobre o carbono gerou o protesto dos «coletes amarelos». Qual foi o erro de cálculo político nesse caso?

Para tornar a tributação do carbono aceitável, ela precisa ser acompanhada de justiça tributária e justiça fiscal. Na França, o imposto sobre o carbono era bem aceito e aumentava a cada ano. O problema é que o governo Macron usou a receita desse imposto para fazer um enorme corte na tributação da parcela 1% mais rica da sociedade francesa ao suprimir o imposto sobre a riqueza e a tributação progressiva sobre os ganhos do capital, juros e dividendos.

Foi isso que deixou as pessoas enfurecidas, pois lhes disseram que o imposto tinha como objetivo beneficiar o clima, mas serviu de fato apenas para reduzir a tributação das pessoas que financiaram a campanha política do presidente. É assim que se destrói a ideia da tributação sobre o carbono. E é preciso ter muita cautela com a Alemanha, porque pode haver muitos sentimentos negativos por lá também, especialmente entre os grupos socioeconômicos inferiores. Para funcionar, um imposto sobre o carbono deve incluir custos sociais e precisa ser aceito por todos da sociedade. ☒

revista CIDOB d'
afers
internacionales

Septiembre de 2020

Barcelona

Nueva época N° 125

SANCIONES INTERNACIONALES: SUS OTROS EFECTOS

Coordinado por Clara Portela y Martijn C. Vlaskamp

ARTÍCULOS: **Alexandra Hofer**, Creación y contestación de la jerarquía: efecto punitivo de las sanciones en un sistema horizontal. **Lee Jones y Clara Portela**, La evaluación del éxito de las sanciones internacionales: una nueva agenda investigadora. **Ilari Aula**, República Democrática del Congo: la *diligencia debida* como herramienta de prevención del conflicto. **Arturo López-Levy**, Sanciones secundarias en el triángulo Estados Unidos-Unión Europea-Cuba. **Nizhnikau Ryhor**, Jugar a ser enemigos: Belarús entre los regímenes de sanciones de la UE y Rusia. **María Shagina**, Respuestas desde Asia-Pacífico a la crisis ucraniana: alineamiento de terceros con las sanciones a Rusia. **Paloma González del Miño y David Hernández Martínez**, Las sanciones internacionales a Irán: efectos sobre las relaciones con la UE. **Ruth Ferrero Turrión**, Las sanciones de la UE hacia Rusia en el contexto del conflicto ucraniano. OTROS ARTÍCULOS: **Bernabé Malacalza**, Cooperación al desarrollo y relaciones internacionales: un campo de estudio en debate. RESEÑAS DE LIBROS.

Revista CIDOB d'Afers Internacionales es una publicación académica cuatrimestral de relaciones internacionales y desarrollo de la Fundación CIDOB, c/ Elisabets, 12 - 08001 Barcelona, España. Tel. (+34) 93 302 6495. Se edita en formato impreso y digital. Página web: <www.cidob.org/publicaciones/filter/53216>.

O «neoliberalismo progressista» e a esquerda conservadora

Nuria Alabao

Alguns setores progressistas sentem nostalgia pela velha política de classe diante dos novos movimentos feministas e identitários. Será esse realmente um posicionamento de esquerda para transformar algo do mundo atual?

É habitual que surjam discursos conservadores na esquerda em tempos de fragilidade das lutas sociais. Eles estão sempre presentes, mas só ganham relevância quando perdemos força. Se as praças estão tomadas ou há manifestações, *okupações* ou greves – em tempos de força –, quem vai se preocupar em discutir o sujeito do feminismo ou se o ativismo antirracista ou *LGTBI+* é «neoliberal»? Infelizmente, estamos em meio a um desses momentos de discussões abstratas de interesse questionável.

Uma delas é a que faz referência ao termo «neoliberal» como adjetivo contra quase qualquer coisa, utilizado para desqualificar lutas que incomodam porque não são compreendidas ou não podem ser lideradas, como aríete em guerras de poder internas de partidos ou simplesmente para se posicionar como o ou a *influencer* da moda. Assim, o direito à identidade de gênero acaba sendo neoliberal, e as lutas antirracistas ou o feminismo mais transformador, «um conglomerado

Nuria Alabao: é jornalista e doutora em Antropologia. É membro da Fundación de los Comunes (Espanha).

Palavras-chave: esquerda, feminismo, família, neoliberalismo, progressismo

Nota: A versão original deste artigo foi publicada em espanhol, com o título «La izquierda conservadora y el fantasma del neoliberalismo», em *CTXT* Nº 262, 7/2020, < <https://ctxt.es/es/20200701/Firmas/32898/Nuria-Alabao-izquierda-conservadora-fantasma-neoliberalismo-feminismo-LGTBI.htm>>. Tradução de Luiz Barucke.

de postulados pós-modernos das identidades». Tais argumentos são usados muitas vezes para deslegitimar esses movimentos, culpando-os de «deixar de lado a política de classe» ou «os verdadeiros interesses do povo». Eles são usados dessa forma tanto pela extrema direita como por determinadas vertentes da esquerda conservadora, um tanto fascinada pelos êxitos – limitados – da ultradireita, interpretados como consequência do «abandono da classe trabalhadora». Para ambos, as questões materiais não importam, embora alguns se declarem marxistas; tudo acontece no mundo das ideias. Abordaremos aqui algumas dessas questões deixadas de lado.

Não se sabe bem o que significa o neoliberalismo. É como se os inconvenientes do capitalismo tivessem começado na década de 1980 com a vitória neoliberal, ou talvez em 1968, com o nascimento dos movimentos sociais antiestatistas. Parece que todo capitalismo prévio foi uma espécie de festa para os despossuídos, ou talvez tenha existido uma era dourada na qual os trabalhadores e o capital convivessem em harmonia. É certo que, para alguns nostálgicos das esquerdas, o capitalismo do Estado de bem-estar é o máximo a que podemos aspirar, o que só pode ser fruto de uma idealização. Em que países, por quanto tempo, para que faixas sociais funcionou esse Estado, e quem dele ficava de fora? Na Espanha, por exemplo, só podemos falar de um Estado de bem-estar subdesenvolvido; em outros países, como os Estados Unidos, a classe trabalhadora negra foi excluída desse mundo de estabilidade. E, afinal, não foi tudo isso construído à custa da sujeição e da subordinação das mulheres nos lares a seus patrões maridos ou pais?

Não se pode esquecer que, como explica Melinda Cooper em *Family Values* [Valores familiares], em muitos países ocidentais, a ordem socioeconômica posterior à Segunda Guerra Mundial foi articulada em torno do chamado «salário familiar fordista» – o homem provedor de sustento para mulher e filhos –, que funcionou como um mecanismo para a normalização das relações sexuais e de gênero, e que precisamente contribuiu para estruturar a organização do trabalho a partir das divisões de raça, gênero e classe¹. No caso dos EUA – a Europa viveria algo parecido com as migrações provenientes das ex-colônias –, isso foi conseguido excluindo os homens afro-americanos do salário familiar e relegando as mulheres afro-americanas à mão de obra barata e doméstica em lares brancos ou na agricultura. É preciso fazer com que os nostálgicos de outro ideal se lembrem destas questões: o sujeito trabalhador de fábrica, branco e com a mulher em casa. Eles efetivamente poderiam culpar o feminismo por contribuir para liquidar essa ordem com sua luta contra o modelo do homem provedor e da família

1. M. Cooper: *Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*, MIT Press, Cambridge, 2018.

fordista, sempre que considerem que as mulheres deveriam retornar a seu antigo papel e que essa ordem deveria ser recuperada à margem do nível de vida de migrantes e pessoas racializadas.

Muito se fala agora do «neoliberalismo progressista»², uma expressão que Nancy Fraser utiliza para se referir a um tipo de feminismo institucional hegemônico nos EUA que poderia ser exemplificado na figura de Hillary Clinton. Alguns utilizam esse conceito para deslegitimar todo o feminismo – ou todas as lutas LGTBI+ – ignorando contextos sociais e históricos, bem como disputas de classe dentro desses mesmos movimentos. Assim, essas mobilizações seriam irrelevantes e até mesmo contra-producentes, pois se adaptam bem «ao novo espírito do capitalismo», e o neoliberalismo seria progressista no sentido de ser capaz de absorver toda luta política. É evidente que se pode e deve criticar os partidos social-democratas que separaram as políticas de reconhecimento – de direitos das minorias – das políticas de igualdade material, embora a linha que as separem nem sempre seja tão clara. Digamos que se pode e deve apontar aquelas que, enquanto se denominavam feministas, apoiavam as políticas econômicas neoliberais.

Contudo, os movimentos sociais existentes não podem ser considerados culpados pela incapacidade coletiva de se opor ao avanço do neoliberalismo. Não se pode responsabilizar o feminismo, as lutas LGTBI+ ou o antirracismo pela fragilidade dos sindicatos ou pela desarticulação do movimento trabalhador (que foi um processo histórico complexo e que envolveu vários fatores)³. Não significa, no entanto, que não se possa articular uma crítica às derivas identitárias de alguns desses movimentos ou a suas políticas de demanda por integração estatal, mas, em qualquer caso, isso implicaria análises mais aprofundadas, e não uma impugnação total sob o risco de jogar fora a criança com a água suja do banho. Os direitos obtidos em questões que alguns chamam «de representação» foram fruto de árduas mobilizações. Muitos desses movimentos também tinham um cunho fortemente anticapitalista, mas sua derrota é o sinal dos tempos.

É preciso lembrar mais uma vez que a classe trabalhadora existe em processos de auto-organização, e não simplesmente a invocando como palavra. Ela não existe como puro discurso. E a classe trabalhadora como categoria sociológica hoje na Europa é precisamente racializada, plural, repleta de pessoas LGTBI+, e migrantes e mulheres ocupam as posições mais exploradas⁴. Somente ignorando esse fato é possível continuar invocando mentalmente a

2. Nancy Fraser: «The End of Progressive Neoliberalism» em *Dissent*, 2/1/2017.

3. N. Alabao: «La militancia en la era Twitter» em *CTXT*, 11/12/2019.

4. N. Alabao e Emmanuel Rodríguez: «Soberanistas de todos los países, uníos» em *CTXT*, 10/7/2019.

«verdadeira classe» e seus verdadeiros interesses. Novamente, apenas aqueles que se auto-organizam, lutam e falam por si mesmos podem definir quais são esses interesses.

O neoliberalismo é progressista?

O neoliberalismo triunfou na década de 1980 sob o comando de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, que uniram sua preocupação pela família e pela tradição aos elementos mais radicais do liberalismo. O neoliberalismo era apresentado teoricamente como uma forma revolucionária capaz de abalar os pilares de toda a sociedade – e de fato o fez –, mas também como uma doutrina e uma prática perfeitamente compatíveis com a preservação da família e dos valores tradicionais. Mesmo antes desse casal maléfico, o neoliberalismo já era experimentado sem obstáculos durante a ditadura de Augusto Pinochet no Chile. Nesse país, a questão não é se o neoliberalismo era progressista; ele nem sequer era democrático. De fato, a democracia para o neoliberalismo tende a ser uma metáfora do mercado, e a liberdade é concebida como liberdade econômica. O mercado é a expressão material e concreta da liberdade. Não há outra possível. Tudo mais é secundário.

Precisamente, como explica Melinda Cooper, o individualismo neoliberal combina perfeitamente com a defesa da família tradicional, que funciona como estabilizador social, espaço de controle social e de subordinação da mulher, crianças e pessoas LGTBI+, e na qual se reproduz grande parte da violência patriarcal⁵. O trabalho de Cooper, que se concentra nos EUA, mostra como os cortes neoliberais do gasto público em educação, saúde e bem-estar se basearam no pressuposto de que as relações familiares substituiriam esses serviços públicos a partir da dívida intergeracional. Nesse sentido, os neoliberais não estavam tão distantes dos conservadores em suas propostas, ainda que, diferentemente destes – ou da ordem fordista –, sua proposta não estivesse sujeita a costumes sexuais disciplinares específicos ou a uma defesa da família heteronormativa.

Os laços familiares são apresentados como imprescindíveis para absorver os choques e a indeterminação provocados pelo livre mercado, já que se pretende desmontar qualquer suporte de bem-estar enquanto se liberaliza – precariza – o trabalho e os bens básicos são deixados à mercê da «mão invisível».

O individualismo neoliberal combina perfeitamente com a defesa da família tradicional

5. M. Cooper: op. cit.

Assim, o neoliberalismo utiliza a família para reduzir funções do Estado. De fato, depois da crise de 2008 com seus cortes e a austeridade, a saída neoliberal, a família se tornou mais importante para a sobrevivência das pessoas.

Lembremos que a família é essa instituição sem a qual não haveria trabalhadores prontos para serem explorados – mulheres que reproduzem a mão de obra – e que ela é fundamental para reproduzir a estrutura de classes. Além disso, na ordem neoliberal, a origem social é cada vez mais importante para as possibilidades econômicas e de vida das pessoas. A herança é um mecanismo essencial, mas também a educação, os contatos, as possibilidades de endividamento, etc. O problema não é a família em si, mas o fato de não haver alternativas que ofereçam autonomia. Como destaca Cinzia Arruzza, apesar da multiplicação das identidades e práticas sexuais, e da maior visibilidade das pessoas trans e dos estilos de vida que não se enquadram no gênero – assim como sua mercantilização e promoção como nichos de mercado e novas fontes de lucro e destinos de investimento –, a família continuou ganhando peso, juntamente com a sujeição que isso implica. Portanto, o neoliberalismo não só não ataca essa instituição fundamental para o sustento da ordem social, mas também a reforça ao fazer recair mais peso sobre ela⁶.

Sendo assim, material e constitutivamente no que mais importa para nós, o neoliberalismo tem pouco de progressista ou feminista, e os direitos das pessoas trans e o feminismo de classe não são neoliberais. O neoliberalismo é fundamentalmente um programa econômico que organiza a sociedade em torno do mercado, um mercado ordenado e impulsionado por um Estado incitado a administrar os serviços públicos mínimos; um Estado que deve facilitar que o mercado opere com máxima liberdade e administre as maiores áreas possíveis da vida. Nada disso contribui para a autonomia das mulheres ou das pessoas trans. Como proposta econômica ou de organização social, isso é compatível tanto com regimes «progressistas» ou de direitos como com a extrema direita de Jair Bolsonaro no Brasil ou de Donald Trump nos EUA.

A crítica necessária para avançar é um pouco mais complexa e deve ser tripla para ter eficácia. Por um lado, ela deve denunciar o neoliberalismo e sua guerra contra as possibilidades de vida, mas também ser anticonservadora – à direita e à esquerda –, contra a fascinação que a extrema direita desperta em alguns e suas críticas ao capitalismo baseadas na nostalgia da família, da homogeneidade étnica ou da nação. Nenhuma nostalgia nos tornará iguais e livres. Finalmente, ela deve ser profundamente anti-identitária quando essas identidades dificultem a articulação das frentes amplas de que precisamos para nos opor ao poder do capital. ☒

6. C. Arruzza: «The Fantasy of Normalcy: Neoliberalism, the Family, and the New Right» em *Blog of the APA*, 25/9/2019.

Summaries

Resumos em inglês

Nora Lustig: Inequality and Social Discontent in Latin America [4638]

The wave of protests brought the concentration of income in Latin America back to the fore. Beyond the fact that indicators show a reduction in relative inequality, when taking into account the decline in welfare produced by the end of the boom in raw materials and the limitations of commonly-used indicators of inequality, the wave of protests as a rebellion against inequality make sense. The focus should be put on the construction of inequality indicators that can better capture the discontent that arises from it.

Keywords: Discontent, Gini Index, Inequality, Protests, Latin America.

Kim Kelly: The Power of Classic Strikes [4639]

Strikes are not a thing of the past. And this is particularly true in the case of transport (trains, buses, and planes). In

these branches, workers still have the ability to influence power in defense of their own rights – affected by precariousness – and even in many countries, through solidarity strikes, to support other labor sectors.

Keywords: Strike, Transport, Unionism, Working Conditions.

Nuria Varela: The Feminist Tsunami [4640]

What does the fourth wave of feminism consist of? How could it expand to reach the entire planet? Multicultural, intended for the «99%», defined by technology, bridged with environmentalism and, not least, intergenerational, feminism 4.0 is eroding the foundations of patriarchy and politicizing new generations without losing ties to old ones. And, above all, it is at the heart of various types of political, social, and cultural revolts that cross the current world.

Keywords: 99%, Fourth Wave, Ecofeminism, Feminism, Intersectionality.

Maristella Svampa: Where Are Climate Justice Movements Going? [4641]

The emergence of a youth-based climate activism not only revitalized the field of action, but also opened new expectations in a context of renewed climate urgency. This movement is not without risks – such as its confinement in a cultural expressive dimension or the apocalyptic paralysis – but its persistence is key in the context of the successive failure of global climate summits.

Keywords: Climate Justice, Environmental Justice, Global Warming, Social Movements.

Rémi Lefebvre: The Gilets Jaunes and Political Representation [4642]

The «yellow vests» movement expressed deep feelings of injustice that are no longer represented, expressed, and politicized by unions or traditional Left-wing organizations. The rejection of all representation, which constituted its strength, nevertheless led to the weakening of the movement. This dynamic of disintermediation of politics is not exclusive to France: it undermines all Western democracies.

Keywords: Democracy, Representation, «Yellow Vests» (Gilets Jaunes), France.

Joselicio Junior: Historical and Contemporary Aspects to Think about Structural Violence in Brazil [4643]

This article seeks to understand the historical roots of violence in the formation of Brazilian society and how it manifested itself over time and in the current context, positioning itself as one of the great challenges to face structural racism.

Keywords: Blacks, Brazilian Society, Police Violence, Popular Movements, Racism, Brazil.

Bárbara Pistoia: For an Anti-Racism without Excuses [4644]

To build an anti-racist political perspective, it is necessary to think about the intersections of race with gender and class. This can help to get over views that, under an apparent compromised position, could even reinforce power structures over racialized populations.

Keywords: Class, Gender, Intersectionality, Women, Racism.

Cecilia Güemes / Ludolfo Paramio: The Future of an Illusion: Middle Classes in Latin America [4645]

Governments rejoice when the indicators reflect the rise of the middle classes, and citizens do not hesitate to qualify themselves as middle class when there is any possibility of doing so. How much is reality and how much is an illusion? What differentiates the new middle

classes from the traditional ones? What does the data say about the Latin American middle classes?

Keywords: Democracy, Inequality, Middle Classes, Latin America.

Nikolaos Gavalakis: An Argument against Inequality: An Interview with Thomas Piketty [4646]

Keywords: Ideology, Inequality, Justice, Taxes, Wealth.

Nuria Alabao: «Progressive Neoliberalism» and the Conservative Left [4647]

Some progressive sectors long for the old class politics, in the face of the new feminist and identity movements. Is that really a leftist position to transform something in the world today?

Keywords: Family, Feminism, Left, Neoliberalism, Progressivism.

ÍCONOS

REVISTA DE CIENCIAS SOCIALES

Septiembre-Diciembre de 2020

Quito

Vol. xxiv Nº 68

POLÍTICAS EXTERIORES Y DE DEFENSA SUDAMERICANAS: HACIA UN NUEVO REGIONALISMO

DOSSIER: Presentación del dossier, **Anabella Busso y Samuel Alves-Soares**. Ocaso del regionalismo posneoliberal en Sudamérica: las deudas de la marea rosa en la conducción política de la Defensa, **Emilse Eliana Calderón**. Democracia y educación: notas sobre la enseñanza militar en Argentina y Brasil, **Ana Penido, Suzeley Kalil Mathias y Eduardo Mei**. Acuerdos Mercosur-Unión Europea desde la perspectiva de la política exterior argentina, **Alejandro Simonoff**. La Defensa como política fiscal durante el Gobierno de Mauricio Macri (2015-2019), **Sergio Gabriel Eissa**. La Amazonía en el pensamiento militar brasileño: concepciones y acciones estratégicas del Ejército y la Armada en la década de 1990, **Dilceu Roberto Pivatto-Junior y Raul Cavedon-Nunes**. TEMAS: La trata de personas en los Andes: dinámicas socio-espaciales en las fronteras de Perú, **Manuel Dammert-Guardia, Lucía Dammert y Katherine Sarmiento**. Buen vivir y agricultura familiar en el Totonacapan poblano, México, **Mauricio Torres-Solis, Benito Ramírez-Valverde, José Pedro Juárez-Sánchez, Mario Aliphath-Fernández y Gustavo Ramírez-Valverde**. La representación del Sur en la elección del alcalde de Quito. ¿Déficit de isotropía o escasez de respeto?, **Alfredo Santillán**. Ciudades contrapeso al centralismo unitarista en Sudamérica: Santa Cruz, Guayaquil y Concepción, **Esteban Valenzuela-Van Treek y Claudia Vaca**. Familia migrante, escuela y comunidad en los Andes equinocciales: continuidades y cambios en la identidad cultural, **Marta Rodríguez-Cruz**.

Íconos es una publicación cuatrimestral de Flacso-Ecuador, La Pradera E7-174 y Av. Almagro, Quito, Ecuador. Tel.: (593 2) 3238888. Correo electrónico: <revistaiconos@flacso.edu.ec>. Página web: <www.revistaiconos.ec>.

NUEVA SOCIEDAD 288



Animales y animalismos



NUEVA SOCIEDAD 289



Fronteras latinoamericanas
Más allá de los límites



Alemanha: F. Delbanco, Tel.: (49 4131) 2428-8, e-mail: <post@delbanco.de>.

Argentina: Distribuidor: Jorge Waldhuter, Pavón 2636, Buenos Aires, Tel./Fax: 6091.4786, e-mail:

<jwalibros@ciudad.com.ar>. Librerías, Buenos Aires: Waldhuter La Librería, Av. Santa Fe 1685, Tel.: 4812-6685.

Bolivia: en La Paz: Yachaywasi, Tel.: 2441.042, e-mail: <yachaywa@acelerate.com>, Fax: 244.2437. En Santa Cruz de la Sierra: Lewyllibros, Junín 229, Tel.: (591) 3 3360709.

Colômbia: Librería Fondo de Cultura Económica, Calle 11 No. 5-60, Barrio La Candelaria, Bogotá, Colombia. Tel.: (571) 2832200, e-mail: <libreria@fce.com.co>.

Costa Rica: Librería Nueva Década, Tel.: (506) 2225.8540, e-mail: <ndecada@ice.co.cr>.

Ecuador: LibriMundi, Tel.: (5932) 252.1606, 223.4791, e-mail: <librimu1@librimundi.com.ec>.

Espanha: Marcial Pons-Librero, Tel.: (34 914) 304.3303, e-mail: <revistas@marcialpons.es>.

Guatemala: F&G Libros de Guatemala, 31 avenida "C" 5-54, zona 7, Colonia Centro América, 01007 Guatemala, Tel.: (502) 2433 2361 (502) 5406 0909, e-mail: <informacion@fygeditores.com>.

Japão: Italia Shobo, Fax: 3234.6469; Spain Shobo Co., Ltd., Tel.: 84.1280, Fax: 84.1283, e-mail: <info@spainshobo.co.jp>.

Nicarágua: Instituto para el Desarrollo y la Democracia (Ipade), Km 9 1/2 carretera a Masaya, Tel.: 276.1774 (Ext. 8), Apartado Postal 2438, e-mail: <comunicacion@ipade.org.ni>.

Peru: El Virrey, Bolognesi 510, Miraflores, Lima, Tel.: 444.4141, e-mail: <info@elvirrey.com>.

Porto Rico: en Río Piedras: Compañía Caribeña de Libros, Tel.: (1-787) 297.8670, e-mail: <cclibros@yahoo.com>.

Ventas y consultas por Internet:
<www.nuso.org>

Distribución internacional a librerías:
<distribucion@nuso.org>

PARA ASSINAR NUEVA SOCIEDAD

ASSINATURA	ANUAL	BIENAL
Inclui frete aéreo	6 números	12 números
América Latina	US\$ 70	US\$ 121
Resto do mundo	US\$ 107	US\$ 196
Argentina	\$ 1.900	\$ 3.800

> Formas de pagamento

1. **Pagamento online:** Entre em <<http://www.nuso.org/suscribirse/php>>, onde encontrará um formulário para registrar seu pedido e efetuar o pagamento.

2. **Pagamento com cartão de crédito via postal:** Complete o cupom incluído na revista e o envie pelo correio a: Nueva Sociedad, Humberto Primo 531, C1103ACK Buenos Aires, R. Argentina.

3. **Pagamento com cheque:** Envie um cheque com o valor correspondente em nome da **Fundación Foro Nueva Sociedad** ao seguinte endereço: Nueva Sociedad, Humberto Primo 531, C1103ACK Buenos Aires, R. Argentina, acompanhado de dados do assinante (nome, endereço postal completo, telefone, correio eletrônico).

Para outras formas de pagamento e qualquer outra consulta, escreva a <distribucion@nuso.org>.

ANIMALES Y ANIMALISMOS

COYUNTURA

Fernando Molina. ¿A dónde conducirá la crisis boliviana? Elecciones y reconfiguraciones políticas

TRIBUNA GLOBAL

Steven Forti. Los rojipardos: ¿mito o realidad?

TEMA CENTRAL

Bernd Ladwig. Sistema de cerdos. Un llamamiento a la alimentación sin carnes

Anahí Méndez. América Latina: movimiento animalista y luchas contra el especismo

Alejandro Galliano. Animalismo e inteligencia artificial. ¿Dónde quedamos los humanos?

Angélica Velasco Sesma. Ética animal y feminismo: hacia una cultura de paz

Marta Tafalla. ¿Hacia una ciudadanía animal? Sobre *Zoopolis*, de Sue Donaldson y Will Kymlicka

François Moutou. Las zoonosis, entre humanos y animales

María Carman. Tensiones entre vidas animales y humanas. Los movimientos contra la tracción a sangre

Jérôme Michalon. Causa animal y ciencias sociales. ¿Del antropocentrismo al zocentrismo?

Rowan Jacobsen. ¿Terminaremos comiendo hamburguesas de «carne alternativa»?

ENSAYO

Martín Bergel. El pensamiento latinoamericano frente a las crisis civilizatorias. Ingenieros, Vasconcelos, Mariátegui.

SUMMARIES

FRONTERAS LATINOAMERICANAS

Más allá de los límites

COYUNTURA

Noam Titelman. La derecha chilena en su laberinto

Elvira Blanco Santini / Alejandro Quryat. Racismo y violencia de Estado en Venezuela. Entrevista a Keymer Ávila

TRIBUNA GLOBAL

Gaye Theresa Johnson / Alex Lubin.

Sobre la tradición radical negra.

Entrevista a Angela Davis

TEMA CENTRAL

Haroldo Dilla Alfonso. Las fronteras, los muros y sus agujeros

Nanette Liberona Concha. Fronteras y movilidad humana en América Latina

Alberto Hernández Hernández.

La frontera México-Estados Unidos: asimetrías y transgresiones

Menara Guizardi. Las mujeres y las regiones fronterizas latinoamericanas.

Movilidades, violencias y agencias

Gonzalo Álvarez Fuentes. Las relaciones transfronterizas indígenas y la (in)utilidad de las fronteras

Mario Valero Martínez. La frontera colombo-venezolana: escenarios de conflictos

Bianca De Marchi Moyano. Fronteras bolivianas: entre el corredor y el laberinto

Iván Francisco Porraz Gómez. Entrar, transitar o vivir en la frontera sur de México

Carlos G. Zárate / Jorge Aponte Motta.

Las fronteras amazónicas: un mundo desconocido

ENSAYO

Mariana Dimópulos. Walter Benjamin y el destino de una época

SUMMARIES

www.nuso.org

Especial em português 2020



NUEVA SOCIEDAD | EP20

Desigualdades, protestos, revoltas

Nora Lustig Desigualdade e descontentamento social na América Latina

Kim Kelly O poder das greves clássicas

Nuria Varela O tsunami feminista

Maristella Svampa Até onde vão os movimentos pela justiça climática?

Rémi Lefebvre Os «coletes amarelos» e as exigências da representação política

Joselicio Junior Para pensar a violência estrutural no Brasil

Bárbara Pistoia Por um antirracismo sem desculpas

Cecilia Güemes / Ludolfo Paramio O futuro de uma ilusão: classes médias na América Latina

Nikolaos Gavalakis Um argumento contra a desigualdade. Entrevista a Thomas Piketty

Nuria Alabao O «neoliberalismo progressista» e a esquerda conservadora